**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

ADIR DE ALMEIDA MOTA

**Neoliberalismo e repressão no Chile:
os degradados na ditadura militar (1973-1990)**

Versão Corrigida

**São Paulo
2020**

ADIR DE ALMEIDA MOTA

**Neoliberalismo e repressão no Chile:
os degradados na ditadura militar (1973-1990)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Horacio Gutiérrez.

**São Paulo
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M917n Mota, Adir de Almeida
Neoliberalismo e repressão no Chile: os
degradados na ditadura militar / Adir de Almeida
Mota ; orientador Horacio Gutiérrez. - São Paulo,
2020.
117 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Ditadura e repressão militar no Chile. 2.
Degradados. 3. Direitos humanos. 4. Jornadas
Nacionais de Protesto. 5. Neoliberalismo. I.
Gutiérrez, Horacio , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Adir de Almeida Mota _____

Data da defesa: 17/03/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Darío Horacio Gutiérrez Gallardo _____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/06/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que comigo se envolveram e contribuíram direta ou indiretamente para a construção desta dissertação, sendo que alguns nomes são imprescindíveis mencionar.

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Prof. Dr. Horacio Gutiérrez, por me receber como orientando, sugerindo o tema e as fontes para esta pesquisa. Sou grato pelas horas dedicadas à discussão dos capítulos e da metodologia, e pela compreensão nos momentos mais difíceis destes anos de investigação, que permitiram estabelecer um laço de amizade.

Agradeço aos professores que junto ao meu orientador integraram a Banca de Qualificação: a Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino e o Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade. Este último acompanhou minha trajetória desde os tempos do curso de Licenciatura em História da Universidade Guarulhos, integrando também a Banca de Defesa desta dissertação, junto com os professores Robert Sean Purdy e Eduardo Silveira Netto Nunes, que fizeram valiosas considerações, contribuindo para a versão final que aqui se apresenta. A todos, minha gratidão.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento que permitiu me dedicar integralmente à pesquisa, durante parte destes anos do curso de mestrado.

Agradeço ao amigo Arlinter Rodrigues que me incentivou para que me inclinasse à carreira acadêmica.

Agradeço ao amigo Carlos Suárez, por dedicar um pouco de seu precioso tempo para uma atenta revisão desta dissertação.

Agradeço aos meus pais, já falecidos, Antônio de Souza Mota e Maria Augusta de Almeida Mota, por me incentivarem a dar os primeiros passos para a vida intelectual. Agradeço aos meus padrinhos, José Carlos Ribeiro e Ana Maria dos Santos Ribeiro, pois na ausência de meus pais, com muita insistência, me ensinaram novamente o valor dos estudos e me prepararam para a vida.

Agradeço à Audelandia de Carvalho Barbosa (Lana), minha psicóloga, que por ofício foi (é) mais paciente que eu para comigo. Sem seus ouvidos não conseguiria terminar essa dissertação.

Agradeço aos chilenos e chilenas que me receberam muito bem, assim como também os brasileiros e brasileiras que conheci durante o pouco tempo que estive em Santiago para trabalho de pesquisa, em duas oportunidades intermediadas por Fabio Luís e Sanclear, respectivamente. Especialmente, Clécio, Kjesed e o pequeno Leonardo, que contava com poucos meses de vida; Marcelo, Macarena, Felipe, Antonio (Toño) e Paula. Claudio Gutiérrez foi atencioso em conversar comigo sobre o tema dos degredados; Antonio Luna colaborou com jornais de época que noticiaram seu degredo; Graciela Acuña contribuiu em me enviar por e-mail o livro por ela organizado, *La religación como exílio interno*; e Francisca Skoknic, além de auxiliar em minha recepção em Santiago nas duas ocasiões, me presenteou com o segundo volume do livro *Los Archivos del Cardenal*, do qual é uma das autoras. A segunda viagem só foi possível devido ao incentivo do Programa de História Econômica, que através do PROAP custeou todas as despesas.

Agradeço à amiga Laura Vasconcelos, por muitas vezes me emprestar os ouvidos nos momentos de maiores dificuldades relacionados à pesquisa e outras esferas da vida. Também aos amigos da Pós-graduação, Marcelo Loyola e a Fabiana Marchetti, que se esforçaram em me incentivar.

Agradeço às pessoas que sempre se manifestam com contentamento quando falo da minha pesquisa: Adriana, Silvia, Tadeu, Rogério, Beth, Airton, Cris, Priscila, Luciano, Graça e Fábio.

RESUMO

Mota, Adir de Almeida. **Neoliberalismo e repressão no Chile: os degredados na ditadura militar (1973-1990)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

A presente dissertação analisa a ditadura militar chilena através do degredo, um meio de repressão considerado brando, e no contexto das ditaduras militares latino-americanas, tipicamente chileno. Tratava-se do transporte compulsório de indivíduos para locais remotos do país, os quais deveriam cumprir pena de permanência obrigatória no local (na qual deveria comprovar diariamente), dentro dos limites estipulados pelas autoridades. Através da quantificação de informações contidas em diversas fontes, podemos observar a existência de uma correlação, ao longo dos dezessete anos de regime autoritário no Chile, entre a incidência de degredo com as austeras medidas econômicas neoliberais aplicadas pelos Chicago Boys a partir de 1980, às quais resultaram nas mobilizações sociais, com destaque para as Jornadas Nacionais de Protesto (1983-1986), período em que as ruas das principais cidades do Chile, principalmente Santiago, foram tomadas por uma camada significativa de pessoas organizadas em partidos políticos e sindicatos clandestinos, entidades estudantis e comitês de defesa dos direitos humanos. As consequências do degredo, para o degredado, consistiram na quebra brusca de seu vínculo com suas atividades habituais, como estudos, trabalho e atividades políticas; na deterioração das condições físicas e psicológicas do indivíduo; e na desestruturação de seu núcleo familiar. Por outro lado, seu enorme impacto social incentivou um elo de solidariedade entre diversos setores de oposição ao regime, sendo que a mobilização em torno da manutenção do degredado em seu local de cumprimento de pena, e reivindicações de retorno aos seus locais de moradia, trabalho e estudo, contribuíram de para a luta contra a ditadura.

Palavras-chave: Degredados, Neoliberalismo, Jornadas Nacionais de Protesto, Ditadura chilena.

ABSTRACT

Mota, Adir de Almeida. **Neoliberalism and repression in Chile: the relegated in the military dictatorship (1973-1990)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

The present dissertation analyzes the Chilean military dictatorship through relegation, seen as a means of repression considered mild, and in the context of Latin American military dictatorships, typically Chilean. This involved the compulsory transport of individuals to remote locations in the country where they were required to serve a mandatory stay in the place (where they should check daily) within the limits stipulated by the authorities. Through the quantification of information contained in several sources, we can observe the existence of a correlation over the seventeen years of authoritarian regime in Chile, between the incidence of relegation and the austere neoliberal economic measures that had been being applied by the Chicago Boys since 1980, which resulted in social mobilizations, with emphasis on the National Days of Protest (1983-1986), a period when the streets of the cities of Chile, mainly the capital, Santiago, were taken by a significant layer of people organized in political parties and illegal unions, student bodies and human rights committees. The consequences of relegation for those being forced into exile consisted of the abrupt breaking of their bond with their usual activities, such as studies, work and political activities; in the deterioration of the individual's physical and psychological conditions; and in the breakdown of their family nucleus. On the other hand, its enormous social impact encouraged a link of solidarity between different sectors of opposition to the regime, with the mobilization around maintaining the relegation in their place of serving their sentences as well as the demands to return to their places of residence, work and study, they all contributed to the fight against the dictatorship.

Key words: Relegated, Neoliberalism, National Protest Days, Chilean Dictatorship.

RESUMEN

Mota, Adir de Almeida. **Neoliberalismo y represión en Chile: los relegados en la dictadura militar (1973-1990)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

La presente tesis de maestría analiza la dictadura militar chilena a través de la práctica de la relegación, un medio de represión considerado leve y, en el contexto de las dictaduras militares latinoamericanas, típicamente chileno. Se trataba del transporte compulsivo de individuos hacia lugares remotos del país, quienes deberían cumplir la pena de permanecer allí obligatoriamente (que debía comprobar diariamente), dentro de los límites estipulados por las autoridades. A través de la cuantificación de informaciones albergadas en diferentes fuentes, podemos observar la existencia de una correlación, a lo largo de los diecisiete años de régimen autoritario en Chile, entre la incidencia de la relegación con las austeras medidas económicas neoliberales aplicadas por los Chicago Boys a partir de 1980, las cuales provocaron movilizaciones sociales, destacándose las jornadas Nacionales de protesta (1983-1986), oportunidad en que las calles de las principales ciudades de Chile, principalmente Santiago, fueron tomadas por una franja significativa de personas organizadas en partidos políticos, sindicatos clandestinos, entidades estudiantiles y comités de defensa de Derechos Humanos. Las consecuencias de la relegación, para el relegado, fueron una quiebra brusca de su vínculo con sus actividades habituales, como estudios, trabajo y actividades políticas; el deterioro de las condiciones físicas y psicológicas del individuo; y la desestructuración de su núcleo familiar. Por otro lado, su enorme impacto social incentivó una ligación de solidaridad entre diversos sectores de oposición al régimen en la cual la movilización en torno del mantenimiento del relegado en su lugar de cumplimiento de la pena, y reivindicaciones de retorno a sus lugares de residencia, trabajo y estudio, contribuyeron de manera efectiva a la lucha contra la dictadura.

Palavras chave: Relegados, Neoliberalismo, Jornadas Nacionales de Protesta, Dictadura chilena.

ÍNDICE

Introdução	14
Capítulo 1 – Economia e repressão	18
A Unidad Popular e o golpe militar	18
O modelo econômico neoliberal	23
A resistência popular	32
A repressão	38
Tortura	39
Mortes	41
As execuções sumárias	42
Presos desaparecidos	43
O exílio	45
O degredo	46
Capítulo 2 – O degredo	51
O degredo na legislação	51
Padrões demográficos dos degredados	55
Origem e destino dos degredados	67
Capítulo 3 – O cotidiano dos degredados	76
O momento da prisão	76
Na prisão	82
O transporte e chegada no local de degredo	84
A vida no local de degredo e formas de resistência	89
Retorno e recepção do degredado no local de origem	101
Considerações finais	108
Fontes e bibliografia	111

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Capítulo 1

Gráfico 1	Taxa de crescimento do PIB chileno, 1970-1990	30
Gráfico 2	Taxa de desemprego total, Chile – 1973-1990	31
Gráfico 3	Torturados, 1973-1989	41
Gráfico 4	Mortes registradas por organizações de DDHH, 1973-1989	42
Gráfico 5	Execuções, 1973-1990	43
Gráfico 6	Presos desaparecidos, 1973-1990	44
Gráfico 7	Exílio, 1973-1989	45
Gráfico 8	Número de degredados segundo quatro estimativas, 1973-1989	49

Capítulo 2

Gráfico 1	Número de degredados por ano, 1976-1988	58
Gráfico 2	Número de degredados por anos e meses, 1977-1988	58

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1	Taxa de crescimento do PIB chileno, 1970-1990	30
Tabela 2	Dados anuais de desemprego no Chile, 1973-1990	31

Capítulo 2

Tabela 1	Tempo de degredo, 1976-1990	59
Tabela 2	Idade e sexo dos degredados, 1976-1990	60
Tabela 3	Partido político/Sexo dos degredados, 1976-1990	61
Tabela 4	Número de vezes em que pessoas foram degredadas, 1976-1990	61
Tabela 5	Atividade profissional dos degredados, 1976-1990	62
Tabela 6	Cargos e funções dos degredados, 1976-1990	64
Tabela 7	Degredados individuais e em grupos, 1976-1990	67
Tabela 8	Local de prisão dos degredados, 1976-1990	68
Tabela 9	Destino dos degredados, 1976-1990.	69
Tabela 10	Degredados mais de uma vez, 1976-1990	73

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1	Mapa de degredados	17
Imagem 2	Maio de 1983: começam os protestos contra a ditadura	35
Imagem 3	Claudio Gutiérrez, degredado em Toconao em 1981	74
Imagem 4	Arpillera chilena sobre os degredados no local de degredo	90
Imagem 5	Cartões-postais recebidos por degredados em Chiloé, 1981	100
Imagem 6	Celebração pelo triunfo do “No”, Población La Bandera, Plebiscito de 1988, setembro de 1988	102
Imagem 7	Fotografia do departamento feminino da CNS, solicitando o fim do degredo de Arturo Martínez e Manuel Bustos	106

SIGLAS

Acción Popular Independiente – API

Asociación Nacional de Empleados Fiscales – ANEF

Agrupación de Familiares de Detenidos Desparecidos – AFDD

Agrupación de Familiares de Relegados y Ex Relegados – AFAREL

Asociación de Fondo de Pensiones – AFP

Central Nacional de Informaciones – CNI

Comando Nacional de Trabajadores – CNT

Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL

Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres – CIOSL

Confederación de Trabajadores del Cobre – CTC

Confederación Sindical de Trabajadores Metalúrgicos – CONSTRAMET

Comisión de Defensa de los Derechos del Pueblo - CODEPU

Corporación de Fomento de la Producción – CORFO

Central Unitaria de Trabajadores - CUT

Dirección de Inteligencia Nacional – DINA

Doutrina de Segurança Nacional – DSN

Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas – Fasic

Frente Patriótico Manuel Rodríguez - FPMR

Movimiento de Acción Popular Unitaria – MAPU

Movimiento Democrático Popular –MDP

Organização das Nações Unidas – ONU

Partido Comunista de Chile – PCCh

Partido Social Demócrata – PSD

Plan del Empleo Mínimo – PEM

Programa Ocupacional para Jefes de Hogar – POJH

Unidad Popular – UP

Introdução

Estudar um regime autoritário, como o chileno, em vigor entre os anos 1973-1990, significa analisar uma sociedade onde a eliminação física e outros meios de repressão se tornaram parte do cotidiano. Contudo, podemos afirmar que o degredo, nosso objeto de estudo, considerado um meio de repressão brando, porém, de enorme impacto social, se tornou presente na vida política e social dos chilenos nos momentos de maiores manifestações contra ditadura militar, portanto, um meio de amparo ao desenvolvimento do neoliberalismo. Sua peculiaridade consistia em desenraizar o militante de seu local comum de atividades, inserindo-o obrigatoriamente em outra localidade do território nacional, empurrando o indivíduo num contexto de extrema vulnerabilidade social e econômica, com a obrigação de comprovar permanência diariamente junto aos *Carabineros*.

Desta forma, o objetivo central desta pesquisa consiste em verificar a incidência da pena de degredo ao longo do período 1973-1990, e sua correlação com as medidas econômicas neoliberais. Verificamos que os números mais alarmantes deste meio de repressão foram nos momentos de grande turbulência do regime: o Plebiscito para aprovação da Constituição de 1980 e a crise econômica do início de 1982, determinantes para desencadear, nos anos seguintes, as Jornadas Nacionais de Protesto, comprovando a hipótese de que o degredo, já utilizado em outros momentos da história do Chile, foi adaptado como instrumento de repressão para consolidação da ditadura militar. Esses protestos populares germinaram em decorrência do fechamento do regime com a instalação da nova Constituição e da implantação de políticas econômicas neoliberais nos anos seguintes.

As principais fontes utilizadas nesta pesquisa foram basicamente as seguintes: 1) a revista *Solidaridad* (publicação da *Vicaria de la Solidaridad*) como fonte primária principal, assim como documentos disponibilizados pela Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic) e o Museo de la Memoria, os quais permitiram mapear quadros quantitativos e analisar características de ordem qualitativa; 2) os índices correspondentes às políticas econômicas neoliberais ao longo do período da ditadura foram reconstituídos a partir de bibliografia disponível.

É importante notar que a repressão limitou a ação dos partidos, sindicatos e as mobilizações organizadas de trabalhadores, proibindo o direito de greve. A preocupação dos integrantes de agrupamentos políticos e sindicais era se manterem vivos fisicamente. Desta forma, a existência de organizações compostas por trabalhadores que tradicionalmente seriam capazes de se oporem ao regime militar estavam bastante fragilizadas. Os membros dos partidos de esquerda, assim como de grupos armados como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), constantemente foram alvos da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) e da Central Nacional de Informaciones (CNI).¹ Diante desse cenário, a Igreja Católica apareceu como defensora de militantes políticos, sendo sua principal característica o acolhimento das vítimas de direitos humanos, e em decorrência disso, constantemente ameaçada.²

Desta forma, atuando de maneira não clandestina, a *Vicaría de la Solidaridad* foi fundada como órgão oficial da Igreja Católica em 1 de janeiro de 1976, pelo Arzobispado de Santiago, dirigida pelo Cardeal Raúl Silva Henríquez, após Pinochet decretar o fechamento do Comitê Pró-Paz, entidade ecumênica de defesa dos Direitos Humanos, que previamente havia sido criado pela Igreja Católica. Muito ativa e bem estruturada, a Vicaría contou com diversos setores, incluindo o departamento de comunicação, responsável pela publicação da revista *Solidaridad*.³ Assim, as fontes nos quais nos amparamos são documentos alheios ao regime, e produzidos por instâncias preocupadas com a defesa dos direitos humanos e denúncia de suas violações.⁴

Solidaridad circulou quinzenalmente entre os anos de 1976 e 1990, totalizando 300 números; seus colaboradores eram padres, advogados, familiares de vítimas do regime militar e pessoas vinculadas às entidades nacionais e internacionais de Direitos Humanos; seu público foi amplo, abrangendo pessoas envolvidas com os diversos agrupamentos de familiares vítimas da repressão. *Solidaridad* preocupava-se em divulgar as violações aos direitos humanos e sua repercussão em âmbito nacional e internacional: executados, torturados, presos-desaparecidos, exilados, sequestrados,

¹ Alejandra Matus. La victoria de la CNI sobre el MIR. Em: Andrea Insunza & Javier Ortega (org.). *Los archivos del cardenal*. Santiago: Catalonia, 2011, v. 1, p. 224-233.

² Manuel Antonio Garretón. *El proceso político chileno*. Chile: Flacso, 1983, p. 173-206.

³ Hugo Frühling et al. *Organizaciones de derechos humanos de la América del Sur*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos – IIDH, p. 129-197.

⁴ Stephan Ruderer & Veit Straßner. Recodando tiempos difíciles: la Vicaría de la Solidaridad como lugar de memoria de la Iglesia y de la sociedad chilena. *Archives de Sciences Sociales des Religions*. [On line], v. 170, 2015. <http://journals.openedition.org/assr/26843>.

degredados; noticiar as iniciativas dos trabalhadores organizados em sindicatos; a situação de *pobladores* desempregados; as atividades de arrecadação de fundos para auxílio aos necessitados; atividades culturais estudantis; diversos trabalhos dos comitês de direitos humanos; as mobilizações de rua; os congressos de setores da oposição; ações judiciais em defesa das vítimas do regime, etc.

Sobre os degredados mencionaram-se, entre outras peculiaridades, os nomes, a idade, a profissão, a quantidade de vítimas, além de informações como localidade de origem e localidade de destino. O método da quantificação foi o instrumento utilizado para organizar estes dados.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro, “Economia e repressão”, sinaliza-se de maneira introdutória o significado da institucionalização do regime militar e o contexto de quebra da democracia.⁵ Também analisamos o conteúdo da instalação e aplicação da economia neoliberal no Chile e sua relação com o degredo.

O segundo capítulo, “O degredo”, foi dedicado a compreender o significado desta forma de repressão, conforme a legislação instaurada no decorrer da ditadura militar, assim como também o sentido político e social que assumiu para os degredados e seus familiares. Examinamos também nesta parte os padrões demográficos das vítimas de degredo.

O terceiro e último capítulo, “Os degredados”, analisamos como o degredo afetou a vida do indivíduo, de seus familiares e pessoas ao seu redor: as formas nas quais foram presos, a vida na prisão, o cotidiano no local de degredo, as vicissitudes de seu retorno para o local de origem, bem como os meios aos quais entidades de direitos humanos e o agrupamento de degredos, a AFAREL, e outras organizações, recorreram para construir a resistência que permitiu uma rearticulação política e a busca de solidariedade nacional e internacional.

⁵ Arturo Valenzuela. El quiebre de la democracia en Chile. Santiago: Flacso, 1978.

Imagem 1 – *Mapa dos degredados*

Fonte: Vicaría de la Solidaridad, n° 92, 1980, p. 2.

Capítulo 1

Economia e repressão

¡Los vencedores somos nosotros, señores!
Y aquellos derrotados que no lo quieren aceptar
ya se van a dar cuenta ligerito.⁶

Discutiremos a seguir a implantação da ditadura militar instalada no Chile em 1973, o modelo econômico neoliberal imposto, assim como a repressão que se seguiu e a consequente resistência que o regime provocou. Pretendemos mostrar que há uma correlação estreita entre a implantação das medidas econômicas neoliberais e a repressão infligida pelo governo militar.

A Unidad Popular e o golpe militar

O golpe militar de 11 de setembro de 1973 no Chile cumpriu um objetivo político e econômico concreto: rompeu o curso da “via chilena ao socialismo” desenvolvida pela aliança de partidos de esquerda chamada Unidad Popular (UP)⁷, entre 1970 e 1973, sob a liderança do presidente socialista Salvador Allende. O projeto allendista pretendeu construir as bases para transitar de uma sociedade capitalista a outra baseada num socialismo de cunho democrático.

O projeto, em desenvolvimento pelo menos desde a década de 1960, teve desde o início inúmeras dificuldades para se consolidar como alternativa política. A

⁶ Horacio Gutiérrez. *Dulce patria*. Santiago: Ril Editores, 2012, p. 11.

⁷ Os partidos políticos que integravam a UP foram os seguintes: o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista de Chile (PCCh), o Partido Radical (PR), o Movimiento de Acción Popular Unitária (MAPU), o Partido Social Demócrata (PSD) e a Acción Popular Independiente (API). Cf. Elisa de Campos Borges. *O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: “nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”*. Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005, p. 126.

eleição de 1970 foi extremamente conturbada pela oposição ferrenha de grupos direitistas que organizaram facções paramilitares, uma campanha midiática do terror, contando com o apoio econômico, logístico e político de empresários, banqueiros, multinacionais, uma parte significativa das forças armadas, do Judiciário e do Congresso Nacional, assim como também uma agressiva intervenção da Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), de ditaduras como a brasileira⁸, visando interromper o processo democrático chileno.⁹

Para as elites havia um temor fundado de que com o triunfo da UP se poderia radicalizar um processo de estatização de grandes empresas nacionais e estrangeiras, assim como na área rural se abriria espaço para a intensificação do processo de reforma agrária em curso que desembocaria na expropriação de terras improdutivas e de extensos latifúndios. A tanto chegou o clima de confronto que, antes da confirmação pelo Congresso Nacional da vitória de Allende, ocorreu o assassinato do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o general René Schneider, figura constitucionalista que se opunha à solução dos impasses políticos através de um golpe militar.

Allende vencera as eleições presidenciais de 1970 no 1º turno com 36,3% dos votos, contra 34,9% de Jorge Alessandri¹⁰, candidato de uma aliança de partidos da direita. Nesta situação cabia, segundo a constituição chilena, a escolha pelo Congresso Nacional do futuro presidente da república entre as duas primeiras maiorias manifestadas nas urnas. O Congresso, após acordos negociados entre a UP e a Democracia Cristã (DC), elegeu Salvador Allende para o período 1970-1976, dois dias após o assassinato de Schneider.

O programa da “via chilena ao socialismo”¹¹ possuía um conteúdo de ruptura com o capitalismo. A UP pretendia construir um novo modelo econômico através da implantação do agrupamento do setor produtivo em três áreas: uma área de propriedade social, uma área mista e uma área de propriedade privada. A primeira, a mais difícil de ser concretizada, previa a estatização das principais riquezas do país, tais

⁸ José Renato Martins. *Chile*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 95-96.

⁹ Armando Uribe; Cristián Opazo. *Intervención norteamericana en Chile (dos textos claves)*. Santiago: Sudamericana, 2001.

¹⁰ Peter Winn. *A revolução chilena*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 6.

¹¹ Programa Básico del Gobierno de la Unidad Popular - Candidatura de Salvador Allende: Chile, 1969.

como o cobre, salitre, ferro, iodo, carvão mineral, mas também do sistema financeiro, do transporte e das comunicações. No que tange ao meio rural, pretendia-se expropriar as grandes propriedades e transferi-las preferencialmente aos camponeses e a cooperativas a serem organizadas, assegurando ao camponês condições para produção.

No campo político, pretendia-se fundar um Estado Popular, reorganizando a estrutura do Estado, em nível constitucional, nas esferas nacional, regionais e locais, para que setores populares tivessem participação através de ampla discussão. Todas as reformas políticas deveriam ser feitas mantendo a estrutura democrática com divisão dos poderes centrais, a existência de múltiplos partidos políticos, respeitando as liberdades individuais como as de reunião, pensamento, religião, locomoção, etc. No que se refere aos direitos coletivos, se previa o fortalecimento de sindicatos, colégios profissionais, e os poderes locais nos bairros, como Juntas de Vizinhos, Centros de Mães, Centros Juvenis, entre outros. A proposta de Estado Popular deveria também manter diálogos com todos os países, principalmente os do 3º Mundo e os socialistas.¹²

Havia no Chile problemas sociais candentes: as falências na educação, saúde e moradia eram alarmantes. O projeto de inclusão educacional da UP pretendia unificar os programas educacionais das escolas públicas de níveis primário e secundário em todo o país, elaborando planos nacionais comuns, que seriam adotados também pelo ensino privado. A educação deveria ser estendida a todas as classes sociais, superando o elitismo tradicional. Objetivava-se um maior acesso de setores populares à universidade. Igualmente considerava-se que os trabalhadores possuíam atendimento médico e condições de habitação precários, inexistentes, em muitos casos, para amplas camadas da população. A UP pretendia que cada família possuísse uma moradia, e para tanto se incentivaria a criação de instâncias públicas promotoras de habitação e saneamento básico, agregando as empresas privadas já existentes. Essas políticas deveriam contribuir para diminuir a disparidade social, as injustiças e exclusões existentes.

Uma vez eleito, Allende usou sua habilidade de articulação política, optando por agir dentro da legalidade para abrir caminho ao socialismo democrático. A primeira medida revolucionária consistiu na nacionalização das minas de cobre, expropriadas das mãos de multinacionais. Nem mesmo os deputados conservadores foram contrários à proposta de Allende. A segunda mudança estrutural consistiu na nacionalização dos

¹² Programa Básico del Gobierno de la Unidad Popular - Candidatura de Salvador Allende: Chile, 1969.

bancos privados. Consciente da impossibilidade de aprovação desta medida no Congresso Nacional, o plano posto em prática consistiu na utilização da Corporación de Fomento de la Producción (CORFO) para comprar ações das grandes instituições financeiras instaladas no Chile. A terceira ação foi o aprofundamento da Reforma Agrária. Como também julgavam improvável a aprovação desta medida no Congresso Nacional, a UP optou por aplicar na íntegra a lei aprovada em 1966 que previa cooperativas e a expropriação de grandes latifúndios e seu loteamento em pequenas propriedades para sua distribuição a camponeses.¹³

Essas reformas previam que os trabalhadores, destacadamente operários e camponeses, exercessem papel protagonista no curso da revolução chilena. Allende foi eleito amparado em sindicatos operários, movimentos rurais, diversos agrupamentos sociais existentes desde os anos 1960, além de um contato crítico com militantes favoráveis à luta armada, como o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Greves e ocupações de fábricas e de terras foram constantes durante o período da UP, visando acelerar as expropriações. A radicalização da Reforma Agrária não poderia ter sido levada a cabo sem a pressão dos trabalhadores do campo, dada a resistência feroz dos latifundiários, que recorriam à justiça, a milícias armadas e exigiam indenizações à vista. O mesmo é válido para o setor industrial. Simbólica, nesse sentido, foi a expropriação da fábrica têxtil Yarur, que criou uma dualidade de poder quando da ocupação da fábrica têxtil pelos operários, em abril de 1971, exigindo de Allende sua nacionalização, como se comprometera na campanha de 1970.¹⁴ Tratava-se de uma fábrica reconhecida por baixos salários e pela prática do taylorismo, e seu proprietário, Amador Yarur, por suas medidas autoritárias e antisindicaís.¹⁵

Assim, as reivindicações aceleraram o processo revolucionário chegando a ultrapassar as medidas legalistas de Allende. Conforme o processo avançava, as forças sociais começaram a ficar à frente das possibilidades que o governo tinha de acompanhá-las, refém que era do Congresso Nacional, no qual não tinha maioria, e da legislação vigente.

¹³ Peter Winn. *A revolução chilena*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 75-89.

¹⁴ Peter Winn. *A revolução chilena*, p. 75-89.

¹⁵ Peter Winn. *A revolução chilena*, p. 121-128.

Como resposta ao avanço popular, a atividade contrarrevolucionária explícita se desenvolvia nos bastidores dos partidos reacionários para a derrubada de Allende.¹⁶ O grupo paramilitar de extrema direita Patria y Libertad cumpriu papel fundamental nesta tarefa, pois foi um dos principais responsáveis pela organização de manifestações antiallendistas, financiadas por empresários e partidos de direita, como o Nacional: atentados em locais públicos e em ferrovias, apagões elétricos, sabotagens, greves patronais, intimidações diárias nos locais de trabalho e nas ruas, criando um clima de terror político e social.¹⁷ No período final do governo Allende, além das greves dos caminhoneiros, começaram operações de constrangimento público a oficiais leais à Constituição, e um caso simbólico foi o do general Carlos Prats¹⁸ (constitucionalista, chefe do Exército e sucessor de Schneider no governo Allende) durante manifestações contrarrevolucionárias chamadas de “Marcha das panelas vazias”, devido a se posicionar contra propostas de golpe militar.¹⁹

Um indicador do grau de conflito social a que se chegou o constitui a aprovação pela oposição no Congresso Nacional da Lei nº 17.798 (Controle de Armas) instituída em outubro 1972, proibindo a aquisição e posse de armas por indivíduos civis. Este código jurídico permitia que forças de segurança adentrassem violentamente em residências e estabelecimentos considerados suspeitos. O real objetivo da direita era, com um pretexto social, frear a possibilidade de defesa do governo Allende por parte de grupos armados de esquerda, bem como sondar os boatos que circulavam sobre armamento cubano que estariam recebendo militantes da UP. As buscas e apreensões aumentaram gradativamente até o momento do golpe, empoderando grupos paramilitares golpistas.²⁰

Allende, os trabalhadores e a sociedade foram surpreendidos pelo bombardeio do Palacio de La Moneda em 11 de setembro de 1973 e a morte do presidente socialista dentro do Palácio, seguida nas semanas seguintes de devastadora ação repressiva em massa, resultando em alto número de presos, executados, torturados,

¹⁶ Manuel Salazar. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011, p. 71-76.

¹⁷ Gabriela Gomes. *Héroes y demonios. Los jóvenes del Frente Nacionalista Patria y Libertad en Chile de la Unidad Popular*. *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea*. Córdoba, n. 4, p. 57-73, 2016.

¹⁸ Em 1976, Carlos Prats foi assassinado por ordem de Pinochet, pela Direção de Inteligência de Nacional (DINA), em seu exílio em Buenos Aires.

¹⁹ Peter Winn. *A revolução chilena*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 173.

²⁰ Peter Winn. *A revolução chilena*.

decretos militares, implantação de Estado de Sítio e toque de recolher, ocupação militar de ruas, fábricas e repartições públicas, bombardeio de rádios e sindicatos, censura de imprensa, invasões de domicílios, um verdadeiro terrorismo de Estado. Nem mesmo integrantes das próprias Forças Armadas foram poupados.²¹ Instalara-se uma Junta de Governo liderada pelo general do Exército Augusto Pinochet, responsável por determinar a dissolução do Parlamento, suspensão dos partidos políticos, das organizações populares do governo Allende, dos colégios profissionais, anulando-se direitos trabalhistas,²² entre outras medidas autoritárias, justificadas pela Lei de Segurança Nacional e por outros dispositivos dispostos pela própria Junta Militar.²³ A pretensão era a criação de uma nova institucionalidade, exposta publicamente numa Declaração de Princípios.

O modelo econômico neoliberal

Os militares se preocuparam, nos primeiros anos do regime militar, em romper definitivamente com o modelo político e econômico do governo Allende, eliminando qualquer resquício de desenvolvimento de socialismo democrático.²⁴ Nesta fase, os militares foram convocados a ministérios e cargos políticos de proa do regime ditatorial, loteando-se cargos executivos entre os oficiais das três ramas das Forças Armadas e de *Carabineros*.²⁵ Entretanto, a inabilidade técnica e intelectual dos militares que assumiram funções em setores econômicos ficou evidente logo no primeiro ano de governo.²⁶ Desta forma, abriu-se um espaço político a ser ocupado. Foram os Chicago Boys o grupo de maior influência, ligado a setores financeiros e empresariais, que ocupou esse vácuo na ditadura militar chilena, encontrando um ambiente fértil para a aplicação de propostas neoliberais, ainda não implantadas no Chile.

²¹ Beatriz Brinkmann. *Itinerario de la impunidad. Chile, 1979-1999. Un desafío a la dignidad*. Santiago: LOM, 1999, p. 21.

²² Elías Padilla. *La memoria y el olvido. Detenidos desaparecidos en Chile*. Santiago: Ediciones Orígenes, 1995, p. 10.

²³ Manuel Antonio Garretón. *El proceso político chileno*. Santiago: Flacso, 1983, p. 89-108.

²⁴ Manuel Antonio Garretón. *El proceso político chileno*. Santiago: Flacso, 1983.

²⁵ Carlos Huneeus. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2002, p. 187-192.

²⁶ Ao responder o motivo pelo qual assumiu o Ministério da Economia do Chile, o almirante José Toribio Merino explicou: (...) “sempre gostei de economia. E havia estudado economia como hobby. Havia me interessado por cursos de economia da enciclopédia britânica. Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. La economía chilena durante Chala dictadura*. Madri: Los Libros de la Catarata, 1995, p. 117.

Esses economistas vinham exercendo funções em bancos e empresas desde antes da ditadura, e quase todos eram docentes oriundos da Universidad Católica de Chile, muitos com doutorado ou estudos adquiridos desde os anos 1950 na Universidade de Chicago, EUA. Na lista dos denominados Chicago Boys podem mencionar-se Sergio de Castro, Pablo Baraona, José Piñera, Miguel Kast, Sergio de la Cuadra, Rolf Lüders, entre outros.²⁷ Todos eles haviam se tornado discípulos do economista Milton Friedman, reconhecido pela publicação de seu livro *Capitalismo e liberdade*,²⁸ e líder do grupo que comandava o pensamento econômico neoliberal na Escola de Chicago.²⁹

Uma crise econômica do petróleo, em 1973, foi ao encontro da ineficiência dos militares que tomaram posse das áreas econômicas nos primeiros anos da ditadura militar, resultando, em 1974, numa inflação galopante de 504,7%, uma taxa de desemprego total de 9,2%, aumentando no ano seguinte essa taxa para 16,8%.³⁰

Em meio a essa situação desastrosa, os Chicago Boys empreenderam um plano econômico radical de reformas capitalistas assentadas na redução do tamanho do Estado com a privatização de empresas públicas, da educação, saúde e previdência social, a valorização da economia de mercado, redução de tarifas alfandegárias, e a promoção de valores como o individualismo e o consumo.³¹ Estas reformas podem sintetizar-se nas assim chamadas “sete modernizações”³², desdobradas na reforma trabalhista, sistema de aposentadoria, estrutura de acesso à saúde (Isapres), municipalização da educação pública, reforma do judiciário, fomento à modernização agrícola, e implantação de um programa de regionalização administrativa, como se comenta a seguir.

a. Reforma Trabalhista.

²⁷ Alguns economistas não formados em Chicago aderiram à Escola de Chicago por serem áduos defensores do neoliberalismo como Carlos Cáceres, Jorge Cauas, Felipe Lamarca, Hernán Büchi. Ver: Manuel Délano; Hugo Traslaviña. *La herencia de los Chicago Boys*. Santiago: Ornitorrinco, 1989, p. 33-36.

²⁸ Milton Friedman. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

²⁹ Alguns economistas formados em Chicago, no entanto, mostraram-se críticos a essa linha de pensamento, entre eles, Ricardo Ffrench-Davis.

³⁰ Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. La economía chilena durante la dictadura*. Madri: Los Libros de la Catarata, 1995, p. 298-306.

³¹ “El LadRillo”. *Bases de la política económica del gobierno militar chileno*. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1992.

³² Manuel Délano; Hugo Traslaviña. *La herencia de los Chicago Boys*. Santiago: Ornitorrinco, 1989, p. 73-90.

José Piñera foi Ministro do Trabalho e Ministro da Mineração durante a ditadura militar; também ocupava anteriormente postos no setor privado: presidia a Enersis (ex Chilectra Metropolitana), proprietário da revista *Economía y Sociedad* e professor na Universidade Católica de Chile.³³ Atuou como Ministro do Trabalho durante os anos 1979-1980³⁴, com a incumbência primordial de levar a cabo a reforma trabalhista.

O objetivo central de Piñera era limitar as negociações entre o trabalhador e o proprietário da empresa, eliminando o Estado como intermediador das relações trabalhistas, ao mesmo tempo que controlando o ambiente de trabalho contra qualquer possibilidade de conflito social.³⁵ As paralizações nas fábricas foram limitadas à 59 dias; ao contrário, aos proprietários de empresas era permitido o lockout por período que considerassem necessário; no campo, a regra foi ainda mais radical, pois eliminou qualquer alternativa de negociação trabalhista, sob o risco do trabalhador agrícola ser expulso de seu local de trabalho.

b. As Associações de Fundos de Aposentadorias.

O principal objetivo dos Chicago Boys para a privatização da Previdência Social foi eximir da responsabilidade estatal o pagamento de aposentadoria aos trabalhadores, e simultaneamente criar um gigantesco fundo nacional de poupança com as contribuições previdenciárias que os trabalhadores depositariam em agências privadas de aposentadoria. Argumentava-se que a previdência estava “tecnicamente quebrada”, por isso deveria ser entregue à responsabilidade de empresas privadas, criando-se as Asociaciones de Fondo de Pensión (AFPs).

O mecanismo do novo modelo de aposentadoria inaugurado consistiu na obrigatoriedade do pagamento individual dos trabalhadores às AFPs, conhecido como de capitalização, em substituição ao anterior, de solidariedade, para que estas empresas pudessem disponibilizar abundantes fundos para o setor financeiro privado. Grupos estrangeiros, assim como nacionais, se beneficiaram instalando empresas privadas de aposentadorias. O tempo de contribuição do trabalhador aumentou em 5 anos, com no

³³Manuel Délano; Hugo Traslaviña. *La herencia de los Chicago Boys*, p. 34.

³⁴ Carlos Huneeus. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2002, p. 312.

³⁵ José Piñera. *La revolución laboral en Chile*. Santiago: Ziz-Zag, 1990, p. 105-112.

mínimo 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. Das sete modernizações, talvez foi esta na qual o individualismo mais se apresentou de forma explícita.

c. Isapres.

Outra importante modernização foi a privatização da saúde pública. Através do Decreto Lei nº 3.626, datado de novembro de 1980, foram criadas as chamadas Instituições de Saúde Previsional (Isapres) abrindo espaço para a participação de entidades privadas, atenuando o papel do Estado neste setor. Assim como a aposentadoria, os próprios trabalhadores passariam a efetuar o pagamento antecipado através de convênios médicos para usufruir de atendimento básico ou hospitalar, resultando numa medicina sempre paga, apenas variando os custos, maiores ou menores, em função do convênio. Também foram privatizados laboratórios, como o Laboratório do Chile, responsável pela fabricação de remédios de baixo custo. A proposta encontrou resistência dentro do próprio governo, concretizando-se finalmente em 1985.

d. Municipalização da Educação.

Os Chicago Boys objetivavam reduzir os investimentos estatais na educação pública em todos os níveis, e ao mesmo tempo, travar quaisquer atividades políticas estudantis.

No ensino primário e secundário, a chamada municipalização das escolas públicas efetivou a transferência de investimentos em educação do governo nacional para os municípios, que se previa que contariam com muitas dificuldades para manter-se, o que de fato aconteceu, reduzindo seus equipamentos pedagógicos. Abriu-se espaço para a atuação de empresas terceirizadas na fundação de colégios. Estas escolas também chamadas de subvencionadas, receberiam subsídios pela participação de cada aluno matriculado, e como consequência a política escolar permitiu para elas minimizar gastos e incentivar as matrículas, sem contar que os professores perderam a estabilidade, garantias trabalhistas e reduziram seus salários. As escolas públicas gratuitas continuaram a existir, mas foram sucateadas em seus recursos e carreiras.

O arrefecimento de investimentos educacionais também afetou as universidades públicas, começando pelo desmembramento da Universidad de Chile, a

principal do país, que viu suas carreiras tuteladas pelo governo militar e seus recursos diminuídos. Abriu-se espaço para que setores universitários privados pudessem ampliar sua atuação no ensino superior. Além das instituições universitárias privadas, também as públicas passariam a se autofinanciar, cobrando mensalidades aos discentes. A estabilidade funcional dos professores foi eliminada, os concursos suprimidos, e a liberdade de cátedra controlada. O denominador comum das entidades privadas e públicas de ensino superior passaria a ser a promoção de cursos que exigiam menor investimento em infraestrutura.

e. O fomento à modernização agrária.

A modernização do meio rural levada a cabo pela ditadura pretendeu romper definitivamente com a reforma agrária implantada a partir da década de 1960 e intensificada durante o governo da UP, implantando uma contrarreforma pensada em favor dos interesses de grandes proprietários de terras e na livre atuação do empresariado agrícola.

Após o golpe militar o setor agrícola chileno passou a enfrentar diversos problemas: entrou em crise nos anos 1980-1981, afetando gravemente a agricultura tradicional. O conjunto da produtividade caiu, comparado ao ano de 1970, decrescendo ainda mais com a crise econômica dos anos 1982-1983. Além disso, os agricultores se endividaram, confiando nas políticas oficiais, que ao contrário do esperado, congelaria o câmbio, retardando ainda mais o desenvolvimento da economia rural.

O fomento da modernização do campo conduziu o Chile a privilegiar a exportação de produtos agrícolas. Novas regulações abriram espaço ao empresariado rural, tais como o fim do protecionismo, abrindo as portas da agricultura chilena ao mercado internacional. Também ocorreram a queda das taxas alfandegárias e o fim dos créditos subsidiados, com o apoio da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade patronal conservadora de enorme influência.

As transformações no mercado de terras permitiram o acesso de empresas privadas à agricultura, eliminando a existência de assentamentos e cooperativas, excluindo os pequenos proprietários, com acesso ao crédito dificultado pelo sistema financeiro privado, assim como à assistência técnica e capacitação empresarial, impedindo-os de se incorporar aos setores mais dinâmicos da exportação. Por outro

lado, as empresas privadas do campo consideradas de grande porte foram bem contempladas pela legislação trabalhista recentemente precarizada. Beneficiaram-se dos baixos salários, o não pagamento da seguridade social, e dissolução de direitos trabalhistas.

f. Regionalização Administrativa.

A proposta de regionalização foi um tipo de modernização próprio do período final da transição, com vistas a uma descentralização administrativa do país. Propôs-se a existência de 13 regiões no Chile, que substituiriam a antiga divisão em províncias. Avaliavam que até esse momento, através de instâncias como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e os Conselhos de Desenvolvimento Comunais (Codecos), se poderia restringir a participação de opositores e se favoreceria a presença empresarial. A atuação independente dos trabalhadores foi ora limitada, ora anulada pela autoridade regional ou comunal. Desta forma, a proposta prevista no programa previa a eleição direta de todos os governadores, a realização de plebiscitos regionais, superando limitações da Constituição de 1980, o que até hoje não foi implementado.

g. Reforma do Judiciário

Através da Lei nº3648 de 10 de março de 1981, que contemplava a reforma do Judiciário, buscou-se suprimir os tribunais e cortes do trabalho, também com a justificativa da ineficiência. Problemas como a existência de uma aguda burocracia, o acúmulo de diversas causas pendentes e insuficiente mão-de-obra de especialistas e poucas unidades para atendimento ao público em províncias, justificavam as reformas propostas. As pendências cresceram mediante o aumento das demissões, em virtude da crise econômica de 1982-1983.

A preocupação da ditadura militar era com o código trabalhista, cuja necessária flexibilização viria ao encontro das outras modernizações. Criou-se uma Justiça Ordinária para nesta se incorporar a legislação trabalhista. A experiência foi um fracasso reconhecido até por Pinochet, e mediante diversas mobilizações e greves de funcionários do Judiciário, a reforma foi sepultada.

No bojo da fundação das modernizações, os ministros e as autoridades proferiram publicamente palavras como “liberdade pessoal”, “igualdade de oportunidades”, etc, esperando que os principais afetados pelas modernizações aderissem a elas sem agitações. Tratava-se de fazer com que a sociedade chilena fosse submetida, sem contestação, aos ditames do mercado. Os resultados destas modernizações foram gratificantes, e até espetaculares, para os setores empresariais e bancários, e menos favoráveis, e mesmo nefastos, para os trabalhadores assalariados e a população mais pobre. O projeto se consolidou paulatinamente pela força, mostrando-se perverso para a população mais vulnerável.³⁶

Os empresários e banqueiros se beneficiaram das privatizações de empresas públicas, da abundância de créditos subsidiados, entre outros decorrentes da criação das AFPs, da privatização da educação e saúde, da eliminação de direitos trabalhistas e controle de sindicatos e greves, da liberdade para formar novas empresas com escassos controles públicos, facilidades para aquisição de insumos e maquinários importados, e complacência da justiça em enquadrar abusos de poder.³⁷

Os dramáticos resultados econômicos das modernizações para os trabalhadores e para o país podem ser avalizados através de indicadores como o crescimento econômico e a desocupação.

Os dados de desemprego mostram picos iniciais nos anos de 1975-1977, chegando a taxas de 17%. Na década seguinte esses índices cresceram significativamente, principalmente entre os anos 1982-1985, elevando-se a extraordinários 28%, que correspondem também a declínios substanciais do PIB: -13% em 1975 e -14% em 1982, conforme se pode verificar nas tabelas 1 e 2 e gráficos respectivos.

³⁶ Pilar Vergara. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1985, p. 216-224.

³⁷ Felipe Pereira Loureiro. A liberalização autoritária, a política econômica chilena durante o Regime Militar Pinochetista (1973-1990). Em: Everaldo de Oliveira Andrade & Luis Eduardo Simões (orgs.). *Os sentidos da violência na História*. São Paulo: LCTE Editora, 2007, p. 85-104.

Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB chileno, 1970-1990

Anos	PIB (%)	Índice de salário médio real (Ano base = 1970)
1970		100,0
1973	- 5,6	*
1974	1,0	64,1
1975	- 12,9	62,0
1976	3,5	65,4
1977	9,9	70,1
1978	8,2	75,1
1979	8,3	81,4
1980	7,8	88,5
1981	5,5	96,4
1982	- 14,1	96,1
1983	- 0,7	85,8
1984	6,3	85,9
1985	2,4	82,2
1986	5,7	83,8
1987	5,7	83,6
1988	7,4	89,1
1989	10,0	90,8
1990	2,1	92,4

Obs: *O índice de salário médio real de 1973, ano do golpe militar, é muito discrepante.

Fonte: Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. A economía chilena en la dictadura*. Madri: Los Libros de La Catarata, p. 284.

Fonte: Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. A economía chilena en la dictadura*. Madri: Los Libros de La Catarata, p. 284.

Tabela 2 - Dados anuais de desemprego no Chile, 1973-1990

Ano	Força de trabalho	Desemprego aberto	PEM	POJH	Desemprego total	Taxa de desemprego aberto	Taxa de desemprego total
1973	3037,0	145,8	145,8			4,8	4,8
1974	3066,8	282,1	282,1			9,2	9,2
1975	3111,8	451,2	72,7		523,9	14,5	16,8
1976	3181,9	409,7	157,8		561,5	12,9	17,8
1977	3199,5	378,8	187,7		566,5	11,8	17,7
1978	3469,0	489,4	145,8		635,2	14,1	8,3
1979	3477,4	474,1	133,9		608,0	13,6	17,5
1980	3635,5	378,4	190,7		569,1	10,4	15,7
1981	3593,8	402,7	175,6		578,3	11,2	16,1
1982	3503,6	679,1	225,3	81,2	985,6	19,4	26,4
1983	3706,0	554,5	341,6	161,2	1057,3	15,0	28,5
1984	3703,7	573,3	167,6	168,7	909,6	15,5	24,6
1985	3711,1	454,5	134,3	190,0	778,8	12,2	21,0
1986	4270,0	374,3	81,0	140,4	595,7	8,8	13,9
1987	4354,4	343,6	35,7	88,4	467,7	7,9	10,8
1988	4551,6	285,8	9,0	24,9	319,7	6,3	7,0
1989	4674,6	249,8			249,8	5,3	5,3
1990	5003,8	25,2			265,8	5,7	5,7

PEM = Plan de Empleo Mínimo.

POJH = Programa de Ocupacional para Jefes de Hogar (Programa de Ocupação de Chefes de Família).

Fonte: Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. A economía chilena en la dictadura*. Madri: Los Libros de La Catarata, p. 306.

Fonte: Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. A economía chilena en la dictadura*. Madri: Los Libros de La Catarata, p. 306.

Além disso, a empreitada de privatizar amplamente o mercado fez reduzir drasticamente a participação estatal na economia chilena. Considerando o ano de 1973 até 1989, a participação estatal na área do transporte, que era de 70%, em 1973, diminuiu a 10%, em 1989; na área de comunicações, a participação do Estado também era de 70%, sendo reduzida a 0%, em 1989; no setor industrial, em 1970, o Estado intervia em 40%, e em 1989, apenas 3%. A mineração foi o setor onde o neoliberalismo

menos penetrou; a participação estatal em 1973, nesta área, foi de 85%, e em 1989, 60%. Os Chicago Boys, logo no ano de 1974, privatizaram gratuitamente 325 empresas, sob o argumento de serem nacionalizadas “ilegalmente” pela UP, e entre os anos de 1975-1983, 207 empresas do ramo financeiro e industriais foram vendidas ao setor privado.³⁸

A resistência popular

*El autoritarismo durará
lo que dure la obediencia.*³⁹

As medidas econômicas da ditadura militar chilena somente foram possíveis de serem implementadas mediante a extinção das instituições democráticas, o rígido controle dos veículos de comunicação somada à forte repressão política, caracterizadas pela ONU como violações sistemáticas aos direitos humanos. Como lembra Alejandra Lúnecke, estas são particularidades próprias de regimes ditatoriais, na época disseminados pelo Cone Sul.⁴⁰ Entretanto, a existência deste modelo econômico sob o manto do autoritarismo leva analistas como o economista Xabier Arrizabalo a argumentar que foram os Chicago Boys que necessitaram da ditadura, não este último quem necessitou do primeiro, ao contrário da ordem cronológica dos fatos.⁴¹

A repressão sistemática geraria no decurso dos dezessete anos de ditadura a uma resistência permanente. Essa resistência passou por etapas, iniciando-se no próprio dia do golpe com um refluxo dos movimentos sociais e partidos políticos. Nos anos iniciais a resistência aconteceu de modo fundamentalmente clandestino e com os militantes buscando áreas de rearticulação e reencontro. Devido à dura repressão, à censura, e ao toque de recolher em vigor, tardou alguns anos para que essa resistência voltasse a se manifestar publicamente.

³⁸ Dominique Hachette. Privatizaciones: reforma estructural pero inconclusa. Em: Felipe Larraín & Rodrigo Vergara (orgs.). *La transformación económica de Chile*. Santiago: CEP, 2000, p. 112-154.

³⁹ Horacio Gutiérrez. *Dulce patria*. Santiago: Ril Editores, 2012, p. 111.

⁴⁰ Alejandra Lúnecke. *Violencia política (violencia política en Chile. 1983-1986)*. Santiago: Arzobispado de Santiago, Vicaría de la Solidaridad, 2000, p. 17.

⁴¹ Xabier Arrizabalo. *Milagro o quimera. La economía chilena durante la dictadura*. Madri: Los Libros de la Catarata, p. 117.

Podemos observar manifestações de rua desde o plebiscito de 1978, que embora visivelmente manipulado pelos militares, foi uma oportunidade para a oposição manifestar seu descontentamento abertamente, atingindo os meios de comunicação que se encontravam sob rigorosa censura. Em 1980 a Junta Militar promoveu sua institucionalização promulgando uma Constituição que tinha sido encomendada a um grupo de especialistas indicados pelo regime. Esta imposição impulsionou por parte da oposição a admitir, como reação para a derrocada da ditadura, a incorporação na resistência de todas as formas de luta, inclusive a armada. Cria-se, entre outros, a Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR). Estas, e as tradicionais manifestações dos trabalhadores, que nos primeiros anos da década de 1980, foram a antessala para as Jornadas Nacionais de Protesto (1983-1986). Ambas ao longo da década tornaram-se mobilizações permanentes, sendo o maior termômetro para a medição da insatisfação social contra o regime e o modelo econômico em decadência, tornando-se o epicentro da violência política em massa. Por ocasião do plebiscito de 1980, agravada pela manipulação dos resultados, novamente os anseios sociais se manifestaram nas ruas, em contraste com o que se revelou nas urnas: o ditador Pinochet conseguiria, conforme a nova Constituição, a continuidade no poder por mais oito anos. Estas e outras mobilizações tradicionais, como o 1º de maio, foram a antessala para as Jornadas Nacionais de Protesto (1983-1986). Ao longo da década tornaram-se mobilizações permanentes, sendo o maior termômetro para medição da insatisfação social contra o regime e o modelo econômico em decadência, tornando-se o epicentro da violência política em massa.

Apesar do sucesso do regime com sua autoinstitucionalização, a oposição à Junta Militar continuou aumentando. O terror político e social tinha atingido grupos ideológicos apoiadores do golpe militar de 1973 que, descontentes com o modelo econômico em aplicação e vendo que militantes de suas fileiras estavam sendo reprimidos, assumem gradualmente um lugar na oposição, como os democratas-cristãos, somando-se com alguma tardança à resistência que a própria Igreja Católica e outros grupos religiosos já tinha feito desde o início.⁴²

⁴² Manuel Antonio Garretón. *El proceso político chileno*. Santiago: Flacso, 1983, p. 173-192. Ver também sobre o processo político Carlos Huneeus. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2002, p. 615-618.

Uma vez que a insatisfação com os calamitosos resultados econômicos se alastrou por diversas camadas sociais, sobretudo entre os trabalhadores e a pequena-burguesia, não pôde o regime, por muito tempo, deter as mobilizações de rua, que embora consideradas ilegais, tais como o direito de greve, iam ganhando corpo cada vez maior, apesar da imposição do toque de recolher. O controle da liberdade de expressão, no entanto, permaneceu rígido como sempre.

A situação política estimulada pela ditadura somada ao declínio do chamado “milagre econômico”, que flagelava os setores populares da sociedade, sobretudo no que diz respeito ao emprego e baixos salários, fez explodir uma onda de protestos em todo o país, envolvendo trabalhadores assalariados engajados em sindicatos, trabalhadores informais, comerciantes ambulantes, partidos políticos (que embora ilegais, permaneceram organizados clandestinamente), *pobladores* e estudantes. Os planos paliativos de combate à pobreza, como o Plan de Empleo Mínimo (PEM) e o Programa Ocupacional para Jefes de Hogar (POJH), não foram suficientes para suprir as necessidades da maior parte da população.

Dias após os protestos do 1º de maio de 1983, a Confederación de Trabajadores del Cobre (CTC) convocou para o dia 11 de maio uma paralização nacional com protesto nas ruas.⁴³ Iniciaram-se assim, as Jornadas Nacionales de Protesto, ganhando rapidamente adesão da Confederación Nacional Sindical e de outros setores operários, como os petroleiros e trabalhadores inseridos no PEM; professores e estudantes universitários, assim como também comerciantes, que fecharam as portas de seus estabelecimentos.⁴⁴ Em uma declaração oficial, publicada na revista *Solidaridad*, os trabalhadores do cobre justificaram a convocatória afirmando:

“Nuestro problema no es una ley más o una ley menos, o de una modificación u otra a lo existente, sino que es mucho más profundo y medular: si trata de un sistema completo, económico, social, cultural y político que nos tiene envueltos y comprimidos, que se contradice con nuestra idiosincrasia de chilenos y de trabajadores, que nos ha tratado de asfixiar con armas el temor y la represión para cada vez nos envolvernos más, porque no lo sentimos, porque no se acomoda con nuestra manera de vivir, porque nos fue impuesto a la fuerza y con engaños”.

⁴³ Congreso del cobre acuerda paro nacional. *Solidaridad*, n. 154, 1983, p. 16.

⁴⁴ Gonzalo de la Maza & Mario Garcés. *La explosión de las mayorías. Protesta nacional 1983-1984*. Santiago: ECO Ediciones, 1985.

Terminan su declaración aclarando: “El Paro Nacional a que llamamos debe hacerse afectivo el día 11 de mayo próximo entre las 00:00 y las 24:00 horas”.⁴⁵

Com o estourar desta primeira manifestação massiva outras foram organizadas por entidades representativas dos trabalhadores e populares (algumas surgidas espontaneamente), entre 1983 e 1986, todos os meses, sempre apoiadas pela Igreja Católica.⁴⁶ O 11 de março foi marcado como o dia em que a experiência de mobilização fez com que os trabalhadores percebessem que o medo poderia ser superado. O saldo nesse dia foram 2 mortos, 50 feridos e 300 presos.⁴⁷

Imagem 2 – Maio de 1983: começam os protestos contra a ditadura.

Fonte: <http://www.laizquierdadiario.cl/>

Enquanto a propaganda política pinochetista se concentrou em dizer que a manifestação de 11 de maio foi um fracasso, as *marchas* se expandiram ao longo de todo país, sucedendo-se quase mensalmente até o ano de 1986, e ganhando adeptos entre os trabalhadores da locomoção coletiva e as *poblaciones*, com destaque para a intensa participação estudantil. Os manifestantes, no decorrer das atividades, expandiram seu espaço de luta, manifestando-se também, por exemplo, no interior das universidades e escolas e por ocasião de velórios de vítimas nos cemitérios.

⁴⁵ Congreso del cobre acuerda paro nacional. *Solidaridad*, n. 154, 1983, p. 16

⁴⁶ Gonzalo de la Maza & Mario Garcés. *La explosión de las mayorías. Protesta nacional 1983-1984*. Santiago: ECO Ediciones, 1985.

⁴⁷ Mónica Iglesias Vázquez. *Rompiendo el cerco. El movimiento de pobladores contra la dictadura*. Santiago: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2011, p. 228-229.

A segunda manifestação aconteceu no dia 14 de julho de 1983, tendo como aspecto político emblemático o fato de a “democracia” aparecer como palavra de ordem. O saldo repressivo foi a prisão de milhares de manifestantes, entre os quais, Rodolfo Seguel, dirigente da Confederação Nacional do Cobre, a exoneração de 30 dirigentes da mesma entidade e quase 200 trabalhadores de diversos outros setores.⁴⁸

O terceiro dia de protesto ocorreu em 12 de julho de 1983, com avanços no que tange às atividades democráticas. Em meio a uma enorme resposta repressiva por parte da ditadura nos dois protestos anteriores, o Partido Democrata Cristiano convocou o protesto desta data, porém, a mesma não foi anunciada pela imprensa. Para este dia, foi reimplantado o toque de recolher. Antes mesmo da manifestação foram demitidos 799 trabalhadores, 31 dirigentes sindicais, e o ex-chanceler Gabriel Valdés fora preso desde o dia 9.

De todo o período das Jornadas Nacionais de Protesto, as mobilizações organizadas nos meses finais de 1984 foram as de maior repercussão política e social contra o regime, pois se repetiram por vários dias. Setores populares e estudantis aderiram em elevado número aos chamados das lideranças operárias, que se expressaram em massa nas ruas, com palavras de ordem contra o governo, e acendendo fogueiras e armando barricadas, formas de luta usadas desde o primeiro protesto.

Os *Carabineros* e forças especiais civis não identificadas foram os principais atuantes na repressão aos manifestantes desde o dia 11 de maio de 1983, usando gás lacrimogênio, blindados com jatos d’água, e balas, resultando em prisões políticas massivas, mortes e degredos por diversas partes do país.⁴⁹ Nos protestos acontecidos no período final de 1984, os militares temeram a capacidade de mobilização dos manifestantes, ampliando a repressão e o número de vítimas feridas, presas e torturadas.⁵⁰

⁴⁸ Mónica Iglesias Vázquez. *Rompiendo el cerco. El movimiento de pobladores contra la dictadura*. Santiago: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2011, p. 230-231.

⁴⁹ Relegaciones. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS0001552.

⁵⁰ Después del primer paro: “ahora los trabajadores exigimos”... *Solidaridad*, n. 188, 1983, p. 19.

Em meio a estes protestos, ao longo de três anos consecutivos, outros tipos de manifestações foram concretizadas.⁵¹ Podemos destacar entre elas as greves operárias e de funcionários públicos, as *marchas* na capital e nas cidades de províncias, manifestações de estudantes dentro das universidades, cortejos funerários acompanhando o enterro de vítimas da repressão, panfletagem nos mercados, barricadas juntos às vias de acesso urbano, e inclusive, nos anos finais da ditadura, ações de arte promovidas por grupos de arte engajada que se organizaram com a finalidade de driblar a censura. Famosas foram as ações de arte de Pedro Lemebel.⁵²

A violência política também se manifestou em ações armadas em paralelo com os protestos mencionados. Como exemplo podemos citar ações de propaganda armada, assaltos e atentados a lugares simbólicos, ataques a edifícios das Forças Armadas e organismos de segurança e do poder judiciário, bombas em datas comemorativas, instalações de explosivos em terminais de transporte público, em bancos e redes elétricas, assassinato de agentes repressivos.

As mulheres tiveram destacada atuação na resistência à ditadura. Além das militantes e operárias, foram elas que encabeçaram ou integraram agrupações de direitos humanos como a Asociación de Detenidos Desaparecidos, Asociación de Ejecutados, Asociación de Presos Políticos, Comisión Nacional Contra la Tortura, Movimiento contra la Tortura Sebastián Acevedo, Comisión Chilena de Derechos Humanos, Comisión de Defensa de los Derechos del Pueblo (CODEPU), etc. Atuaram como advogadas, psicólogas, assistentes sociais, e principalmente como testemunhas e lutadoras pela justiça para com seus familiares atingidos por violações de direitos humanos. Também tiveram atuação marcante nas agrupações de *pobladores*, que precisavam resistir à invasão de suas residências, fornecer alimentos em *ollas comunes* (panelas comunitárias), participação em atividades culturais arrecadadoras de fundos, reuniões para organização de atos solidários, etc.

Os ecos das Jornadas Nacionais de Protesto e as demais manifestações surtiram efeito positivo, com o plebiscito de 5 de outubro de 1988, no que tange aos

⁵¹ Robinson Humberto Silva Hidalgo. *Resistencia política y origen del movimiento social anti dictatorial en Chile (1973-1988)*. Doctorado en Historia, Facultad de Geografía e Historia, Universitat de Barcelona, 2014.

⁵² Juan Pablo Sutherland. *Nación marica. Prácticas culturales y crítica activista*. Santiago: Ripio Ediciones, 2009, p. 129-134.

anseios dos movimentos de oposição e às diversas associações de direitos humanos, abrindo esperanças de uma virada definitiva para o retorno à democracia. Este plebiscito estava previsto na Constituição de 1980, quando os chilenos optariam entre a permanência de Pinochet por mais oito anos, ou à chamada a eleições presidenciais no ano seguinte. Mesmo diante do aparato de controle publicitário dos militares, assim como nos dois plebiscitos precedentes, o resultado das urnas foi favorável pelo retorno à democracia que previa a eleição de um novo presidente.⁵³

Os plebiscitos de 1978 e 1980 ainda faziam sombra, deixando a oposição desconfiada, mas um trabalho árduo e estratégico para alcançar resultados satisfatórios fora posto em prática, expresso principalmente na palavra de ordem “Chile, la alegría ya viene”. Formou-se o Comando Nacional pelo No, que passava instruções gerais aos votantes buscando assegurar o sucesso da alternativa “No”, além de no dia da votação propiciar a maior transparência possível.⁵⁴

A repressão

A repressão esteve presente em todas as fases da ditadura. Os tipos de violações aos direitos humanos, entretanto, variaram temporalmente ao longo da trajetória do governo militar, bem como os agentes que a perpetraram. Os alvos desta repressão foram principalmente os militantes dos partidos de esquerda, *pobladores*, sindicalistas do meio urbano e rural, estudantes, intelectuais, além dos antigos dirigentes do governo da UP.

No inventário das formas de repressão podem mencionar-se execuções sumárias, sequestros, prisões em massa, torturas, presos-desaparecidos, exílio, invasões domiciliares, degredos. Algumas destas práticas foram aplicadas conjuntamente e, em geral, tiveram um caráter ilegal e clandestino, operadas por agentes oficiais e paramilitares, sem autorização judicial. Comentaremos a seguir algumas destas práticas.

⁵³ Matías Tagle (org.). *El plebiscito de 5 de octubre de 1988*. Santiago: Corporación Justicia y Democracia, 1995, p. 9.

⁵⁴ Mónica Iglesias Vázquez. *Rompiendo el cerco. El movimiento de pobladores contra la dictadura*. Santiago: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2011, p. 305-307.

Tortura

A tortura foi um dos meios de violação aos direitos humanos que se praticou durante todo período de vigência do regime militar. No próprio 11 de setembro de 1973 e nos meses que seguiram ao golpe, a tortura foi praticada de maneira indiscriminada, como o que ocorreu no Estádio Nacional. Após o período de consolidação da ditadura, foi direcionada, prévia prisão, a segmentos políticos determinados. O objetivo era contribuir para o desmantelamento do movimento de oposição, ao expor o dirigente político torturado ao vexame entre seus pares, visando que o indivíduo ou liderança política colaborasse na entrega de “companheiros”, ou informasse a respeito da organização de determinadas manifestações de massas ou operações guerrilheiras em curso.

Existe uma linha tênue entre o conceito de tortura e o de tratos cruéis, desumanos e degradantes. Entretanto, diversas entidades de direitos humanos, no Chile e em outros países, assim como na ONU, definiram a palavra “tortura”.⁵⁵ Aqui usaremos a definição estabelecida pela Convenção Internacional Contra a Tortura, a qual afirma que

(...) todo acto por el cual se inflija a una persona dolores o sufrimientos graves ya sean físicos o mentales, con el fin de obtener de ella o de un tercero información o una confesión, de castigarla por un acto que haya cometido o se sospeche que ha cometido o de intimidar o coaccionar a esa persona o a otras, o por cualquier razón basada en cualquier tipo de discriminación, cuando dichos dolores o sufrimientos sean infligidos por un funcionario público u otra persona en el ejercicio de sus funciones públicas, a instigación suya, o con su consentimiento o aquiescencia. No se considerarán torturas los dolores o sufrimientos que sean consecuencia de sanciones legítimas, o sean inherentes o incidentales a éstas.⁵⁶

Em termos práticos, a tortura infligida durante a ditadura chilena consistiu no uso político da violência física e psicológica por parte do aparato de Estado, com a finalidade de aniquilar opositores. Serviu também para prender aderentes submetendo militantes à tortura, para posteriormente extorquir informações de interesse da ditadura.

Foram centenas de milhares os opositores que foram torturados em centros de repressão. Entre os mais conhecidos lugares podemos citar o Estádio Nacional,

⁵⁵ Patricio Orellana. *Violaciones a los derechos humanos e información. La experiencia chilena*. Santiago: Fasic, 1989, p. 49-63.

⁵⁶ Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 3.

inaugurado como lugar de repressão nos momentos imediatos ao golpe militar; o Estádio Chile, onde foi morto o músico Víctor Jara; o recinto secreto Villa Grimaldi, utilizado entre 1974-1978; a Venda Sexy, local de extermínio, onde era frequente a repressão de cunho sexual; a casa da rua Londres, n. 38, onde se costumava torturar da mesma forma que nos locais anteriores, entre outros.⁵⁷ Inúmeras também foram as técnicas de enfraquecimento físico e psicológico utilizadas em separado ou de forma combinada, chamada pelos repressores de “abrandamento do preso”.⁵⁸

Entre os tormentos físicos praticava-se a aplicação de golpes no corpo; o emprego de eletricidade em partes íntimas; queimaduras com ácidos e cigarros; permanência em calabouços insalubres ou diminutos; mantinham presos com sede por tempo indeterminado; telefone (bater nos ouvidos com ambas as mãos); pau de arara; submarino molhado, violações sexuais. As torturas psicológicas consistiam em ameaças à familiares das vítimas; ausência de comunicação em recinto secreto; isolamentos prolongados em solitárias; simulações de fuzilamentos e atropelamentos; injeções de drogas; realização de torturas na presença de familiares; assinaturas forçadas de declarações autoinculpatórias.

As sequelas deixadas nas vítimas foram devastadoras, como a emergência de depressão, insônia, alucinações, perda de memória, agressividade, desconfiança, baixa autoestima, deturpação da realidade, perda do sentido da vida; fisicamente se manifestaram em mutilações, queimaduras, problemas cardíacos e diversas doenças somáticas.⁵⁹ Todas essas sequelas estenderam-se ao entorno das vítimas e de seus familiares.⁶⁰

É possível verificar uma relação próxima entre a tortura com outros meios de repressão, colocando-se a primeira como o principal sustentáculo da estrutura repressiva.

⁵⁷ Importante ressaltar que os mencionados centros de repressão têm sido usados atualmente para as políticas de construção da memória no Chile. Elizabeth Lira & Brian Loveman. La tortura como política: Chile 1810-2010. Em: Katherine Hite, Cath Collins & Alfredo Joignant. *Las políticas de memoria en Chile: desde Pinochet a Bachelet*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 117-159.

⁵⁸ “Así son las torturas”. *Solidaridad*, Santiago, 1981, n. 109, p. 10.

⁵⁹ Ver: Elizabeth Lira. El testimonio de experiencias políticas traumáticas: terapia y denuncia en Chile (1973-1985). Em: Anne Pérotin-Dumon (org.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*, 2007. Acesso em: <http://www.historizarelpasadovivo.cl/>

⁶⁰ Wally Kunstman Torres & Victoria Torres Ávila (orgs.). *Cien voces rompen el silencio. Testimonios de ex presas y presos políticos de la dictadura militar en Chile (1973-1990)*. Santiago: Ediciones de la Dibam, 2008.

Como mostra o gráfico 3, com base nos dados de Patricio Orellana, a tortura na trajetória do regime se fez mais necessária durante os primeiros meses após o golpe militar, em setembro de 1973. Nem mesmo durante o período das Jornadas Nacionais de Protesto (1983-1986) mostra números tão alarmantes. Registre-se que os dados de Orellana indicam apenas os dados oficiais das Comissões da Verdade, estando portanto subestimadas, dado que muitos dos torturados não prestaram seu testemunho em virtude de terem falecido, estarem no exílio, ou por constrangimento.

Fonte: Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 3.

Mortes

Foram inúmeros os tipos de mortes perpetradas pelos agentes da repressão, num quadro de autoritarismo institucionalizado, sendo classificadas, por entidades de direitos humanos, como uma violação de lesa humanidade.

Uma vez preso, o militante político de oposição estava sujeito a variadas consequências, decorrentes do ato de tortura. Em milhares de casos, a tortura era tão rígida que desembocara em morte. Contudo, houve casos que não foram precedidos de tortura, como as execuções sumárias e as mortes ocorridas em falsos “enfrentamentos”.

Os dados sobre o índice de mortes de responsabilidade dos agentes da repressão variaram ao longo da ditadura, como mostra o gráfico 4, tendo seu ápice no

ano do golpe e no seguinte, reduzindo-se posteriormente, mas permanecendo presentes durante o período ditatorial.

Os dados apresentados são uma estimativa, uma vez que muitos familiares das vítimas não procuraram as entidades de direitos humanos ou os seus dados se perderam. Os casos de mortes aqui apresentados incluem: execuções sumárias, mortes por desaparecimento, por supostos enfrentamentos, por tortura, homicídios premeditados, mortes em manifestações, por abuso de poder, e outras mortes não classificadas.

Fonte: Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 4.

As execuções sumárias

As execuções sumárias acompanharam outros tipos de mortes perpetradas pela ditadura militar. Diferentemente das duas anteriores, correspondem a uma tipologia repressiva mais imediata por parte dos aparatos de repressão, como uma missão a ser cumprida pelo agente repressivo ou por abuso de poder, atingindo militantes de maneira individual ou massiva. Diferenciou-se do homicídio, realizado por parte de um indivíduo civil, que atentava contra a vida de outrem considerando interesses pessoais, pois foram cumpridas por representantes do Estado.

O gráfico 5 comprara os índices de presos desaparecidos, o total de executados somados aos presos desaparecidos e as execuções sumárias levadas a cabo durante a ditadura militar.

Fonte: Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 4.

Presos desaparecidos

Muitas ocorrências de presos desaparecidos foram registradas pelas entidades de direitos humanos, como a Vicaría de la Solidaridad. A figura do preso desaparecido foi definida como uma eliminação física de opositores, resultantes de várias possíveis situações: 1) uma vez presos, submetidos à sessões de tortura e, por decorrência desta, foram à óbito, sendo a pessoa (ou o corpo dela) eliminado, não sendo entregue aos familiares; 2) outra possibilidade são aqueles que nunca mais foram vistos devido a serem sumariamente executados e seus corpos enterrados clandestinamente; 3) casos mais dramáticos e cruéis também são relatados por testemunhos, como o lançamento ao mar de pessoas ainda vivas.

A figura do preso desaparecido sempre foi negada pelo governo. Os primeiros casos que vieram à tona, provocando comoção nacional, surgiram quando foi noticiada em 15 de novembro de 1978 a existência de 15 ossadas de camponeses depositados numa mina de cal abandonada em Loquén, e que posteriormente se

comprovaria pertencerem a pessoas que tinham sido sequestradas na região e que até então permaneciam desaparecidas.⁶¹

Uma consequência da aplicação pelos militares deste tipo de violação aos direitos humanos foi alastrar o clima de terror social, que favorecia a sujeição da sociedade e sua capacidade de resistência, deixando claro que se opor ao regime pode significar a morte. A situação política criada tencionava intimidar *pobladores* e militantes envolvidos em ações de contestação.

Patricio Orellana assinala que a maioria dos corpos de presos desaparecidos encontrados correspondem ao ano de 1973, reduzindo-se esse número após 1976, embora não tenha se extinguido, como mostra o gráfico 6. O total de presos desaparecidos durante a ditadura estimados por Orellana ascende a mais de 1000, embora outras fontes relacionem mais de 3000 presos desaparecidos.

Fonte: Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 4.

⁶¹ Sílvia Simões. 'Acá en Chile no hubo nada señores': o caso dos hornos de Lonquén. Em: Enrique Serra Padrós (org.). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 133-146.

O exílio

O exílio político pode ser caracterizado como a saída obrigatória de indivíduos do território nacional para permanecer em outro país. Além dos exilados voluntários via embaixadas, houve os que ocorreram por determinação militar, ou por recomposição familiar no exterior. Também foi utilizado o exílio como ferramenta política por parte do governo militar, expulsando figuras importantes do mundo político de oposição, e inclusive retirando a muitos a naturalidade chilena.

Houve também exilados econômicos que deixaram o país devido à discriminação política, às exonerações, ou a não encontrarem emprego em decorrência da crise que provocou a implementação do modelo econômico neoliberal.

O exílio político atingiu inicialmente figuras proeminentes do governo da UP e a seguir militantes de outros partidos de esquerda (comunistas, socialistas, MIR), alastrando-se depois a integrantes do Partido Demócrata Cristiano (PDC), que haviam apoiado o golpe. O exílio econômico atingiu níveis inéditos em 1975, fruto do caos econômico instalado pelo golpe, acrescido de uma crise internacional do petróleo. Em decorrência de uma nova aguda crise interna acontecida em 1982, o exílio econômico alcança novamente níveis massivos a partir de 1983, conforme mostra o gráfico 7.

Fonte: Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 7.

O número total de exilados no período 1973-1989 atingiu, segundo Orellana, quase 500 mil chilenos, que corresponderam a 5% da população. Outras estatísticas mostram que o exílio político e econômico alcançou quase 1 milhão de habitantes.

Os principais países que aceitaram acolher exiliados foram a Argentina, que recebeu metade dos mesmos; a seguir, os Estados Unidos, Canadá, Venezuela e o Brasil, entre os países americanos; na Europa, França, Itália e Suécia; e na Ásia, a Austrália. Nestes países os exilados deram vida a comitês que debatiam a situação política e econômica do Chile, e a situação de desterro que lhes cabia, contribuindo assim para que o repúdio ao regime militar se tornasse um movimento de amplitude internacional.

O degredo

O degredo aparece na história do Chile como uma penalidade jurídica aplicada em vários regimes autoritários anteriores, em particular durante os governos Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931) e Gabriel González Videla (1946-1952). O golpe militar de 1973 retomou sua incidência aparecendo como um dos meios de repressão aplicado sem base legal.

Somente no ano de 1980 foi que os militares estabeleceram uma legislação regulando o degredo. Tratava-se do Artigo 24 Transitório do Decreto-Lei 3168/1980, em vigor a partir de 11 de março de 1980, que impunha ao indivíduo degredado

Disponer la permanencia obligada de determinadas personas en una localidad urbana del territorio nacional hasta por un plazo no superior a tres meses. Las facultades contempladas en esta disposición las ejercerá el Presidente de la República, mediante decreto supremo firmado por el Ministerio del Interior, bajo la fórmula “por orden del Presidente de la República”. Las medidas que se adopten en virtud de esta disposición no serán susceptibles de recurso alguno, salvo el de reconsideración ante la autoridad que las impuso.⁶²

Assim, entre as características principais do degredo, está o isolamento do militante opositor ao regime, que era enviado a diversas localidades inóspitas do Chile,

⁶² Artículo 24 transitorio. *Solidaridad*, n. 114, 1981, p. 13.

em geral no extremo sul ou no extremo norte do país. Aos degredados caberia a responsabilidade exclusiva de se manter na localidade de destino. A aplicação desta medida autoritária teve como intuito afastar fisicamente o militante ou ativista de seu local de trabalho, estudo ou de seu bairro, para assim dismantelar as atividades políticas, sindicais ou estudantis.

É importante assinalar que no primeiro mês de recuperação da democracia, em abril de 1990, foi instalada a Comisión Nacional de la Verdad y Reconciliación, que resultou no compêndio conhecido por Informe Rettig; em novembro de 2003 foi instituída a Comisión sobre Prisión Política y Tortura, que elaborou o chamado Informe Valech. Ambas as comissões tiveram a incumbência de investigar diversas violações aos direitos humanos no Chile, no período de 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1991, identificando as vítimas para efeitos de reconstituição dos crimes que sofreram e impulsionar a indenização das mesmas. Estes relatórios institucionais, entretanto, são parcos ao mencionar o degredo como um meio de repressão permanente, embora ele fizesse parte da política de terrorismo de Estado.⁶³

A Vicaría de la Solidaridad, assim como a Fasic e a Comisión Chilena de Derechos Humanos, impulsionaram o registro de degredados ao longo dos anos da ditadura. O número de incidências de degredos durante o período militar cresceu desde então, atingindo o pico durante as Jornadas Nacionales de Protesto a partir de 1983. Segundo os dados das entidades mencionadas, a estimativa do número total de degredados atingiu em torno de 1400 pessoas, sendo o ano de 1984 o de maior gravidade, com 733 casos (ver gráfico 8).

O total de degredos entre 1973 e 1990 apontados pelas quatro estimativas mostradas no gráfico 8, são as seguintes: a Vicaría de la Solidaridad registra o número de 1402 degredados; Comisión Chilena de Derechos Humanos, 1280; Patricio Orellana, 1424; e finalmente, María Graciela Acuña, 1018.

Nestas quatro estimativas mostradas, além do número total, há uma discordância quanto ao início dos registros de degredo. Acuña, empregando dados da

⁶³ Ver: Comisión de la Verdad y Reconciliación (Comisión Rettig). *Informe de la Comisión de la Verdad y Reconciliación*, Santiago, 1996, 3 v. e Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Comisión Valech). *Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, 2004, volume principal e anexos.

Fasic os consigna a partir de 1973.⁶⁴ Nesses primeiros anos houve um considerável grupo de militantes que foram confinados na Ilha Dawson, no extremo sul do Chile. A autora talvez avalie que os enviados à Ilha Dawson foram experiências de degredo; contudo, nesta investigação não os consideramos degredados, mas sim presos políticos, e portanto, não os quantificamos no cômputo.⁶⁵ A Vicaría de la Solidaridad e a estimativa de Patricio Orellana encontram dados sobre degredados a partir de 1976, e a Comisión Chilena de Derechos Humanos começa os registros em 1980.⁶⁶

⁶⁴ María Graciela Acuña et al. *La relegación como exilio interno*. Santiago: Fasic, 2015, p. 30.

⁶⁵ O caso de militantes enviados à Ilha Dawson, em 1973-1974, tem sido considerado por alguns autores como os primeiros degredados da ditadura militar. Neste trabalho os excluímos por considerá-los presos políticos, e não degredados, em virtude de que ficaram confinados num campo de concentração, e não livres no lugar de destino, nem por tempo determinado, nem obrigados apenas a comparecer diariamente para assinar o livro policial, como foi comum entre os degredados. Para o caso da Ilha Dawson ver, entre outros, Sergio Bitar. *Isla 10*. Santiago: Pehuén, 1987. Um outro autor que considera os presos de Dawson como degredados é Javier Alonso González Alarcón. *La relegación como exilio interno durante la dictadura cívico-militar. El caso de la región del Bío-Bío (1973-1986)*. Mestrado em Historia, Universidad de Concepción, 2018.

⁶⁶ Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 5.

Gráfico 8 - Número de degredados segundo quatro estimativas, 1973-1989

Fontes: Os três primeiros figuras correspondem aos dados publicados por Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 5; a quarta figura corresponde a estimativa da Fasic, citada no livro de María Graciela Acuña et al. *La relegación como exilio interno*. Santiago: Fasic, 2015, p. 30.

A distribuição anual dos degredados mostra a seguinte situação. Há conformidade entre a estimativa de Orellana e os dados quantificados pela Vicaría de la Solidaridad, em relação ao ano de 1976, 78 degredados. No que se refere aos números pertinentes entre os anos de 1977-1982, há uma proximidade entre os quatro levantamentos citados, com leves divergências. As principais discrepâncias aparecem a partir de 1982, sendo que os dados coletados pela Vicaría de la Solidaridad mostram o registro de 66 degredados, os da Comisión Chilena de Derechos Humanos e Patricio Orellana concordam que houve 81 degredados, e os dados de Graciela Acuña registram apenas 13; o mesmo ocorre com os dados referentes ao ano de 1983: os dados da Vicaría, da Comisión e de Orellana registram 127 casos, e Acuña, 47; o ano de 1984, auge das Jornadas Nacionais de Protesto, registrou o pico de número de degredados, contabilizando a Vicaría, 727 casos, a Comisión 733, e o mesmo número Orellana e Acuña, 429. Os números modestos desta última autora, bastante menores que os demais, constantes no gráfico 8, excluíram 136 casos em razão da pesquisadora não ter informações, para estas pessoas, do ano específico da rejeição.

Embora as quatro estimativas possam apresentar sub-registros, a tendência geral do degredo mostra que estes ocorreram primordialmente em época posterior à grande repressão inicial simbolizada nas torturas massivas, execuções, presos desaparecidos e exílios. A brutalidade da repressão continuou ao longo de toda a ditadura, mas nos momentos de auge da contestação popular apareceu o degredo como mais uma forma de violência oficial e transgressão aos direitos humanos.

Capítulo 2

O degredo

O degredo foi um dos meios de repressão na história da ditadura militar chilena.⁶⁷ Discutiremos a legislação que existiu sobre o assunto, seu significado para o governo militar, assim como para os degredados e seus familiares, os padrões demográficos das vítimas, idade, sexo, filiação partidária, se foram degredados individualmente ou em grupo, quantas vezes sofreram essa penalidade, a profissão, cargos e funções desempenhados no momento do degredo, local no qual foram presos, e localidades de destino, entre outros temas.

O degredo na legislação

A ruptura com as instituições democráticas pelas Forças Armadas, em 11 de setembro de 1973, foi acompanhada de centenas de casos de violações aos direitos humanos que, embora praticadas no Chile anteriormente, o golpe militar as elevou a níveis sem precedentes. Entre eles está o degredo, considerado um meio de repressão de intensidade física menor, e que remonta aos tempos coloniais⁶⁸, vigorando também, em regimes autoritários anteriores a 1973, como nos governos de Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931) e Gabriel González Videla (1946-1952). Durante o governo deste último, Augusto Pinochet cumpriu a função de policial na localidade de Pisagua, uma aldeia de pescadores de uns 200 habitantes, situada no norte do Chile, àqueles condenados à penalidade de degredo.⁶⁹

⁶⁷ A tradução da palavra degredo para o espanhol (chileno) é relegado ou relegación.

⁶⁸ O exílio. Em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3413.html>.

⁶⁹ Augusto Pinochet. *El día decisivo. 11 de septiembre de 1973*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1980, p. 11.

Embora de longa data existisse a possibilidade do degredo por via judicial, os degredos de conotação repressiva e arbitrária foram os inicialmente implementados pela ditadura. As primeiras ocorrências de degredos sem amparo legal que ganharam grande repercussão foram os casos dos sete dirigentes sindicais confinados obrigatoriamente ao norte do país, em dezembro de 1977, e outros doze líderes do Partido Demócrata Cristiano (PDC), em janeiro de 1978, também degredados a regiões nortinas. A acusação fora de ação política contrária à aprovação do primeiro plebiscito determinado pelo governo militar em 1978, que pretendia rejeitar as acusações de violações aos direitos humanos feitas pelas Nações Unidas.⁷⁰

Até 1980 não existiu legislação para o degredo que permitisse ao governo central acioná-lo sem recorrer aos tribunais. Em decorrência disso, os militares instituíram um mecanismo específico, materializado no Decreto-Lei 3168/1980, que criaria o assim chamado degredo administrativo, sobreposto ao degredo judicial. Este já existia de tempos anteriores na legislação chilena, mas requeria para sua implementação recorrer à Justiça, que após análise, poderia aceitá-lo ou não, tendo o afetado direito de defesa.

Já o degredo administrativo permitia à autoridade degredar o indivíduo unilateralmente, sem necessidade de justificar causas perante tribunais ou familiares. O referido Decreto-Lei estabelecia a permanência obrigatória de indivíduos pelo prazo máximo de três meses, em localidades que a autoridade policial definisse, assim como também autorizava a prévia prisão dos mesmos, efetuadas por agentes militares ou civis, em locais públicos ou nas residências das pessoas, pelo prazo de cinco dias, podendo se estender para vinte dias caso houvesse necessidade de investigar o preso por supostas ações envolvendo mortes, lesões ou sequestros de pessoas.⁷¹

O mesmo Decreto-Lei regia a possibilidade do degredado solicitar reconsideração em qualquer momento sobre a pena aplicada. Entretanto, também não estabelecia a obrigação do Ministério do Interior em atender ao pedido.⁷² Cabe salientar

⁷⁰ Finalizaron relegaciones: volveremos fortalecidos. *Solidaridad*, 1978, n. 78, p. 14.

⁷¹ Biblioteca do Congresso Nacional do Chile. Decreto Ley 3168/1980. Modifica Artículo 2° del Decreto Ley N° 81, de 1973 y modifica el Artículo 1° del Decreto Ley N° 1.877, de 1977. <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=209639>>.

⁷² Biblioteca do Congresso Nacional do Chile. Decreto Ley 3168/1980.

que embora o degredo administrativo não tivesse eliminado o degredo judicial, o segundo se tornou numericamente insignificante em relação ao primeiro.

Como medida de punição política, o degredo, segundo Pinochet, proporcionava uma oportunidade de educar os punidos e preservar a ordem.⁷³ Assim, quando do degredo dos sete sindicalistas em 1978, expressou que a punição “estava dentro dos propósitos de unidade nacional e paz interna a que aspira o Supremo Governo”⁷⁴ e, no ano seguinte, quando do retorno dos doze dirigentes democratas-cristãos, justificou a medida como uma oportunidade de reflexão para eles sobre a conduta política praticada contra o governo, afirmando: “considerarei que esses cavaleiros haviam meditado bastante e que havia necessidade de retornarem, porém com a ressalva de que a próxima vez que queiram me atingir, irão direto mais ao sul, a Pisagua, ou a Chaitén”.⁷⁵ As declarações de Pinochet aparecem, como lembra Alonso González, que o degredo foi aplicado, diríamos sarcasticamente, com o objetivo de “reabilitação e reincorporação” dos opositores às “tarefas da Pátria”.⁷⁶

Distante do horizonte propagandístico dos militares, Patricio Orellana define o degredo como um “instrumento repressivo que limita a liberdade”, consistindo no “transporte obrigatório de uma pessoa a um lugar distinto ao de sua residência habitual por um prazo definido, por disposições administrativas ou judiciais”, com o intuito de afastar o indivíduo de sua localidade de origem, onde estudava, trabalhava, exercia atividades de rotina, e de contestação à ditadura, e posto num quase isolamento físico, com diversas consequências psicológicas,⁷⁷ uma vez que possuía mobilidade restrita numa localidade inóspita dentro do território nacional.

Situações peculiares ocorreram em Pisagua e Conchi, que sob o pretexto de reabilitar os degredados,⁷⁸ de localidades de degredo passaram à campos de concentração, e as pessoas degredadas, segundo Charles Harper, a “presos em virtude

⁷³ Giselle Munizaga. *El discurso público de Pinochet*. Buenos Aires: Clacso, 1983.

⁷⁴ Después de la relegación “la moral aumenta”. *Solidaridad*, n. 34, 1978, p. 10.

⁷⁵ Finalizaron relegaciones: “volveremos fortalecidos”. *Solidaridad*, n. 38, 1978, p. 14.

⁷⁶ Javier Alonso González Alarcón. La relegación: el poder ejercido por la dictadura militar como mecanismo de control social. *III Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, 9 al 11 de noviembre de 2016, Santiago. Agendas, problemas y perspectivas conceptuales. Disponível em: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/iii-jornadas/actas-2016/Gonzalez.pdf>.

⁷⁷ *Relegaciones: su impacto psicológico en las personas y en la familia*. Santiago: Fasic, Documento 000068.

⁷⁸ Pisagua ¿Qué pasó con la rehabilitación? *Solidaridad*, n. 195, 1985, p. 17.

da lei de Estado de Sítio”.⁷⁹ Na ótica do bispo de Iquique, Javier Prado Aránguiz, que havia visitado Pisagua no dia 3 de novembro de 1984, a localidade apresentava a seguinte situação:

Según las descripciones que del lugar se han hecho, los relegados han sido ubicados en un campamento habilitado al norte del pueblo. Una extensa alambrada los separa de los habitantes habituales de la caleta; entre ambos, se instala la dotación de militares a cargo del campo. Los relegados habitan carpas, con literas para 20 personas. Se instaló un hospital de campaña, en el cual atienden regularmente dos médicos y un dentista, todos uniformados. Varios reflectores iluminan el campamento de noche.⁸⁰

A revista *Solidaridad* corroborou o acirramento das medidas aos degredados explicando que

Durante más de un mes tuvieron la calidad de relegados. Sin embargo, desde el 21 de noviembre pasado las 421 personas que permanecen obligadamente en la localidad de Pisagua se transformaron en detenidos en virtud del Estado de Sitio. Esto significa que podrían seguir detenidos mientras dure ese régimen de excepción, el que la autoridad puede prorrogar – en la práctica – usando sus facultades.⁸¹

Devido a essa característica marcante, foi comum se referir aos degredados de Pisagua como os “degredados do Campo de Concentração de Pisagua”, embora neste local existisse principalmente prisioneiros políticos. Igualmente por força do Estado de Sítio, Conchi, também localizado na região norte do Chile, foi constituído como campo de concentração onde os degredados passaram a ser considerados presos políticos. O advogado da Vicaría de la Solidaridad, Roberto Garretón, entrou com recurso de amparo para que onze degredados cumprissem a pena em localidade aberta, como previa o Decreto-Lei 3168/1980. No documento acolhido pela Corte de Apelações de Santiago, Garretón explicou a situação, esclarecendo que:

Los arrestados no permanecen en el caserío mismo de Conchi. Se les ubicó en una Base Militar – perteneciente al Ejército – existente a unos kilómetros del lugar. Este recinto se encuentra rodeado de alambradas y no se permite el ingreso de civiles. Del recurso de amparo se concluye que el lugar descrito no es un lugar público de detención, y se contrapone a la Constitución cuando señala que

⁷⁹ Carta de Charles Harper dirigida ao Sr. Chuck. Fasic, Documento 000528.

⁸⁰ Pisagua: un nuevo estilo de relegaciones. *Solidaridad*, n. 189, 1984, p. 20.

⁸¹ Pisagua: de relegados a arrestados. *Solidaridad*, n. 191, p. 18.

“asegura a todas las personas el derecho a la libertad personal y a la seguridad individual. En consecuencia: nadie puede ser arrestado o detenido, sujeto a prisión preventiva o preso, sino en su casa o en lugares públicos destinados a este objetivo”.⁸²

Assim, o degredo, chamado por alguns de “exílio interno”,⁸³ foi massivamente utilizado como repressão política e mecanismo de controle social durante momentos de manifestações contra a ditadura militar, cuja dimensão de sua aplicabilidade era conduzida pelo nível de entusiasmo e unidade dos setores de oposição manifestadas nas ruas.

Podemos perceber que a efetivação e o desenvolvimento do degredo se apresentaram sempre onde houve atividades políticas como mobilizações populares, reuniões, realização de pichações. Assim, o Decreto-Lei 3168/1980, publicado em 6 de fevereiro de 1980, que o legalizou, aparentemente foi uma resposta à crescente resistência da oposição, que se preparava contra a votação da nova Constituição, convocada com 30 dias de antecedência do dia de sua votação, em 11 de setembro de 1980.⁸⁴

Padrões demográficos dos degredados

Podemos observar a partir do levantamento de dados obtidos através da revista *Solidaridad*, que ao longo do período ditatorial, o degredo ocorreu com picos em alguns anos, conforme a intensidade da conjuntura política e econômica. As vítimas diretas do degredo foram principalmente homens, e em medida muito menor mulheres, todos em geral dirigentes sindicais, políticos, estudantes e populares, envolvendo com destaque jovens menores de 30 anos. Esses degredados residiam em sua maior parte na região central do Chile e os locais para o cumprimento da pena de degredo concentraram-se inicialmente na região sul do país e posteriormente no extremo norte.

Nossos dados têm como fonte central a revista *Solidaridad*, publicada quinzenalmente entre os anos 1976 e 1990, pela Vicaría de la Solidaridad do

⁸² Conchi: no precede incomunicación. *Solidaridad*, n. 196, 1985, p. 2.

⁸³ Javier Alonso González Alarcón. *La relegación como exilio interno durante la dictadura cívico-militar. El caso de la región del Bío-Bío (1973-1986)*. Mestrado em Historia, Universidad de Concepción, 2018.

⁸⁴ Ascanio Cavallo et al. *La historia oculta del régimen militar*. Santiago: Uqbar Editores, 2013, p. 363-375.

Arcebispo de Santiago. Foram editados ao todo 300 números, cada um com aproximadamente vinte páginas. No levantamento quantificamos 1.278 degredados entre 1977 e 1988. Este periódico era tribuna e porta-voz da defesa dos direitos humanos, e entre as informações que continha, no que se refere aos degredados, podemos mencionar o registro de nomes, idades, profissão, local de degredo, ano de início e fim da pena, o local de origem dos degredados, os abusos cometidos por ocasião da detenção, assim como relatos sobre a situação das vítimas e de seus familiares. Em alguns anos, entretanto, a prática do degredo foi mencionada esporadicamente, como em 1976, e em outros sequer referido, como em 1979 e 1986. Mesmo no que tange aos dados elencados acima, em muitos casos em que a pessoa era inserida em degredo coletivo, registraram-se os nomes ou outras informações somente de algumas vítimas, e a filiação partidária foi raramente mencionada, completando-se, quando foi possível, as fichas com outras fontes documentais. Ficou a impressão, de todo modo, que pôde ter ocorrido subnotificação de degredos ao longo de todo o período.

Precedendo o ato do degredo, o governo militar anunciava através dos grandes veículos de comunicação que “terroristas” foram punidos e confinados em determinadas localidades. Uma vez chegado ao local para o cumprimento da pena, cabia a este encontrar moradia e meios de sobrevivência, questão de difícil resolução para a maioria, sem recursos econômicos. A sua circulação passava a ser restrita ao lugar, tendo a obrigatoriedade de assinar diariamente, no mínimo uma vez, o livro de permanência na delegacia local. Os degredados eram submetidos a intensa vigilância, podendo ser a qualquer momento levados a interrogatórios, caracterizando-se efetivamente o degredo como uma prisão a céu aberto.

Um dos desafios dos degredados perante a comunidade na qual eram inseridos compulsoriamente era desconstruir a imagem propagandeada de terroristas, pessoas perigosas, de idoneidade duvidosa, promovida pelos militares e *Carabineros*. Soma-se a isso as pressões para que os degredados não tivessem qualquer tipo de envolvimento com a comunidade, e desta com o degredado, sob a ameaça de castigo. Nas cidades onde existiam possibilidades de trabalho, os degredados puderam exercer atividades remuneradas, em geral as de mais baixa qualificação e salário, gerando no entanto, muitas vezes, conflitos com trabalhadores locais. Como explicou um relatório

da Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic), referente às experiências do ano de 1980:

Las personas han sido relegadas a los más diversos lugares del país, los cuales se distinguen, ya sea por estar a miles de metros de altura como es Chucuyo (aproximadamente 5.000 metros de altura sobre el nivel del mar), u otros a regiones del país en que el clima es particularmente duro en épocas de invierno como es Maullín. En general, se trata de lugares de difícil acceso y de una población reducida en donde existen muy pocas posibilidades de desarrollar una actividad productiva a lo que debe unirse la hostilización permanente a la que son sometidos los relegados en algunas localidades cuando logran integrarse a una actividad laboral o de otro orden.⁸⁵

O degredo como coerção militar foi utilizado como um dos principais meios de repressão política seletiva, e oscilou entre o mínimo de 7 degredos em 1977 e o máximo de 694 em 1984. Os períodos mais emblemáticos foram 1980 e os anos de 1983-1985, em que a média de degredos flutuou entre 100 e 125 casos anuais. Destaca-se sem contrapeso o mês de novembro de 1984, quando ocorreram 452 degredos simultâneos após uma sucessão de protestos de rua seguidos de severa repressão (ver gráficos 1 e 2).

Nos últimos anos do regime, a revista *Solidaridad* registrou somente 4 degredos, 2 em 1987 e 2 em 1988, o que não significa que não tivessem tido bastante repercussão, por se tratar de importantes dirigentes sindicais de nível nacional, como eram os operários Manuel Bustos e Arturo Martínez. A reivindicação pelo fim do degredo de ambos sindicalistas se tornou uma causa importante para a mobilização contra o regime.

⁸⁵ Informe relegaciones: su impacto psicológico en las personas y en la familia. Fasic, Documento 000068, p. 2.

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Do total de 1278 casos de degredados, a maior parte dos punidos cumpriram três meses de penalidade, equivalente a 94,8% do total. Os demais foram afetados num momento em que a lei 3168/1980, que estabelecia o degredo por 90 dias, ainda não vigorava, cumprindo o 2,6% dos penalizados sanção por menos de três meses, e outros, 2,8%, condenados pela via judicial a 541 dias (tabela n.1).

Tabela 1 – *Tempo de degredo, 1976-1990*

Tempo de degredo	Número de degredados	%
Até 1 mês	7	0,1
2 meses	11	1,5
3 meses	686	94,8
541 dias	20	2,8
Total	724	100,0
Não consta	554	
Total geral	1.278	

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Os homens figuraram nos degredos numa proporção sem contrapeso em relação às mulheres, representando 93,7% dos atingidos. A maioria dos punidos foram jovens do sexo masculino com idades entre 21 e 25 anos, correspondendo a 33,6%, seguidos pela faixa-etária de 26-30 anos, 17,9%, e àqueles com idades entre 31-40 anos, 15,6%. Os mais jovens, com menos de 20 anos, alcançaram 15,9% e os adultos com 41 anos ou mais, totalizaram 16,9% (ver tabela 2).

Tabela 2 – *Idade e sexo dos degredados, 1976-1990*

Faixas etárias	Homens	Mulheres	Total H + M	% Homens	% por faixa etária
16-20	44	4	48	91,7	15,9
21-25	95	6	101	94,1	33,6
26-30	52	2	54	96,3	17,9
31-40	47	0	47	100,0	15,6
41-50	29	3	32	90,6	10,6
51-60	11	2	13	84,6	4,3
61-71	4	2	6	66,7	2,0
Total	282	19	301	93,7	100,0
Não conta			977		

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

O degredo desestruturou o modelo familiar em vigor e provocou devastadoras consequências psicológicas nos envolvidos. No caso de pais e mães, significaria o abandono dos filhos e da subsistência do lar, além das sequelas psíquicas no degredado decorrentes da prisão e torturas prévias ao degredo.

Os afetados pelo confinamento compunham a faixa etária entre 16 e 71 anos, a maior parte jovens entre 21 e 25 anos, 33,6%, seguida pela faixa-etária de 26-30 anos, 17,9%, e aqueles com idades entre 41-50 anos, 10,6%. Entre os menos atingidos estiveram os jovens com menos de 20 anos, 15,9%, e os idosos acima de 51 anos, totalizando 6,3%. Entre as vítimas de degredo na faixa-etária de 31-40 anos, os registros apontam que todos eram do sexo masculino (ver tabela 2).

Embora os documentos em que nos apoiamos não realcem suficientemente a relação entre os degredados e os partidos políticos, vale a pena destacar as 122 menções encontradas. Entre os números mais significativos, podemos apontar que 61 militavam no Partido Comunista de Chile (PCCh); 30 integravam o Movimiento Democrático Popular (MDP); e 19 eram filiados ao Partido Demócrata Cristiano (PDC). A maioria destes degredados com militância explicitada foram homens, 93% (ver tabela 3).

Tabela 3 – *Partido político/Sexo dos degredados, 1976-1990*

Partido Político	Sexo dos degredados		Total
	Feminino	Masculino	
Esquerda Cristiana	0	1	1
MDP	0	30	30
MIR	1	0	1
MIR/MDP	0	1	1
Partido Socialista	0	8	8
PCCh	6	55	61
PCCh/FPMR	0	1	1
PDC	1	17	19
Total geral	8	113	122
Não consta			115

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Do conjunto dos degredados, 97,1% foram castigados por essa pena somente uma vez; 19 pessoas por duas vezes, correspondendo a 2,8%, e somente uma ocorrência de degredo aconteceu por três vezes. Tratava-se de Javier Alfonso Sáez Paiva, líder estudantil e vice-presidente da Comisión de Derechos Juveniles, a CODEJU (ver tabela 4).

Tabela 4 – *Número de vezes em que pessoas foram degredadas, 1976-1990*

Veze em que foi degredado	Frequência	%	Número total de degredos
1	664	97,1	664
2	19	2,8	38
3	1	0,1	3
<i>Total</i>	<i>684</i>	<i>100,0</i>	<i>705</i>
Não foi possível averiguar	594		594
Total geral	1278		1299

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Quase a metade dos degredados foram professores e estudantes, totalizando 45,4%, e entre estes, um alto índice de universitários. A outra parte eram trabalhadores de diversos setores da sociedade, operários de diferentes áreas, trabalhadores técnicos ou sem especializações específicas, profissionais liberais, vendedores, artistas,

religiosos, donas de casas, aposentados e desempregados. A parcela dos operários correspondeu a 18,2%, 11,5% a profissionais de ofícios técnicos, 5,5% trabalhadores da área do comércio, 2,5% artesãos e artistas, 2,5% sacerdotes e seminaristas, e 7,1% ao percentual de donas de casas, aposentados e desempregados (ver tabela 5).

Tabela 5 – *Atividade profissional dos degredados, 1976-1990*

Profissões	Nº	%
<i>Educação</i>	182	45,4
Estudante	166	41,3
Professor	16	4,0
<i>Operários</i>	73	18,2
Operário	25	6,2
Operário do POJH	9	2,2
Operário da construção civil	7	1,7
Mecânico	6	1,5
Metalúrgico	6	1,5
Operário mineiro	5	1,2
Operário agrícola	3	0,7
Operário têxtil	2	0,5
Mineiro	1	0,2
Operador de Compressores	1	0,2
Operário de oficina mecânica	1	0,2
Operário de salitre	1	0,2
Operário do PEM	1	0,2
Operário gráfico	1	0,2
Operário têxtil/Empregado do Plano de Emprego Mínimo	1	0,2
Perforista mineiro	1	0,2
Soldador	1	0,2
Tipógrafo	1	0,2
<i>Ofícios</i>	46	11,5
Taxista	6	1,5
Eletricista	4	1,0
Encanador	4	1,0
Estivador	4	1,0
Motorista	4	1,0
Vigilante	3	0,7
Carpinteiro	2	0,5
Empregado particular	2	0,5
Sapateiro	2	0,5
Açougueiro	1	0,2
Canalizador de gás	1	0,2
Carregador	1	0,2
Eletromecânico	1	0,2
Empregado	1	0,2
Empregado de casino	1	0,2
Inspetor de computadores	1	0,2
Panificador	1	0,2
Pescador	1	0,2
Portuário	1	0,2
Técnico em comércio exterior	1	0,2
Técnico em rádio	1	0,2
Técnico estatístico	1	0,2
Técnico mecânico	1	0,2
Transportador	1	0,2
<i>Profissionais liberais</i>	37	9,2
Advogado	11	2,7

Contador	4	1,0
Economista	4	1,0
Assistente social	2	0,5
Médico	2	0,5
Sociólogo	2	0,5
Advogado/Jornalista	1	0,2
Assessor jurídico e comercial	1	0,2
Auxiliar de enfermagem	1	0,2
Bibliotecária	1	0,2
Engenheiro eletrônico	1	0,2
Engenheiro florestal	1	0,2
Estatístico	1	0,2
Geógrafo e sociólogo	1	0,2
Graduado em direito	1	0,2
Graduado em Engenharia Comercial	1	0,2
Jornalista	1	0,2
Médico psiquiatra	1	0,2
<i>Fabricantes e vendedores</i>	22	5,5
Comerciante	17	4,2
Fabricante de móveis	1	0,2
Fabricante de vasos	1	0,2
Vendedor	2	0,5
Vendedor de jornal	1	0,2
<i>Artesãos e artistas</i>	10	2,5
Artista	2	0,5
Artesão	1	0,2
Artesão de vidro	1	0,2
Cantor de transporte público	1	0,2
Ceramista	1	0,2
Desenhista	1	0,2
Desenhista gráfico	1	0,2
Diretor de Peña Folclórica	1	0,2
Modelo	1	0,2
<i>Religiosos</i>	2	0,5
Sacerdote	1	0,2
Seminarista	1	0,2
<i>Dona de casa</i>	5	1,2
<i>Aposentado</i>	3	0,7
<i>Desempregados</i>	21	5,2
Total	401	100,0
Não consta	877	
<hr/>		
Total geral	1278	
<hr/>		

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Os trabalhadores e estudantes degredados ocupavam posições sindicais e gremiais correspondentes às suas categorias profissionais, e diversos militavam em partidos políticos. Os líderes estudantis apareceram entre os mais atingidos com a penalidade do degredo, 42,7%; um quarto ocupava cargos como sindicalistas da cidade ou do campo; 12,6% foram dirigentes de diversas comissões de direitos humanos; 6,7% aparecem com cargos em partidos políticos; 5,9% dirigentes de *poblaciones*; 3,2% religiosos cristãos; 2,4% degredados que integraram o governo da Unidad Popular (UP),

como por exemplo ex-ministros e ex-parlamentares; e 1,6% dirigentes culturais (ver tabela 6).

Tabela 6 – *Cargos e funções dos degredados, 1976-1990*

Cargos ou funções	Nº	%
<i>Dirigentes da educação</i>	108	42,7
Dirigente Estudantil	88	34,8
Dirigente da Associação de Educadores de Chile (AGECH)	1	0,4
Dirigente Estudantil/Membro da Coordenação de Organizações Sociais para a Democracia	1	0,4
Membro do Conselho Acadêmico da Universidade de Antofagasta	1	0,4
Presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Chile (FECH)	1	0,4
Presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Tarapacá	1	0,4
Presidente da Federação de Estudantes da Universidade Técnica do Estado	1	0,4
Presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Santigo de Chile (USACH)	1	0,4
Presidente da Federação de Estudantes do Instituto Profissional de Osorno	1	0,4
Presidente da Federação de Estudantes Universitários de Antofagasta	1	0,4
Presidente da União de Organizações Estudantis da UTE	1	0,4
Presidente do Centro de Alunos de Cinesioterapia	1	0,4
Presidente do Sindicato de Professores de San Juan	1	0,4
Presidente da Associação de Educação de Chile (AGECH)	1	0,4
Presidente da Associação de Educação de Chile (AGECH) de Arica	1	0,4
Presidente da Associação do Gremio de Educadores do Chile	1	0,4
Vice-presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Chile (FECH)	1	0,4
Vicê-Presidente da Federação de alunos da Universidade de Antofagasta	1	0,4
Vicê-presidente da Federação de Estudante da Universidade de Taparacá	1	0,4
Vice-presidente do Centro de Alunos da Faculdade de Ciências e Artes Musicais da U. Chile	1	0,4
Vicê-presidente da Associação de Educadores de Chile (AGECH) Metropolitana	1	0,4
<i>Sindicalistas operários e camponeses</i>	63	24,9
Dirigente Sindical	23	9,1
Dirigente do Sindicato dos Portuários	4	1,6
Dirigente da Confederação Camponesa El Surco	3	1,2
Presidente da Confederação Camponesa El Surco	2	0,8
Secretário de Análise Social e Sindical	2	0,8
Coordenador do Agrupamento de Profissionais Mapuche (Nehuén) de Panguipulli	1	0,4
Dirigente da Associação de Taxistas de Arica	1	0,4
Dirigente da Federação e Confederação da Construção Civil	1	0,4
Dirigente da Juventude Trabalhadora da Construção Civil	1	0,4
Dirigente do Comando de Trabalhadores de Arica	1	0,4
Dirigente do Departamento de Jovens da Coordenação Nacional Sindical	1	0,4
Dirigente dos Trabalhadores Gastronômicos e Hoteleiros	1	0,4
Dirigente Mapuche da Coordenadoria de Agrupamento de Profissionais	1	0,4
Dirigente Nacional da Confederação Mineira do Chile	1	0,4
Dirigente Nacional da Confederação Sindical dos Trabalhadores Metalúrgicos (CONSTRAMET)	1	0,4
Dirigente Sindical/Ex-trabalhador da fábrica Yarur	1	0,4
Encarregado Sindical da Comissão de Direitos Humanos	1	0,4
Ex-dirigente do Sindicato da Indústria Têxtil Yarur	1	0,4
Presidente da Associação de Taxistas de Arica	1	0,4
Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT	1	0,4
Presidente da Confederação da Construção Civil	1	0,4
Presidente da Federação dos Sindicatos Pesqueiros	1	0,4
Presidente da Federação Nacional de Tripulantes de Navios Pesqueiros	1	0,4
Presidente do Comando Nacional de Trabalhadores de Arica	1	0,4

Presidente do Comando Regional de Trabalhadores	1	0,4
Presidente do Sindicato da Construção Civil de Rangua	1	0,4
Presidente do Sindicato da Construção Civil de San Fernando	1	0,4
Presidente do Sindicato de Metalúrgicos de San Juan/Dirigente Nacional da Confederação de Trabalhadores Metalúrgicos	1	0,4
Presidente do Sindicato dos Escavadores de Santiago	1	0,4
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Portuários	1	0,4
Presidente substituto do Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil	1	0,4
Segundo Vicê-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	1	0,4
Vice-presidente da Confederação Nacional Mineira	1	0,4
Vicê-presidente do Sindicato da Construção Civil de Concepción	1	0,4
<i>Dirigentes de comissões de direitos humanos</i>	32	12,6
Membro de um Comitê de Direitos Humanos	4	1,6
Membro do Agrupamento de Direitos Juvenis	2	0,8
Membro do Agrupamento de Familiares de Presos-Desaparecidos	2	0,8
Dirigente do Comitê Pró-retorno de Exilados	2	0,8
Dirigente da Comissão Chilena Pró-Direitos Juvenis (CODEJU)	2	0,8
Chefe de Comunicações da Comissão de Direitos Humanos de Arica	1	0,4
Chefe do Departamento Jurídico da Comissão de Direitos Humanos de Arica	1	0,4
Colaborador da Comissão de Direitos Humanos de Antofagasta/Dirigente do MDP	1	0,4
Colaboradora da Vicaría de la Solidaridad	1	0,4
Dirigente da Comissão Chilena Pró-Direitos Juvenis (CODEJU)/Dirigente da União Nacional dos Estudantes Democráticos	1	0,4
Dirigente da Comissão Chilena Pró-Direitos Juvenis (CODEJU) de Rancagua	1	0,4
Ex-presidente do Agrupamento de degredados	1	0,4
Membro da A.O.J.	1	0,4
Membro da Comissão Chilena de Direitos Humanos de Arica	1	0,4
Membro da Comissão Chilena de Direitos Humanos de Arica/Jornalista da Revista Hoy e Radio Cooperativa	1	0,4
Membro do Agrupamento de Profissionais para a Democracia	1	0,4
Membro do Departamento Jurídico da Comissão de Direitos Humanos de Iquique	1	0,4
Presidente da Associação de Familiares de Presos Políticos (AFPP)/Comitê Pró-retorno	1	0,4
Presidente da Comissão contra a Tortura	1	0,4
Presidente da Comissão de Direitos Humanos de Arica	1	0,4
Presidente do Agrupamento de Familiares de Degredados	1	0,4
Presidente do Departamento Jurídico da Comissão de Direitos Humanos de Iquique	1	0,4
Secretário Executivo da Comissão de Direitos Humanos de Iquique	1	0,4
Vicê-presidente da Comissão Pró-direitos Juvenis (CODEJU) de Rancagua	1	0,4
Vicê-presidente da Comissão de Pró-direitos Juvenis (CODEJU)	1	0,4
<i>Lideranças de partidos políticos</i>	17	6,7
Dirigente do Movimento Democrático Popular (MDP) de San Felipe	2	0,8
Presidente do Movimento Democrático Popular (MDP) de Chiloé	2	0,8
Conselheiro Regional do MDP/Secretário Executivo do Comitê de Defesa dos Direitos do povo (CODEPU)	1	0,4
Dirigente da Ação Democrática (AD) de San Fernando	1	0,4
Dirigente do Movimento Democrático Popular (MDP) de Arica	1	0,4
Dirigente do Partido Socialista (PS)	1	0,4
Dirigente Nacional do Partido Socialista (PS)	1	0,4
Ex-secretário Geral do Movimento Democrático Popular (MDP)	1	0,4
Presidente da Aliança Democrática de Concepción/Presidente do Comitê Pró-Repatriação de chilenos residentes no México	1	0,4
Presidente da Aliança Democrática (AL) regional	1	0,4
Presidente da Juventude Democrata Cristã (JDC)	1	0,4
Presidente do Movimento Democrático Popular (MDP) de Arica	1	0,4
Presidente do Movimento Democrático Popular (MDP) de Puerto Montt	1	0,4
Presidente do Movimento Democrático Popular (MDP) em Santiago	1	0,4
Presidente do Partido Democrata Cristão (PDC) de Valdivia	1	0,4

<i>Dirigentes pobladores</i>	15	5,9
Dirigente de bairro	8	3,2
Ex-dirigente de bairro	3	1,2
Ativista de Capilla	1	0,4
Dirigente da Região Metropolitana de Moradores	1	0,4
Dirigente de jovens de bairro	1	0,4
Dirigente juvenil	1	0,4
<i>Religiosos</i>	8	3,2
Seminarista	5	2,0
Catequista de Paróquia	1	0,4
Coordenador do grupo Juvenil Tierra da Paróquia Transito de San José	1	0,4
Oficial da Igreja Pentecostal de Valparaíso	1	0,4
<i>Antigos dirigentes políticos</i>	6	2,4
Ex-parlamentar	1	0,4
Ex-parlamentar e Ex-ministra do Trabalho de Salvador Allende	1	0,4
Ex-parlamentar e Ex-senadora/Dirigente Sindical	1	0,4
Ex-senador	1	0,4
Ex-Senador/Ex-presidente do Congresso Nacional	1	0,4
Ex-ministro das Relações Exteriores do Governo Salvador Allende	1	0,4
<i>Dirigentes culturais</i>	4	1,6
Diretora de grupos infantis de arte e teatro	1	0,4
Dirigente de uma organização cultural	1	0,4
Ex-gerente da Rádio Balmaceda	1	0,4
Membro do Agrupamento Cultural de Tarapacá	1	0,4
Total	253	100,0
Não consta	1025	
Total Geral	1278	

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Importante notar que o indivíduo poderia ser degredado individualmente ou em grupo. Segundo os registros documentais compulsados, 73 pessoas foram degredadas individualmente, correspondendo a 5,7%, e o número de integrantes nos grupos variou muito, chegando ao pico de 128 pessoas numa única ocasião (ver tabela 7).

Tabela 7 – *Degredados individuais e em grupos, 1976-1990*

Tamanho do grupo de degredados	Número de casos	Total de degredados	%
1	73	73	5,7
2	10	20	1,6
3	8	24	1,9
4	3	12	0,9
5	3	15	1,2
6	2	12	0,9
7	2	14	1,1
8	2	16	1,3
11	2	22	1,7
12	1	12	0,9
13	1	13	1,0
14	1	14	1,1
15	1	15	1,2
16	1	16	1,3
17	2	34	2,7
18	1	18	1,4
19	1	19	1,5
20	1	20	1,6
22	2	44	3,4
26	2	52	4,1
29	1	29	2,3
32	1	32	2,5
33	1	33	2,6
37	1	37	2,9
39	1	39	3,1
40	1	40	3,1
56	1	56	4,4
87	1	87	6,8
103	1	103	8,1
104	1	104	8,1
125	1	125	9,8
128	1	128	10,0
Total		1278	100,0

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Origem e destino dos degredados

O degredo, como violação aos direitos humanos, era antecedido pela prisão política. Considerando que a região central do Chile, com destaque para Santiago, foi o principal palco de manifestações de rua contra o regime militar, foi também por

consequência, o local de maior número de prisões seguidas de degredo, 512 casos, o que corresponde a 84,5%, sendo que Santiago se sobressai com 66,1%. Houve registros de ocorrências em outras localidades, com números bem menores: a região norte do Chile aparece com 83 casos, correspondendo a 14%, sendo a metade de Antofagasta, 49 casos, equivalendo a 8,1%; e a região sul que registrou somente 2,1% (ver Tabela 8).

Tabela 8 - *Local de prisão dos degredados, 1976-1990*

Local de prisão	Degredados	%
<i>Norte</i>	83	14
Antofagasta	49	8,1
Arica	26	4,3
Conchi	1	0,2
Iquique	7	1,2
Paihuano	1	0,2
<i>Centro</i>	512	84,5
Santiago	402	66,1
La Florida	1	0,2
La Legua	1	0,2
La Victoria	11	1,8
Concepción	36	5,9
Curicó	18	3,0
Valparaíso	23	3,8
Rancagua	5	0,8
Talcahuano	4	0,7
Los Ángeles	3	0,5
San Felipe	3	0,5
El Pinar	1	0,2
Linares	1	0,2
Molina	1	0,2
San Antonio	1	0,2
Vila Alemana	1	0,2
<i>Sul</i>	13	2,1
Valdivia	6	1,0
Puerto Montt	2	0,3
Castro	1	0,2
Osorno	1	0,2
Panguipulli	1	0,2
Quenchi	1	0,2
Total	608	100,0
Não consta	670	
Total geral	1278	

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Obs: Norte compreende: Regiones I, II e II; Centro: Regiones IV, V, VI, VII e Región Metropolitana; Sul: VIII, IX, X e XI.

Podemos notar que os destinos para o cumprimento da pena de degredo foram pequenas localidades dentro do território nacional, sendo enviados em sua maioria para áreas do norte ou sul. O Norte foi o território de maior concentração de degredados, contando com 765 vítimas, o equivalente a 70,4%; nela, a localidade de Pisagua foi a de maior destaque, com 398 degredados, ou seja, 36,6%. Ao Sul foram destinados 242 degredados, o que representa 22,3% das pessoas deportadas. A zona central foi a que menos acumulou degredados, somente 57, ou seja, 5,2%. Houve também registros de 22 indivíduos que foram degredados a mais de uma localidade para cumprimento do degredo administrativo, correspondendo a 2,0%. Os destinados a mais de uma localidade podem referir-se a pessoas que foram degredadas mais de uma vez ou que foram conduzidas a mais de uma localidade no mesmo degredo (ver tabela 9). Inicialmente os punidos foram conduzidos preponderantemente ao Sul, mas em decorrência de produzir-se por parte da população local muita solidariedade com os degredados, os pontos de desterro foram gradualmente transferidos sobretudo ao Norte, em localidades do altiplano, que se mostraram com maior dificuldade para visitas de familiares e o acesso de militantes que desejavam manifestar seu apoio.

Tabela 9 – *Destino dos degredados, 1976-1990*

Local de destino	Degredados	%
<i>Norte</i>	<i>765</i>	<i>70,4</i>
Pisagua	398	36,6
Quillagua	21	1,9
Taltal	17	1,6
Conchi	16	1,5
Inca de Oro	15	1,4
Huara	14	1,3
El Salado	13	1,2
Pichasca	12	1,1
Salamanca	11	1,0
Vicuña	10	0,9
Codpa	9	0,8
Mamiña	9	0,8
Sierra Gorda	9	0,8
Baquedano	8	0,7
Camiña	8	0,7
Guallatire	8	0,7
Ollagüe	8	0,7
Paihuano	8	0,7
San Pedro de Atacama	8	0,7
Toconao	8	0,7
Alto del Carmen	7	0,6

Domeyko	7	0,6
Monte Patria	7	0,6
Combarbalá	6	0,6
Canela Baja	5	0,5
Chañaral	5	0,5
La Higuera	5	0,5
Pozo Almonte	5	0,5
Punitaqui	5	0,5
Tocopilla	5	0,5
Arica	4	0,4
Chapiquiña	4	0,4
Freirina	4	0,4
Illapel	4	0,4
Mejillones	4	0,4
Ovalle	4	0,4
Andacollo	3	0,3
Chucuyo	3	0,3
Diego de Almagro	3	0,3
Incahuasi	3	0,3
Tierra Amarilla	3	0,3
Toconce	2	0,2
Ascotán	1	0,1
Caldera	1	0,1
Caspana	1	0,1
Chiapa	1	0,1
Huasco	1	0,1
La Laguna	1	0,1
Los Loros	1	0,1
Machuca	1	0,1
Ponconchile	1	0,1
Puerto Huasco	1	0,1
Putre	1	0,1
Quebrada de Herrera	1	0,1
San Félix	1	0,1
Tongoy	1	0,1
Visviri	1	0,1
Localidades da zona norte não especificadas	42	3,9
<i>Centro</i>	57	5,2
Petorca	4	0,4
Cabildo	3	0,3
Catapilco	3	0,3
Chincolco	3	0,3
Portezuelo	3	0,3
Chanco	2	0,2
Curepto	2	0,2
Putando	2	0,2
Catemu	1	0,1
Cachagua	1	0,1
Champa	1	0,1
Codegua	1	0,1
Coínco	1	0,1
Coltauco	1	0,1
Cuncumén de Puangue	1	0,1
Doñihue	1	0,1
El Carmen	1	0,1

Fuenzalida	1	0,1
Hijuelas	1	0,1
Huelquén	1	0,1
Idahue	1	0,1
Las Cabras	1	0,1
La Ligua	1	0,1
Linderos	1	0,1
Llallauquén	1	0,1
Lo Miranda	1	0,1
Longaví	1	0,1
Los Álamos	1	0,1
Maipo	1	0,1
Mallarauco	1	0,1
Mulchén	1	0,1
Negrete	1	0,1
Parral	1	0,1
Pemuco	1	0,1
Placilla	1	0,1
Popeta	1	0,1
Nogales	1	0,1
Puchuncaví	1	0,1
Quinta de Tilcoco	1	0,1
Quintay	1	0,1
Rinconada de Silva	1	0,1
San Felipe	1	0,1
Talcahuano	1	0,1
<i>Sul</i>	<i>242</i>	<i>22,3</i>
Achao	11	1,0
Curaco de Vélez	11	1,0
Dalcahue	11	1,0
Quemchi	11	1,0
Puqueldón	10	0,9
Capitán Pastene	9	0,8
Puerto Porvenir	9	0,8
Cochrane	8	0,7
Santa Bárbara	8	0,7
Futrono	7	0,6
Puerto Aysén	7	0,6
Puerto Cisnes	7	0,6
Cañitas	6	0,6
Selva Oscura	6	0,6
Lanco	5	0,5
Los Muermos	5	0,5
Paillaco	5	0,5
Panguipulli	5	0,5
Puerto Ibáñez	5	0,5
Queilén	5	0,5
Quilaco	5	0,5
Caremapu	4	0,4
Chile Chico	4	0,4
Fresia	4	0,4
La Unión	4	0,4
Los Lagos	4	0,4
Maullín	4	0,4
Purén	4	0,4

San José de la Mariquina	4	0,4
San Nicolás	4	0,4
Corral	3	0,3
Cunco	3	0,3
Lago Ranco	3	0,3
Máfil	3	0,3
Puerto Natales	3	0,3
Chiloé	2	0,2
Cochamó	2	0,2
Huepil	2	0,2
Quellón	2	0,2
Rio Bueno	2	0,2
Victoria	2	0,2
Carahue	1	0,1
Castro	1	0,1
Cerro Guido	1	0,1
Chaulinec	1	0,1
Curacautín	1	0,1
El Manzano	1	0,1
Lago Verde	1	0,1
Laja	1	0,1
Lautaro	1	0,1
Liflén	1	0,1
Llanta	1	0,1
Malihue	1	0,1
Mañihuales	1	0,1
Puerto Aguirre	1	0,1
Puerto Cárdenas	1	0,1
Puerto Guadal	1	0,1
Puerto Octay	1	0,1
Purranque	1	0,1
Quenac	1	0,1
Quirihue	1	0,1
Riñihue	1	0,1
Rio Seco	1	0,1
Tenaún	1	0,1
<i>Destinados a mais de uma localidade</i>	22	2,0
Achao /Pisagua/Puerto Ibañez	1	0,1
Alto Jahual/Chucuyo	1	0,1
Baquadano/Capitán Pastene	1	0,1
Chaulinec/Toconao	1	0,1
Cochrane/Puerto Trijilo/Puerto Cristal	1	0,1
Conchi/Quemchi	1	0,1
Corral/Chaitén	1	0,1
Maria Pinto/Malipeuco	1	0,1
Mauillín/Melinka	1	0,1
Mechuque/Alto del Carmen	1	0,1
Melinka/La Junta	1	0,1
Paihuano/Pisagua	1	0,1
Pisagua/Mafil	1	0,1
Pisagua/Puerto Ibañez	1	0,1
Pisagua/Rio Bueno	1	0,1
Puerto Montt/Antofagasta	1	0,1
Purén/Pisagua	1	0,1
Quellón/Canela Baja	1	0,1
Quellón/Achao	1	0,1

Quellón/Puerto Natales	1	0,1
Quenac/Salamanca	1	0,1
Rio Verde/Camérón	1	0,1
Total	1086	100,0
Não consta	192	
Total geral	1278	

Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Obs: Norte compreende: Regiones I, II e II; Centro: Regiones IV, V, VI, VII e Región Metropolitana;

Sul: VIII, IX, X e XI

Na relação dos degredados que nos foi possível elaborar, constam 22 manifestantes que foram degredados pelo menos duas vezes e um que o foi em três ocasiões (ver tabela 10), sendo este o dirigente estudantil Javier Sáez Paiva. Entre os 22 mencionados com 2 ou mais degredos, 10 eram estudantes.

Tabela 10 - *Degredados mais de uma vez, 1976-1990*

Nome dos degredados	Vezez em que foi degredado
1. Javier Alfonso Sáez Paiva	3
2. Christian Alberto Galaz García	2
3. Claudio Gutiérrez Gallardo	2
4. Claudio Leiva Cortés	2
5. Claudio Pérez-Luco	2
6. Esteban Gerardo Garrido Salvatierra	2
7. Fanny Pollarolo Villa	2
8. Héctor Peña Véliz	2
9. Jaime Jenaro Cataldo Uribe	2
10. José Enríquez Núñez Estrella	2
11. José Manuel Parra Cuevas	2
12. Julio Orlando Muñoz Otárola	2
13. Luis Alvarado Constenla	2
14. Luis Eduardo Arriagada Toro	2
15. María Soledad Ominami Pascal	2
16. Omar Rigoberto Rosales Chávez	2
17. Orlando San Martín	2
18. Ricardo Trincado Cvjetkovic	2
19. Segundo Cancino Fernández	2
20. Sergio Iván Troncoso Cisternas	2
21. Víctor Antonio Cadima Zamora	2
22. Verónica Concha Robles	2
23. Wilson Gabriel Contreras Silva	2

Obs: Podem existir outros degredados com dois ou mais degredos, considerando que não foi possível averiguar o nome de 594 degredados. A lista acima foi elaborada a partir dos degredados cujos nomes foram localizados e que totalizam 684 pessoas. Fonte: *Solidaridad*, 1976-1990.

Dentre os desterrados mais de uma vez estava a médica psiquiatra Fanny Pollarolo Villa, de larga trajetória política. Pollarolo iniciou sua militância na década de 1960, no movimento estudantil e integrava o Partido Comunista de Chile (PCCh) quando foi exilada em decorrência do golpe militar de 1973, retornando clandestinamente em 1975. A partir de então colaborou com o atendimento médico às vítimas de repressão junto às entidades de direitos humanos, especialmente a Vicaría de la Solidaridad e a Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic).

Imagem 3 - Claudio Gutiérrez, degredado em Toconao em 1981.

Obs: Claudio Gutiérrez ao lado de uma criança local.

Fonte: Fotografia do arquivo pessoal do ex-degredado.

Nesta relação de degredados também estão José Enríquez Núñez Estrella, integrante do Movimiento Democrático Popular (MDP) e dirigente nacional da Confederación Sindical de Trabajadores Metalúrgicos (CONSTRAMET); Segundo Cancino Fernández, operário agrícola, dirigente da Conferación Campesina El Surco, e integrante do MDP; e Claudio Gutiérrez, estudante universitário e dirigente estudantil,

que na prisão foi brutalmente agredido pelas forças policiais, e em seguida degredado a Toconao, no extremo norte do Chile, próximo ao Salar de Atacama.⁸⁶

Como reflexão final podemos constatar que o degredo envolveu amplos grupos dirigentes opositores à ditadura, tentando com isso o governo militar aplacar a capacidade de resistência, mas ao mesmo tempo percebe-se que o próprio instituto do degredo gerou novos laços de solidariedade e propiciou a criação de inesperados espaços de rearticulação para a contestação do regime.

⁸⁶ Asamblea General de las Naciones Unidas. Informe del Consejo Económico e Social – Protección de los derechos humanos en Chile, Nota del Secretario General, 1981. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/>

Capítulo 3

O cotidiano dos degredados

Adonde ellos vayan
los iremos a buscar.
No importa dónde los releguen
iremos detrás.⁸⁷

O processo do degredo passou por diversas etapas, desde a prisão inicial do degredado até seu retorno após três meses de confinamento. O cotidiano no local de cumprimento da pena mostrou solidariedade com os degredados, a qual representou uma forma importante de resistência à repressão política, econômica e social da ditadura, assim como expôs as dificuldades que envolveram os desterrados, seus familiares e correligionários. Este capítulo versa sobre a trajetória dos degredados desde o momento da detenção, passando pelo período de permanência na prisão, o transporte para o local de degredo, sua permanência no local para o qual foi destinado, até o retorno ao seu lugar de origem.

O momento da prisão

O degredo costumava ser precedido pela prisão da vítima, que além disso era acusada de ter cometido algum delito. O militante poderia ser preso em decorrência de uma investigação, podendo acontecer detenção em seu domicílio, sucedendo neste caso, uma prisão individual, ou ocorrer em grupo, como represália inicial por participar em manifestações de rua, reuniões políticas clandestinas e outras formas de ação opositora.

Diversos foram os contextos que encetaram o degredo: manifestações massivas como o Dia do Trabalhador (1º de Maio), Dia Internacional da Mulher (8 de Março), o aniversário do golpe militar (11 de setembro) ou diversas outras datas simbólicas, assim como em greves de trabalhadores, passeatas de estudantes, funerais de

⁸⁷ Horacio Gutiérrez. *Dulce patria*. Santiago: Ril Editores, 2012, p. 136.

importantes dirigentes ou personalidades de oposição, distribuição de panfletos nas ruas, realização de pichações e pinturas murais *callejeras*, reuniões políticas, entre outros eventos. Nestas ocasiões ocorriam prisões massivas de participantes que eram encaminhados a diversos centros temporários de reclusão, em geral por um dia, dentre os quais eram selecionados diversos nomes para a aplicação de interrogatórios e torturas. Após triagem, muitos deles eram condenados ao degredo. As prisões seguidas de deportação tiveram especial relevância durante as Jornadas Nacionais de Protesto, entre os anos de 1983-1986, organizadas de norte a sul do país.⁸⁸

Assim, podemos identificar no exercício da prisão prévia ao degredo certas práticas comuns: as prisões coletivas e as individuais. As coletivas, decorrentes das grandes manifestações, desembocavam em geral em degredos massivos. Nas prisões individuais as vítimas eram detidas em suas residências, no local de trabalho, no prédio escolar ou universitário, na rua. Geralmente eram pessoas cujos nomes haviam sido arrancados através de tortura de outros presos, portanto, tratava-se de nomes previamente identificados.⁸⁹

As prisões massivas exigiam um comportamento diferente por parte dos agentes do governo militar. O procedimento inicial após a prisão de manifestantes em massa era o imediato encaminhamento à delegacia em ônibus policial. Em geral, eram mantidos presos pelo período de cinco dias, porém, houve casos que se estenderam a 20. Neste período eram interrogados com a intenção de identificar as lideranças das mobilizações, e uma vez feito, seriam individualmente encaminhadas às salas apropriadas para aplicação de torturas, nas quais também poderiam ser degredados em seguida, ou serem sujeitos ao degredo sem a etapa da tortura. No entanto, a imensa maioria dos presos eram libertados, pois não haveria condições para o degredá-los a todos.⁹⁰

No que se refere a prisões coletivas, contamos com diversos exemplos.

As atividades pertinentes ao 1º de Maio mostraram a capacidade de contestação dos trabalhadores e ao mesmo tempo a disposição do regime militar em

⁸⁸ Gonzalo de la Maza & Mario Garcés. *La explosión de las mayorías. Protesta Nacional, 1983-1984*. Santiago: Educación y comunicación, 1985, p. 84.

⁸⁹ Patricio Orellana. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008, cap. 4.

⁹⁰ Relatório de relegación administrativa. Fasic, Documento 000008.

reprimir os manifestantes, em meio à deterioração do custo de vida para a maioria dos chilenos. Na primeira quinzena de abril do ano de 1983, a revista *Solidaridad*, em seu editorial, alertava para o caráter tenso que rondava a data comemorativa.⁹¹ Nos dias finais do mesmo mês, o Sindicato Nacional de Talleres y Artesanos e o Sindicato de los Trabajadores Manuales de la Región Metropolitana decidiram comemorar antecipadamente o Dia do Trabalhador, na sede do próprio sindicato. A CNI invadiu o local, prendendo 16 pessoas. Segundo Luis Fuentealba, presidente do primeiro Sindicato, “os agentes de segurança irromperam violentamente e obrigaram os assistentes a se pôr contra a parede, logo os ameaçaram e insultaram, procedendo a revistar o local, destruindo um mimeógrafo e um armário de arquivos (...)”.⁹²

Situações como essa desembocaram em degredos de muitos militantes presos. Passados alguns anos, o cenário do dia 1º de maio foi semelhante:

En Santiago, los actos principales se realizaron en el Sindicato Sumar, donde se reunieron los dirigentes del Comando Nacional de Trabajadores (CNT); y en la sede de la ANEF se juntaron los de la Central Democrática de Trabajadores. Antes, en la noche del 30, se sabía que todos los detenidos quedaban en libertad, menos 12, que fueron relegados, entre ellos el dirigente sindical Víctor Hugo Gasc y el abogado laboralista Miguel Angel Arancibia.⁹³

Assim como os operários no 1º de Maio, as mulheres se manifestavam maciçamente por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Para o 8 de março de 1980, chilenas inseridas no Departamento Feminino da Coordenação Nacional Sindical, convocaram protesto para acontecer nas ruas de Santiago, proibido pelos militares. Em Valparaíso, ocorreram ações semelhantes. Reconhecidos agrupamentos femininos, como o Círculo de Estudios de la Condición de la Mujer, aderiram rapidamente à convocatória e personalidades como a advogada e defensora dos direitos humanos, Fabiola Letelier,⁹⁴ também se envolveram diretamente na organização dos eventos.⁹⁵

⁹¹ *Solidaridad*, Editorial, n. 154, 1983, p. 3.

⁹² Abril, represión pré 1 de mayo. *Solidaridad*, n. 155, 1983, p. 5.

⁹³ 1º de maio. Em busca de um consenso básico. *Solidaridad*, n. 200, 1985, p. 2.

⁹⁴ Trata-se da irmã de Orlando Letelier, Ministro das Relações Internacionais durante o governo da UP. Com o golpe militar, Orlando Letelier foi preso no campo de concentração da Ilha Dawson, vítima de diversas torturas e exilado nos EUA, onde se concentrou em denunciar as diversas violações aos direitos humanos da ditadura militar chilena. Em 21 de setembro de 1976, o automóvel que o conduzia junto com sua assessora Ronni Moffitt e seu marido Michael, explodiu no centro de Washington. O FBI, também envolvido diretamente com o crime, simulou uma investigação tentando responsabilizar grupos anticomunistas nos EUA, porém, em 1977, os investigadores estadunidenses “suspeitaram” e indicaram a

Dias antes, à título de preparação para o dia 8 de março, um ato em homenagem à poeta Gabriela Mistral foi suspenso pelo governo. Outras atividades em comemorações ao Dia Internacional da Mulher aconteceram com uma semana de antecedência, como o recital denominado “Voz de Mujer”, organizado pelo agrupamento cultural Nuestro Canto. Atividades desta natureza foram significativas para a reorganização da cultura, o reencontro de militantes dispersos pela ditadura e o fortalecimento da resistência política. Havia, assim, um conteúdo marcadamente de luta social presente no bojo das manifestações contra o regime.⁹⁶

No dia Internacional da Mulher, agentes femininas do serviço de segurança participaram ativamente da repressão nas ruas centrais de Santiago contra as mulheres opositoras, atingindo também os homens envolvidos. Neste protesto foram degredados oito manifestantes:

(...) varias organizaciones femeninas trataron de realizar pacíficamente un acto de homenaje a la mujer; carabineros reprimió violentamente la manifestación deteniendo alrededor de 111 personas. Los detenidos después de permanecer 5 días a disposición del Ministerio del Interior, fueron dejados en libertad, con la excepción de 8 de ellos que fueron relegados a distintos puntos del país (...).⁹⁷

Embora não fosse a regra, a CNI participou diligentemente da repressão aos manifestantes de rua em cooperação com os *Carabineros*. A ação destes aparatos repressivos tornou cotidiana a prisão de integrantes de partidos políticos opositores e estudantes e a membros de organizações de direitos humanos. Algumas das experiências de violações perpetradas foram relatadas em forma de literatura de testemunho, e entre elas está o livro *8 dias de um relegado*, de Andrés Aylwin, que era advogado ligado à defesa dos direitos humanos. Nestas memórias, o autor relatou o dia a dia de seu degredo desde o momento da prisão, por agentes do Serviço de Investigações, até seu retorno, junto a outros 12 militantes democrata cristãos, que no momento da detenção estavam reunidos para discutir a situação política após o plebiscito de 1978. Segundo Aylwin, enquanto eram conduzidos no veículo de Investigações, imaginava que

DINA como autora do delito. Ver Waldemar Dalenogare Neto. “*Human Rights is the Soul of our Foreign Policy*”: *Jimmy Carter e a diplomacia estadunidense para o Chile*. Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 87-93.

⁹⁵ 8 de marzo. Pan, rozas y... detenciones. *Solidaridad*, n. 88, 1980, p. 24.

⁹⁶ 8 de marzo. Pan, rozas y... detenciones. *Solidaridad*, n. 88, 1980, p. 24.

⁹⁷ Presentación. Fasic, Documento 000002.

estavam sendo encaminhados a um dos locais secretos de repressão da DINA. Ao chegar ao local, reconheceu-o como sendo uma prisão usada para a prática de interrogatórios.⁹⁸

Nas manifestações do dia 24 de março de 1983, quando se registra a prisão de doze pessoas por parte da CNI, entre elas se encontrava o dirigente da Confederación Sindical de Trabajadores Metalúrgicos (CONSTRAMET), José Enríque Núñez Estrella, que havia sido detido reiteradas vezes anteriormente.⁹⁹ Nesta ocasião, o grupo participava de um protesto criticando o “desemprego e falta de melhorias das condições socio-econômicas”. O governo militar, em resposta ao pedido de esclarecimentos por parte da Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL), sobre os motivos das prisões em questão,

"afirmó que el grupo de presos provocó desórdenes en la vía pública, insultando a las autoridades y lanzando proyectiles a la policía. En virtud de las leyes vigentes se dispuso la permanencia obligatoria de los presos en el Norte del país, poniéndosele fin el día 22 de junio de 1983. Muchos presos corresponden a estudiantes que fueron presos por causar desórdenes con fines políticos. Declara que carecen de fundamento las acusaciones sobre violencia y tortura ejercidas contra los dirigentes"¹⁰⁰

Foram nas manifestações massivas que os *Carabineros* tornaram-se os principais protagonistas da repressão em grupos, como ocorreu na Universidad Técnica Santa María, em dezembro de 1984, quando “forças de *Carabineros* invadiram a Universidade e desalojaram o recinto, prendendo a mais de cinquenta estudantes”, transportados em ônibus policiais, dos quais dezesseis foram degredados.¹⁰¹

Além dos degredos coletivos, houve numerosos casos de degredos ocorridos a partir de uma detenção individual. Nessa situação ocorreu o confinamento do dirigente sindical Manuel Caro, naquele momento presidente da Confederación de Trabajadores Gastronómicos do Chile. Lúdia Castro Donoso, esposa de Caro, relatou para uma entidade de defesa dos direitos humanos a situação vexatória da prisão de seu marido, degredado à Quemchi, na Ilha de Chiloé, declarando:

⁹⁸ Patricio Aylwin. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, 1989, p. 11-14.

⁹⁹ Relegaciones. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS0001552.

¹⁰⁰ Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres. Informe n. 230. Em: http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/oit/ver_detalle.php?id=79 .

¹⁰¹ Carta a los periodistas. Fasic, Documento 000616.

(...) Soy la cónyuge de MANUEL CARO CASTRO, obrero, de mi mismo domicilio, C.I 4.091.008 de Santiago, actual Presidente de La Confederación Nacional de Trabajadores Gstronómicos de Chile, quien fuera ilegalmente arrestado por agentes de la Central Nacional de Informaciones el 21 de junio de 1983 y posteriormente relegado por disposición del Ministerio del Interior, por el plazo de tres meses, a la localidad de Quenchi, Isla Grande de Chiloé. (...) En este acto, dejaré expresa constancia de los pormenores relativos a la detención de mi cónyuge, practicada en mi presencia y del relato de los hechos ocurridos a su persona durante los días en que permaneció en un recinto secreto de la CNI, tal como él me lo refiriera durante la visita que efectué a su lugar de relegación, los días 1º a 4º de julio en curso. (...) Mí cónyuge, Manuel Caro Castro, fue detenido en nuestro domicilio, ya indicado, a las 0,30 hrs. del 21 de junio pasado. El arresto fue practicado por 10 agentes de la CNI, que manifestaron ser “de Investigaciones”, y que se movilizaban en tres automóviles. No exhibieron orden competente alguna que los facultara para practicar el arresto. Que subido a automóvil en cuyo interior le fue vendada la vista y se le obligó a colocar su cabeza entre las piernas. Después de 20 a 30 minutos de recorrido llegaron a un recinto donde los agentes tocaron la bocina y escuchó el ruido de un portón metálico que se abrió para dar paso al automóvil. (...) ¹⁰²

As situações de prisão de militantes de oposição decorrentes da participação em reuniões políticas, foram frequentes devido ao fato das atividades partidárias serem permanentes ainda que na ilegalidade.¹⁰³ Em 1984, no ápice das Jornadas Nacionais de Protesto, Luis Ibacache Silva, estudante de medicina da Universidade de Valparaíso, foi preso nas seguintes circunstâncias:

El día lunes 02 de abril de este año 1984, aproximadamente a las 19,00 horas fui secuestrado por un grupo de cuatro (4) individuos de civil que, posteriormente, se identificaron como miembros de la Central Nacional de Informaciones, C.N.I., y conducido a un lugar de reclusión secreto cuya ubicación no puede precisar. Mi detención se produjo en momentos en que me dirigía a mi hogar, tras haber participado en una reunión de la Directiva de la Asociación de Internos de mi Carrera, de la cual soy dirigente. Fui interceptado en la calle Freire de Valparaíso, a un costado de la Escuela de Derecho de la Universidad de Valparaíso, por un furgón Suzuki de color claro al tiempo que dos (2) individuos me golpeaban e introducían por la fuerza a dicho vehículo.¹⁰⁴

Os *Carabineros* se ocupavam também em prender opositores em situação isolada, seja porque previamente tinham sido fichados, por distribuir panfletos na rua, ou serem descobertos em pichações. Nesta circunstância foram surpreendidos os alunos Antonio Miguel Angel Zepeda e Antonio Vicente Palma Luna, quando foram presos. Segundo o jornal *La Estrella de Valparaíso*, os estudantes eram conhecidos da polícia por participarem nas manifestações no ano de 1982, sendo novamente detidos,

¹⁰² Declaración Jurada. Fasic, Documento 0000006.

¹⁰³ Rafaela de Aguiar Coradini. *Y los clandestinos, ¿dónde están? Rastros da ditadura chilena, de 1973-1990*. Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

¹⁰⁴ Testimonio de detención y tortura. Fasic, Documento 000042.

desta vez por parte de *Carabineros*, em Valparaíso, sendo a seguir degredados. Antonio Vicente foi

Preso en la vía pública, en Avenida Argentina con Pedro Montt, el día 10 del presente mes [setembro], al lanzar gritos de fondo político contra el Presidente de la República, propalar consignas en favor de las juventudes comunistas y distribuir panfletos políticos.¹⁰⁵

Na prisão

A prisão política é qualificada por diversos autores como uma violação à liberdade pessoal, aplicada para desestruturar a resistência de militantes e ativistas. Também significou passar a integrar os fichários da polícia, com a consequência de impossibilitar o ingresso em ambientes de trabalho e estudo, transformando o indivíduo em um excluído social, inclusive em um terrorista, e portanto, considerado, segundo os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, um “inimigo interno”.¹⁰⁶

Desta forma, no contexto da ditadura militar, o intuito de prender os opositores políticos era forçar obediências, disciplinar a sociedade, neutralizar as mobilizações opostas ao regime, e através de outros meios de repressão, especialmente o interrogatório e a tortura, desestabilizar psicologicamente o manifestante e prender outros militantes de partidos políticos e de organizações de direitos humanos. Parte integrante da sessão de tortura, os agentes da repressão forçavam as pessoas ao reconhecimento de sua militância partidária, como ocorreu com a dona de casa Lucía Morales, degredada a Puqueldón. A revista *Solidaridad* expôs sua experiência nos seguintes termos:

(...) La acusaron de comunista en la CNI. Para que reconociera esa militancia debió pasar por diversos sufrimientos. “Lo más terrible fue cuando a las 6 de la mañana trajeron a mi hija de 23 años y comenzaron a torturarla con corriente y golpes. A mi me habían detenido como a las 11 de la noche. Por supuesto que cuando sentí a mi hija declaré que era comunista y todo lo que ellos quisieran. Después de cinco días de “pesadilla” fue dejada en Pulqueldón “con lo puesto”. (...)”¹⁰⁷

¹⁰⁵ Otros dos porteños fueran relegados. *La Estrella de Valparaíso*, Valparaíso, 16 de septiembre de 1982.

¹⁰⁶ José Comblin & Alberto Methol Ferré. *Dos ensayos sobre Seguridad Nacional*. Santiago: Vicaría de la Solidaridad, 1979, p. 46.

¹⁰⁷ Relegados: regreso satisfactorio. *Solidaridad*, 1983, p. 6.

O relato acima consistia no que se denominava como um procedimento de “investigações”. Também como prisões deste tipo podemos mencionar a de Javier Sáez Paiva, que era conhecido pelos agentes da repressão devido às inúmeras vezes em que foi preso. Entre elas registrou-se a de 1980, no qual o militante estudantil foi submetido a brutais sessões de torturas, acontecimento que precedeu seu primeiro degredo, ao povoado de Achao, no sul do Chile. Sobre os fatos ocorridos consigo naquele ano, após ser preso em seu próprio domicílio, foi conduzido a um centro clandestino de detenção:

(...) le pegan en los genitales con la punta de la metralleta. Lo amenazan por haber gritado, le tapan la cabeza con ropa, lo suben a un auto y lo trasladan hasta un recinto secreto de detención ubicado en calle Borgoño. Allí le pasan un buzo azul y zapatillas de goma, como se resiste a colocárselo nuevamente lo amenazan. Lo dejan en una celda de color amarillo de 1,9 por 1,1 metro. Lo filman, le sacan fotos. Lo interrogan sometiéndolo a más torturas, le aplican electricidad con picana, lo esposan a una camilla metálica donde duerme esposado. Lo hacen firmar unos papeles y le dicen “ahora te vas”, le sacan la ropa y lo someten a la parrilla;¹⁰⁸ van aumentando la electricidad (en un catre lo amarran y le colocan un trapo en la boca de manera que no pueda gritar), le aplican electricidad en los genitales, axilas, brazos, lengua; le hacen posteriormente un examen médico, y le aplican crema en las muñecas, donde presentaba lesiones por aplicación de electricidad. Lo carean con Enrique Núñez. Al cumplir el sexto día de detención es trasladado a Investigaciones.¹⁰⁹

Sáez foi novamente preso pelos agentes da CNI em 24 de março de 1983, data que antecedeu ao seu segundo degredo, a Pisagua. As características de condução de sua prisão seguiram os padrões usuais. Nesta ocasião, por exemplo, “todos foram presos em seus respectivos domicílios e conduzidos com a vista vendada al recinto indicado na rua Borgoño desta capital [Santiago]”.¹¹⁰

No ambiente de prisão, Sáez foi novamente interrogado e torturado. Os questionamentos foram sobre a Coordinación de Derechos Juveniles (CODEJU), que liderava, e sobre outras entidades de defesa aos direitos humanos, como a Fasic e a Vicaría de la Solidaridad, e sobre sua trajetória política. No dia seguinte, 25 de março, os agentes lhe fazendo acreditar que seria libertado, foi obrigado a assinar alguns papéis

¹⁰⁸ Esta técnica de repressão consiste em deitar o indivíduo numa cama metálica, sem roupa, para aplicação de choques elétricos. Cf. María Eugenia Rojas. *La represión política en Chile: los hechos*. Madri: Iepala Editorial, 1988, p. 113-115.

¹⁰⁹ 8. Sáez Paiva, Javier Alfonso. Fasic, Documento 000021.

¹¹⁰ Apremios ilegítimos en Santiago. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS4c97d80d360a5_20092010_554pm .

afirmando que foi bem tratado nos recintos da CNI e, em seguida, conduzido a outra sala.¹¹¹ Porém a tortura não acabou,

En este último lugar se inició otra serie de preguntas, lo desvistieron y lo amarraron a un catre. Le pusieron electricidad en diversas partes del cuerpo. En los testículos, el pene, las axilas, los pies, cada vez aumentando la intensidad del voltaje. Alcanzó a contar nueve descargas. Terminado, nuevamente fue conducido a la celda en que permaneció hasta el día de su transferencia al sector de investigaciones, el 29 de marzo. Durante esos días, fue visitado por un médico que le aplicó algunas pomadas para atenuar las secuelas dejadas por la electricidad.¹¹²

Impactos adicionais vivenciou o presidente da Confederación Camponesa El Surco, Manuel Carlos Opazo, preso no dia 18 de junho de 1983, e em seguida degredado à comuna de Chile Chico. Na prisão foi submetido a intensa tortura, experiência que se estendeu a sua família. Segundo sua cômputo:

(...) Aproximadamente una hora y media después de haber llegado comenzó el interrogatorio. Los malos tratos fueron desde el comienzo, tanto físicos como de palabra. Los agresores llamaban estos interrogatorios “de ablandamiento”. Consisten en golpes de puño y puntapiés en todas partes del cuerpo, con gran intensidad. Por los golpes en varias oportunidades se cayó y se golpeó contra la pared. Los interrogatorios duraban entre una hora y media y dos horas. A ratos lo dejaban descansar y bañarse para seguir luego con los interrogatorios, siempre con malos tratos. La tortura fue intensificándose gradualmente, incorporando el uso de técnicas como la electricidad y más golpes.

(...)

A partir del día martes 21 la tortura física comenzó a aminorarse, manteniéndose toda la presión psicológica en relación con la familia y amigos.

(...)

Todo el trato recibido al interior del recinto fue espantoso. La tortura, el trato grosero y vejatorio, las amenazas en contra de su familia, especialmente su cónyuge y su grupo de referencia: el escuchar los gritos de dolor de sus compañeros, especialmente de las mujeres detenidas. Todo un estado de tensión permanente, sin tregua, le hacen definir sus seis días en el recinto secreto “como un infierno”.

Fue advertido y amenazado que no debía denunciar nada de la situación vivida en el recinto, agregando que yo tampoco debía hacerlo, pues en ese caso sería detenida.

Desde ese lugar fueron llevados cada uno de los detenidos a su lugar de relegación. El día 25 pude estar con mi marido en Puerto Montt (...).¹¹³

O transporte e chegada no local de degredo

¹¹¹ Apremios ilegítimos en Santiago. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS4c97d80d360a5_20092010_554pm .

¹¹² Apremios ilegítimos en Santiago. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS4c97d80d360a5_20092010_554pm .

¹¹³ Fasic, Documento 000005.

Os integrantes dos grupos de presos geralmente eram membros de um mesmo agrupamento político, sindical ou da mesma universidade. Para fins de degredo, o grupo era separado e conduzido a localidades de características muito adversas aos locais de residência dos degredados, em geral bastante distantes e com condições difíceis de sobrevivência.

Munidos somente com a roupa do corpo, as vítimas eram transportadas por centenas e as vezes milhares de quilômetros. O meio de locomoção mais usual foi a perua policial, ou quando pertinente e em raríssimas ocasiões, para lugares remotos, o avião. Por isso o tempo de percurso para chegar ao local era bastante variável, podendo durar de um a vários dias. Neste trajeto, poderiam receber alimentos e também novamente sofrer abusos físicos. Era incomum que os degredados fossem acompanhados de alguém de sua confiança. Em alguns casos a polícia política informava aos familiares sobre o destino do indivíduo, entretanto, as formas mais comuns de os familiares serem comunicados foram através de advogados da Vicaría de la Solidaridad, de companheiros de militância, ou por meio de noticiários de televisão.

Os residentes das localidades afastadas do Chile sabiam da chegada dos degredados previamente através de notícias sensacionalistas veiculadas pelos meios de comunicação local, como rádio ou TV, ou através dos próprios *Carabineros*. Em algumas situações, aparentemente, os moradores se reuniram com antecedência à chegada do degredado para discutir quem se disporia a acolhê-lo.

Contudo, para os degredados as formas pelas quais seriam recepcionados pelos habitantes locais eram, até antes da chegada, uma incógnita. As autoridades militares criavam uma atmosfera adversa ao degredado, caracterizando-o como terrorista e pessoa periculosa, induzindo os habitantes locais a rejeitar às vítimas do degredo, embora esta orientação não fosse em geral respeitada pelos moradores e, em alguns casos, se percebesse solidariedade com o degredado até por parte de *Carabineros*. Tentava-se instalar assim um clima de terror nos povoados, com a intensão de bloquear a recepção dos degredados.

Uma vez chegado ao local de destino, a recepção mostrou diferenças importantes entre a região sul e norte do Chile. Os habitantes da região sul dispunham de melhores condições de acolhimento em suas residências, assim como de

fornecimento de alimentação, motivo pelo qual transpareceram na visão dos militares como moradores solidários. No Norte, ao contrário, as possibilidades dos residentes de oferecer moradia, bem como alimentação, eram mais limitadas, tornando a recepção do degredado mais difícil. Mas, independentemente da região, o próprio degredado deveria arcar com os custos de sua permanência no local.¹¹⁴

Desde o primeiro dia, os degredados deviam cumprir certas obrigações, que eram notificadas às vítimas após o desembarque. Num dos casos pesquisados encontrou-se um documento redigido pelos *Carabineros* que explicita a conduta diária que o degredado deveria seguir. Luis Faúndez Roa, confinado à Pichasca, vilarejo no norte do país, foi formalmente notificado nos seguintes termos:

En Pichasca, a treinta días del mes de noviembre de mil novecientos ochenta y cuatro, siendo las nueve horas se procede a notificar a, LUIS FAUDEZ ROA, chileno, nacido en Cañete, el quince de enero de mil novecientos treinta y nueve, casado, estudios Universitarios, cédula de identidad Nro. 4.372.562-9 del Gabinete de San Fernando, quien de conformidad al Decreto Exento Nr. 4995, de fecha 28 de noviembre de mil novecientos ochenta y cuatro; del Ministerio del Interior, deberá someterse a la vigilancia y control policial de este Destacamento.

De conformidad a lo anterior el Sgto. 1ro. y Jefe de Retén, procede a notificarlo de lo siguiente:

- 1 - Permanecer dentro del pueblo.
- 2 - Podrá trabajar en cualquier actividad, remunerada o no, que no sea fiscal, semi fiscal, Municipal, etc. es decir, podrá trabajar en ganadería, agricultura, jornalero, etc.¹¹⁵
- 3 - Deberá presentarse a este Retén, tres veces al día, en el siguiente horario: 09,00 – 15,00 – 20,00 horas.
- 4 - Deberá permanecer obligadamente en su domicilio, sin poder salir, desde las 21,00 a 07,00 horas, donde será controlado por el personal de servicio de este Destacamento, a cualquier hora.
- 5 - Deberá solicitar permiso al Jefe de Retén infrascrito para salir a los alrededores de esta localidad.
- 6 - Podrá conversar libremente, recibir visitas las cuales previamente presentará a Carabineros, para su identificación, recibir correspondencia y movilizarse de un lugar a otro, dentro del área fijada.
- 7 - No podrá participar en ningún tipo de reuniones.
- 8 - Se deberá atenerse a todas las disposiciones vigentes, especialmente la Ley de Control de Armas.
- 9 - Si se encontrare enfermo, deberá comunicarlo para adoptar las medidas pertinentes para su atención, y

El alojamiento y alimentación será exclusivamente de su cargo.¹¹⁶

Além das restrições previstas no documento apresentado pelos *Carabineros*, o degredado poderia estar sujeito a limitações ainda mais graves. Diversos relatos

¹¹⁴ Jordi, Borja. Artículos escritos para publicar, en versión resumida, en El país (Madrid). *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*, Documento 0067100.

¹¹⁵ Houve casos em que o degredado era proibido de trabalhar no local de degredo.

¹¹⁶ Acta de notificación. Fascic, Documento 000049.

mostram que às vítimas foram negados o direito ao trabalho (mesmo nas atividades em que o documento autorizava), o que lhe causou problemas de sobrevivência; negado o direito de comunicação, resultando em severos prejuízos psicológicos;¹¹⁷ obrigados a assinar na delegacia local cinco vezes ou mais por dia; limitar a locomoção a poucas quadras do local de degredo.

Andrés Aylwin foi condenado arbitrariamente ao degredo e destinado à Guallatire, situada na pré-cordilheira do norte do Chile, em área de mais de 4000 metros de altitude, próxima à Bolívia. Durante a viagem sentia os sintomas comuns àqueles que foram degredados a lugares do altiplano: além do frio intenso, sua respiração estava comprometida devido à falta de oxigênio, própria das regiões de altura.¹¹⁸ Patricio Aylwin, em suas memórias, relata que segundo o médico enviado para examinar seu irmão, “a altura é muito recomendada para as condições pulmonares”. Entretanto, três dias após, antes de chegar a Guallatire, Andrés Aylwin foi encaminhado à Molinos para atendimento médico.¹¹⁹

Finalmente chegaram em Guallatire em 16 de janeiro de 1978, recebido por um oficial de *Carabineros*. Andrés Aylwin não conseguia identificar com exatidão seu sentimento no primeiro dia de cumprimento da pena: poderia ser indignação, impotência, desespero ou ódio, pois se deparou com a realidade da falta de imóvel para alojamento temporário ou permanente. As autoridades policiais lhe indicaram um galpão, com janelas enormes, com indisponibilidade de cama, colchão, sem condições para repouso, muito menos dormir em noites geladas; dormiram no chão, somente com um cobertor oferecidos pelos *carabineros*.¹²⁰

As diversas localidades que se tornaram ambientes de confinamento,¹²¹ tinham como denominador comum o fato de serem de clima inclemente e com população de recursos econômicos escassos.

A chegada do degredado deixava a comunidade local inquieta. Nos pequenos vilarejos onde estes eram considerados um estorvo para os residentes locais,

¹¹⁷ Relegaciones. Su impacto psicológico en las personas y en la familia.

¹¹⁸ Andrés Aylwin. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, 1989, p. 41-51.

¹¹⁹ Patricio Aylwin. *El reencuentro de los demócratas. Del golpe al triunfo del No*. Santiago: Ediciones B, 1998, p. 144-147.

¹²⁰ Andrés Aylwin. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, 1989, p. 53-60.

¹²¹ Elías Padilla. *La memoria y el olvido. Detenidos desaparecidos en Chile*. Santiago: Ediciones Orígenes, 1995, p. 29.

foi a Igreja Católica que se destacou no acolhimento aos degredados, prestando solidariedade. Como relatou Lucía Morales, degredada em Puqueldón:

“Carabineros trató de ubicarme en una pensión pero fue imposible, porque no tenía plata. Finalmente llegué a la casa del padre Lázaro, un sacerdote maravilloso”. En iguales términos se refiere a la comunidad cristiana del lugar, la que durante tres meses le entregó su solidaridad moral y material.¹²²

Através de registros da revista *Solidaridad* podem-se observar diferentes manifestações que os habitantes locais idearam para irem em auxílio dos jovens e adultos que estariam para iniciar sua pena de degredo. Um destes jovens foi Alejandro Goic, que em 1980 expôs o gesto de um senhor de aproximadamente 50 anos de Freirina, no sul do Chile, que lhe disse:

Queremos que sepa (...) que su lucha es la nuestra. Estamos a su completa disposición. Díganos en qué podemos ayudarlo. Si no tiene donde alojar, le ofrezco mi casa.

Los ojos de Alejandro, 20 años, estudiante de teatro, se llenaron de lágrimas y un grueso nudo en su garganta ahogaba su voz. Antes de que contestara, el viejo minero cogió su maletín y le pidió que lo acompañara:

- Quiero que mi señora y mis hijos lo conozcan. Vamos a comer... a la suerte de la olla.¹²³

Neste local, um outro exemplo mostra uma reunião de católicos em que a pauta era o auxílio da comunidade aos degredados, que terminou bruscamente, após um participante apontar os jovens cumpridores da pena como “políticos”, “e eles [os moradores] não se queimavam com nenhuma bandeira política”. Diante da situação, a senhora Norma Panes considerou que “ninguém os receberá [exceto ela mesma]. As pessoas são egoístas e têm medo”. Panes contrariou seus vizinhos e se dispôs a ceder um determinado espaço para que Gutiérrez e Pérez ocupassem uma barraca na varanda de sua casa.¹²⁴

Contudo, as situações de incertezas foram ainda mais profundas para alguns. Houve experiências em que os degredados ao chegarem nos lugares destinados para cumprimento da pena, não obtiveram nenhum amparo por parte dos habitantes locais, sendo deixados à míngua e ao relento quando de sua chegada. Assim ocorreu com Mario Rolando del Río Vargas e com Pedro Atencio, degredados à comuna de

¹²² Relegados: regreso satisfactorio. *Solidaridad*, n. 165, 1983, p. 6.

¹²³ Relegados: el otro exilio. *Solidaridad*, n. 93, 1980, p. 12.

¹²⁴ Los relegados: la decisión de ayudarlos. *Solidaridad*, n. 193, p. 18.

Trehuaco, povoado agrícola da região do Bío-Bío, como esclarece Diego Portales Frías em relatório datado de 2 de janeiro de 1985, após visita aos degredados da província de Ñuble:

El jueves 27 cuando llegaron a Trehuaco nadie les quiso arrendar o facilitar una pieza y cuando se disponían cerca de las 22 horas p.m. a dormir en la calle el Sr. Cruz fue informado y los llevó a su casa. Como este señor no tenía implementos para que alojaran, tuvieron que dormir sobre las tablas, en el suelo mismo. Esta situación de por si denigrante para seres civilizados, es aún más grave si tomamos en consideración que el compañero del Río es lisiado, tiene la pierna izquierda ortopédica desde más arriba de la rodilla y su muñón como consecuencia de un viaje terrestre de más de dos mil quinientos kilómetros, estaba con serias magulladuras. Deseo dejar claramente establecido que la falta de solidaridad de los lugareños se debe a la actitud prepotente e inhumana del Alcalde del lugar, a quien todos temen, ya que este maneja las posibles fuentes de trabajo (PEM y/o POJH).¹²⁵

A vida no local de degredo e formas de resistência

Passados os primeiros dias em Guallatire, no altiplano nortista, considerada das mais difíceis para o cumprimento de degredo, Andrés Aylwin foi acolhido satisfatoriamente por uma família de índios aymara, presentes nesta localidade do Chile.

A visita e o apoio da família, amigos, militantes de partidos, de sindicatos, membros de entidades estudantis e organizações de direitos humanos aos locais de degredo, estimulava o movimento em defesa das vítimas e a construção de solidariedades, fundamental para que os degredados suportassem a aplicação da pena.

O ex-parlamentar Patricio Aylwin visitou seu irmão Andrés, em Guallatire, e também Belisário Velasco, seu copartidário, degredado em Parinacota, dirigindo-se a ambos os lugares em companhia de Miguel, filho daquele e de Ismael, irmão de Velasco. Andrés registrou em seu testemunho que na ocasião recebeu roupas apropriadas para o frio, alimentos, livros, um rádio e cartas de familiares e amigos, que prestaram a ele auxílio emocional e material.¹²⁶ Velasco, gerente da Radio Balmaceda, recebeu outras visitas. Sua posição profissional fez com que entidades de comunicações internacionais, como a Asociación Interamericana de Radiodifusión e a Asociación

¹²⁵ Visita a relegados el 23-XII-84 a la 8ª Región – Provincia de Ñuble. Fasic, Documento 00001.

¹²⁶ Andrés Aylwin. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, 1989, p. 67.

Interamericana de Prensa, se manifestassem a seu favor, enviando uma mensagem de protesto à Pinochet.¹²⁷

Imagem 4 - Arpillera chilena sobre os degredados no local de degredo¹²⁸

Fonte: Archivo Museo de la Memoria, Documento 000024_141

Andrés Aylwin também reconheceu o esforço dos *Carabineros* desde os primeiros dias de penalidade, que supriram algumas de suas necessidades básicas, como colchão improvisado, parafina, peles de alpaca para proteção do frio, entretenimentos como fitas cassetes, tabuleiro e peças de xadrez, além de um diálogo cordial quando de sua assinatura diária na delegacia para comprovação de permanência no local.¹²⁹

Os problemas que Aylwin e Velasco suportaram eram características comuns, inerentes à condição dos degredados: concentravam-se em moradia, vestuário e alimentação. As consequências, entretanto, diferenciaram-se entre os confinados em função do local de desterro, as condições familiares e as particularidades emocionais de cada um. Os dois dirigentes mencionados superaram as dificuldades do degredo de maneira satisfatória, o que também se repetiu com a imensa maioria dos degredados,

¹²⁷ Ignacio González Camus. *Radio Balmaceda '73-76'*. Santiago: Dibam, 2015, p. 2012.

¹²⁸ A arpillera se tornou um dos símbolos da resistência política à ditadura no campo da arte.

¹²⁹ Andrés Aylwin. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, 1989, p. 61-74.

embora com muito mais dificuldades após a instalação do degredo administrativo, em 1980.

Muitas famílias recorreram à Corte de Apelações de distintas regiões do país, solicitando recursos de amparo. Em registros de 1981, em que constam o nome seguido de um breve relato sobre a situação de pessoas degredadas, podemos observar a agonia dos familiares e seu entorno resultante do degredo.¹³⁰

Podemos ilustrar essa situação com a experiência do jovem Eduardo Burgueño Araya, 23 anos, estudante de castelhano da Universidad de Chile (Sede Arica), membro de família numerosa. Mesmo dependente de seu pai, trabalhava ocasionalmente para ajudar na manutenção do lar. Condenado ao degredo judicial em agosto de 1981, por 541 dias, continuou realizando trabalhos ocasionais para pagar seu lugar de moradia.

A situação de Eduardo Bavestrello apresentada à Corte de Apelações de Santiago, era ainda mais angustiante. Tratava-se do chefe da família, portanto, a condição socioeconômica da mesma obrigou seu cônjuge a assumir o posto de trabalhadora para manter o lar e subsidiar a manutenção de Bavestrello em Tal-Tal. Com frequência, a Igreja Católica abrigava provisória ou permanentemente àqueles que não apresentavam recursos para suprir necessidades básicas de sobrevivência, ou contavam com o socorro daqueles que sentiram a obrigação de solidarizar-se de alguma maneira. Bavestrello contou com o apoio da Igreja.¹³¹

Circunstância um pouco diferente viveram estudantes e militantes do PDC, degredados a diversas localidades da província de Aconcagua, em Valparaíso, nos meses de novembro de 1984, cumprindo penalidade até o início de 1985. Foram bem acolhidos pela comunidade, pagavam alojamentos com recursos próprios ou com o auxílio da Vicaría de la Solidaridad. Além disso, recebiam cartas de amigos e familiares, constantes visitas, apoio material de famílias e da Igreja Católica. Entre eles estava Douglas Fuenteseca Sierra, professor universitário, 54 anos, que suportou o período de permanência obrigatória sem “maiores problemas e tem assumido o degredo

¹³⁰ Fichas sociales de condenados a relegaciones. Fasic, Documento 000016.

¹³¹ Fichas sociales de condenados a relegaciones. Fasic, Documento 000016.

junto com sua família em boa forma e contado com os recursos econômicos necessários para estar com todo o seu núcleo familiar”.¹³²

Questões relativas a problemas financeiros entre as famílias acolhedoras de degredados foram relatadas por representantes da Fasic, que visitaram Putú, um povoado de uns 2000 habitantes na zona central do Chile, em maio de 1985, para se aproximar de diversos problemas em virtude do degredo de doze mulheres. Segundo o relatório:

(...) Los dueños de casa manifestaron su preocupación por la visita continua y prolongada de los familiares de los relegados, lo que significa un gasto excesivo de alimentación. Este problema habría sido conversado con los encargados de la Vicaría de Linares, quienes señalaran que resolverían directamente con los familiares.¹³³

Entre as doze mulheres relacionadas à visita dos representantes da Fasic estava Genoveva Novoa, que apresentava problemas psicológicos devido a torturas sofridas antes de seu degredo, às quais interferiram diretamente na convivência com a família que a acolheu.¹³⁴

Como podemos observar, alguns tinham maiores recursos e a imensa maioria menos. E além da constante dificuldade material, os degredados foram acometidos por problemas psicológicos. As complicações decorrentes da permanência obrigatória em locais que lhes causavam estranhamento apareceram em todos os degredados. Os agentes das comissões de direitos humanos diagnosticaram sintomas de ordem física, psicológica e socioeconômica. O relatório datado em 20 de novembro de 1984, que relata as enfermidades das pessoas penalizadas por sua participação nas jornadas de protesto deste mês, assinado pelo Dr. Juvenal Hernández Vidal sobre 16 degredados à Ilha de Chiloé, assinala problemas psicológicos e psicossomáticos como “neurose de ansiedade depressiva”, “neurose de ansiedade do nível moderado ao severo”, “cólon irritável”, e conclui nos seguintes termos:

(...) Fueron examinados constatándose estado de salud física, en general, dentro de lo normal; sin constatar lesiones externas provocadas por terceros. Sin embargo, el estado psicológico del 30% está deteriorado. Hay abundantes manifestaciones psicossomáticas compensatorias, mucha

¹³² Fasic, Documento 000016.

¹³³ Informe visita a degredados de Putú. Fasic, Documento 000035.

¹³⁴ Informe visita a degredados de Putú. Fasic, Documento 000035.

aprensión y angustia, debilidad emocional en, más o menos, el 30% de ellos. En uno de los pacientes-relegados con expresiones delirantes-persecutorias y en otro aparentemente mitomaniaco. En un paciente con gran sentimiento de “auto-culpabilidad” por no haber enfrentado con más dignidad a sus aprehensores (aunque está considerado por sus compañeros como el “audaz” ente sus carceleros). Existe, en algunos, cierta pérdida de la auto-estima que les provoca desasosiego.

Prácticamente ninguno exterioriza su problemática vivencial-situacional y reactiva a sus experiencias recién ocurridas.

Existen, también, perturbaciones no sólo referidas a sus detenciones, sino que éstas develaron trastornos subyacentes (sub-concientes) pre-existentes que afloraron agravando el actual cuadro. Todo lo expuesto hace menester la visita de un Psiquiatra en las próximas semanas; si ello fuere posible.¹³⁵

Foi dentro deste contexto que se destacou a militante comunista e médica psiquiatra Fanny Pollarolo, quando do anúncio de seu degredo, em novembro de 1984.¹³⁶ Destinada à Maullín, prestou atendimento psicológico aos demais degredados nesta localidade da região sul, o que, somada a sua personalidade de liderança, fez com que ela logo se tornasse a “senhora do lugar”, conforme apreciação do jornalista espanhol Jordi Borja.¹³⁷ Sua liderança constrangia os *Carabineros* contra ações repressivas, mantendo com eles, no entanto, uma relação cordial e diplomática. Ao lembrar dessa experiência ela referiu-se aos oficiais de *Carabineros* como “um tipo de pessoa realmente muito, muito legal”.¹³⁸

Algumas situações eram desesperadoras, como a do jovem vendedor de 24 anos, Eduardo Yuri Nahas, degredado à Purén, proibido de trabalhar no local, vivia numa casa de família sem luz, água, e com a obrigação de procurar os *Carabineros* duas vezes ao dia para comprovar sua permanência. Integrava uma família de cinco pessoas: seu cônjuge, de 27 anos; duas filhas, uma de 9 e outra de 1 ano e 6 meses; e uma cunhada, estudante, contando com 18 anos. Durante a permanência obrigatória de Nahas em Purén, a família sofre com a interrupção de luz e água, aluguel atrasado e falta de atendimento médico das crianças.¹³⁹

También o degredo de Domingo Curín Tapia, jovem de 20 anos confinado em Caldera, afetou gravemente seu núcleo familiar, como indica sua Ficha Pessoal,

¹³⁵ Informe médico relegados a la Isla de Chiloé. Fasic, Documento 00009.

¹³⁶ Entrevista de Fanny Pollarolo, Santiago, 30.06.2015. Em: María Graciela Acuña. *La relegación como exilio interno*. Santiago: Fasic, 2015, p. 77.

¹³⁷ Jordi, Borja. Artículos escritos para publicar, en versión resumida, en El País (Madrid). *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*, 1985, Documento 0067100.

¹³⁸ Entrevista de Fanny Pollarolo, Santiago, 30.06.2015. Em: María Graciela Acuña. *La relegación como exilio interno*. Santiago: Fasic, 2015, p. 77.

¹³⁹ Ficha Personal. Fasic, Documento 000011.

registrada pela Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic). Seus pais eram separados e sua mãe se encontrava sob tratamento médico devido a problemas cardíacos. O documento registra ainda que:

Esta familia está sin ningún recurso económico, ya que el único sostén es su hijo que ocasionalmente efectuaba trabajos de encerado y limpieza, están sin cancelar arriendo, luz, agua y la alimentación se la proporcionan algunas organizaciones de trabajadores.

(...)

Por los problemas de tipo económico antes mencionados ha sido visitado sólo una vez por su madre, además de otras visitas de miembros del Frente Unitario de Trabajadores F.U.T.¹⁴⁰

As complicações anteriores com sua família agravavam seu estado emocional no local de degredo:

Situación del Cro. Relegado:

Vive en una casa de huéspedes, su pieza no tiene techo y debe trabajar en la misma casa para costearse el alojamiento y la alimentación.

Moralmente se encuentra muy mal y cada día se afecta más, ya que la represión continúa para él.¹⁴¹

Havia muitos outros exemplos nesta direção. A Ficha Pessoal de Franz Mauricio Campos Parra, estudante que também trabalhava para manter à família, mostra como era sua realidade durante seu degredo em Huasco:

Vive en la Iglesia, no ha podido encontrar trabajo en nada, ya que existen muy pocas posibilidades de hacerlo. Ha estado afectado por continuos ataques de neurosis.

Como manera de provocarlo han lanzado diversos panfletos acusándole a él de ser su gestor, por ello ha sido visitado por miembros de la Central de Inteligencia y estarían suspendidas las visitas de sus familiares y otras.¹⁴²

A cordialidade dos *Carabineros* para com os degredados eram exceções. Haviam abusos de poder reiterados. Em maio de 1980 a revista *Solidaridad* denunciou a situação de Eugenio Madrid Salgado:

Eugenio Madrid Salgado, relegado em Codegua, era encerrado algumas noites por carabineros en la pieza de la pensión en la que alojaba. En un recurso de amparo presentado por la madre, doña Hilda Salgado, señala que “después de dejarlo con llave en su habitación, el mismo carabinero se la lleva al retén hasta el otro día”. Agrega que se le impide conversar con cualquiera persona a menos que dicha conversación tenga lugar en el retén. Se le limita su deambular en un radio de cinco cuerdas desde el retén, siendo

¹⁴⁰ Ficha Personal. Fasic, Documento 000012.

¹⁴¹ Ficha Personal. Fasic, Documento 000012.

¹⁴² Ficha Personal. Fasic, Documento 000014.

seguido por un carabinero. La Corte de Apelaciones de Rancagua – luego de comprobar lo señalado en el recurso, ofició a carabineros de Codegua con el objeto de que dichas medidas dejen de ser aplicadas, pero rechazó el recurso. De hecho, las medidas fueron interrumpidas. Pero el alcalde prohibió a los trabajadores del PEM el tener contacto con el relegado.¹⁴³

Entre muitas outras denúncias, uma delas mostra que o degredado Andrés Lazo Acuña foi também vítima de tentativas de assassinato. A revista *Solidaridad* noticiou:

Según consta en un recurso de protección interpuesto por la Comisión de Derechos Juveniles de la Quinta Región ante la Corte de Apelaciones de Valparaíso, en dos ocasiones Lazo Acuña ha sufrido intentos de asesinato. En la primera ocasión, un vehículo intentó arrollarlo. Posteriormente, individuos de civil, no identificados, lo golpearon salvajemente y lo dejaron luego abandonado en una zanja. El Juzgado del Crimen de San Felipe investiga también estos hechos. Sin embargo, el médico legista que recibió la orden de examinar al afectado, se ha negado a cumplirla, aduciendo simplemente que no le corresponde hacerlo.¹⁴⁴

Foram muitas as formas de resistência à aplicação do degredo, partindo dos próprios degredados. Podemos elencar dentre elas, as tentativas de comunicação dos degredados através de denúncia. Entre as cartas referentes ao ano de 1981, estava a de David González López, degredado a Dacahue, na Ilha de Chiloé, dirigida “à juventude chilena e internacional”, na qual ressalta a arbitrariedade da medida e a não possibilidade de defesa.¹⁴⁵ Na mesma linha, um grupo de degredados por participação nas mobilizações de 11 de março de 1981, em carta direcionada ao ditador Augusto Pinochet e ao Ministro do Interior, Sergio Fernández, sem assinatura, publicada no Boletim nº 1 do agrupamento “La voz del relegado”, além da possibilidade de defesa, exigiam anistia.¹⁴⁶

Os familiares de degredados, assim como os próprios, também se dirigiram ao Ministro do Interior, publicamente através de cartas, nas quais afirmaram que, embora os degredados em questão não tenham sido submetidos a violência física, “o degredo se trata de uma violência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas”, e exigiam:

¹⁴³ La relegación: ¿quién están exento? *Solidaridad*, n. 93, 1980, p. 14.

¹⁴⁴ *Solidaridad*, n. 95, 1980, p. 6.

¹⁴⁵ Carta Pública a la Juventud Chilena E internacional. Fasic, Documento 000001.

¹⁴⁶ Boletim n. 1: “La voz del relegado”. Carta Publica. Chiloé, marzo de 1981. Fasic, Documento 000022.

- 1) Que sean juzgados por los Tribunales de Justicia y puedan tener una defensa.
- 2) Que no se tomen ninguna medida de tipo académica con los estudiantes relegados.
- 3) Ninguna persona tiene derecho a juzgarlos cuando los Tribunales de Justicia deben juzgar.¹⁴⁷

O degredo não foi de todo um obstáculo para aqueles que extirpados de sua vida habitual permaneceram em constante atividade política contra o regime. Ricardo Fletcher Neira, que estava degredado em Camiña no ano de 1983,¹⁴⁸ com o intuito de “apoiar solidariamente e em forma incondicional a paralização do cobre”¹⁴⁹ e “incitar o povo do Chile a unir suas mãos e sua voz para que de uma vez por todas caia esta tirania à qual estamos submetidos” optou por descumprir as regras impostas pelos militares inerentes à condição de degredado, como deixar de assinar diariamente na delegacia para comprovar sua permanência no local e uma greve de fome por tempo indeterminado.¹⁵⁰

Os 34 degredados que permaneceram no campo de concentração de Pisagua, desde março de 1983, e que se encontravam numa situação ainda mais grave devido a instalação do Estado de Sítio, também se manifestaram junto às mobilizações nacionais do 1º de maio e do 11 do mesmo mês, com o intuito de avançar em reivindicações populares resumidas no lema “pão, trabalho, justiça e liberdade”, buscando estimular a organização de “ampla frente única”, amparados no exemplo da manifestação dos operários do salitre das fábricas Madeco e Colbún-Machicura.¹⁵¹ Punidos por “terem um longo histórico de participação em ações contrárias à ordem pública e ações subversivas”¹⁵², desataram, apesar disso, os nós da camisa de força do degredo, e deram continuidade a suas trajetórias políticas. No que se refere à efervescência das mobilizações de nível nacional, aprovaram em assembleia geral, uma forma de luta idêntica a de Fletcher, divulgada em nota pública, sinalizando que iriam realizar,

¹⁴⁷ Declaración Pública. Fasic, Documento 000029.

¹⁴⁸ Ricardo Fletcher Neira também permaneceu no Campo de Concentração de Pisagua no mesmo ano de 1983. Programa de Trabalho – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

¹⁴⁹ O degredado se referia a primeira convocação para as mobilizações que depois se denominou de Jornadas Nacionais de Protesto. Programa de Trabalho – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

¹⁵⁰ A la opinión pública nacional y internacional. Fasic, Documento 000020.

¹⁵¹ A la opinión pública nacional y internacional. Fasic, Documento 000021.

¹⁵² Acusados de participar de acciones subversivas: 90 días permanecerán en Pisagua los 34 relegados. *La Estrella de Iquique*, 31 de marzo de 1983. Fasic, Documento 000080.

- (...) a partir del día jueves, 16 de junio a las 18.00, una huelga de firmas con carácter de indefinida, condicionada a la huelga que realizan los compañeros trabajadores del cobre y a las actividades que el conjunto de los trabajadores y pueblo de Chile, acuerde realizar.
 - Iniciar en forma conjunta una huelga de hambre indefinida y de similares características que de la anterior acción mencionada.
 - Declararnos en permanente movilización de nuestro pueblo, a través, de sus organizaciones aglutinadas en el Comando Nacional de Trabajadores.
- Cumpliremos fielmente con nuestro compromiso de militantes de la sagrada causa del pueblo de Chile.
Adelante compañeros, la victoria es nuestra.¹⁵³

A própria forma de organização dos degredados administrativos do Campo de Concentração de Pisagua, consistia numa resistência ao regime militar chileno. Para um período de no mínimo três meses, os degredados estruturaram democraticamente um conjunto de atividades, elegendo responsáveis para cada tarefa sob a direção de um Comitê Executivo, Comissões de Trabalho e Assembleia. Mesmo diante de uma realidade de acirramento das violações aos direitos humanos, os militantes degredados para Pisagua, sindicalistas, estudantes e membros do PCCh, imbuídos de seus papéis de liderança contra o regime, ali obrigados a permanecer, estavam convictos sobre a pretensão de fazer de Pisagua um exemplo de luta para o Chile e outros países. No “Plano de Trabalho” desenvolvido no mesmo ano de 1983, constam os seguintes objetivos:

- 1) Este campamento será una escuela teórico-práctica para la lucha y por la liberación de la Patria.
- 2) Fortalecimiento de la formación y compromiso de la consecuencia revolucionaria, tanto teórica como práctica.
- 3) Levantar el ejemplo de Pisagua ante el país y el mundo.
- 4) Convertir Pisagua en nuestra actual trinchera de lucha.
- 5) Convertir Pisagua en un gran movimiento de solidaridad.
- 6) Ser un centro de creación de actividades y documentos para los distintos puntos del país.¹⁵⁴

Nesta localidade do norte do Chile, os degredados aprovaram em Assembleia seus “direitos e deveres”. Entre os deveres estava o cumprimento estrito dos diversos horários e responsabilidades atribuídas a grupos ou pessoas; alimentos e objetos era de propriedade coletiva; sobre finanças, o dinheiro destinado não oficialmente, porém, solidário, eram recolhido para distribuição justa; ninguém deveria

¹⁵³ A la opinión pública nacional y internacional. Fasic, Documento 000023.

¹⁵⁴ Programa de Trabalho – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

se isolar do grupo sem prévio aviso; manutenção de limpeza do local; e qualquer prejuízo à propriedade ou locais públicos do Povo será sancionado.¹⁵⁵

Entre os direitos estava, entre outros: i) participar das decisões, com prerrogativa de voz e voto em assembleia, instância deliberativa, sendo que a minoria deveria acatar a decisão da maioria; ii) expressar seus problemas e receber solidariedade coletiva; iii) reclamar ante o coletivo, comissões e executivo; iv) levantar críticas construtivas. Havia uma grande preocupação com a formação política dos degredados, sendo que atividades festivas e esportivas estavam sempre relacionadas a temas do movimento operário: os cursos promovidos no acampamento eram sobre movimento sindical chileno; datas comemorativas, entre elas, o dia do trabalhador, em que se promovia a chamada Olimpíada do 1º de maio; além de atividades como música, teatro, literatura e artesanato, apresentados semanalmente.¹⁵⁶

Este tipo de estrutura e a promoção de atividades que ocupavam o cotidiano dos degredados de Pisagua, somente foram possíveis devido ao auxílio material e financeiro de diversas entidades e agrupamentos comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Uma correspondência assinada por Enrique Núñez Estrella, pessoa no momento responsável pelas finanças do local, dirigida ao Padre Angel, datada de 1983, mostra ao mesmo tempo a dimensão das necessidades dos degredados e a disposição de solidariedade de setores religiosos para com os mesmos.¹⁵⁷

De acuerdo a lo proyectado con José Manuel Parra el asunto alimentación, lo más urgente que nos estaría faltando seria:

- Otro balón de gas: porque estamos haciendo pan.
- Levadura.
- Fruta.
- Jugos para bebidas.
- Leche (que quedan 4 kilos más) con tarros de condensados.
- Mermelada o algo para el pan (crema).
- Le prepare para el próximo envío un cuadro de las existencias.¹⁵⁸

Contudo, as entidades de direitos humanos também tinham dificuldades para concretizar a solidariedade que estavam dispostas a realizar, e por isso faziam

¹⁵⁵ Programa de Trabalho – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

¹⁵⁶ Programa de Trabalho – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

¹⁵⁷ Programa de Trabalho – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

¹⁵⁸ Carta de Enrique Núñez Estrella para Padre Angel. Fasic, Documento 00000011.

públicos os problemas relacionados às finanças. No mês de abril de 1983, para fins de arrecadação financeira, divulgava a necessidade de dinheiro para chegar fisicamente a Pisagua, pois “o principal gasto deste momento constitui a mobilização para o lugar, devido ao valor da gasolina”.¹⁵⁹

Além da questão material, houve iniciativas de solidariedade de cunho “moral” para com os degredados. Diversas entidades de direitos humanos, reunidas em plenário no final do ano de 1984, convidaram os chilenos a prestar saudações de Natal aos degredados em diversos pontos do país. O pedido mostrava uma lista de degredados com nomes, locais de origem e locais de degredo, antecedida de um modelo de correspondência.

Solicitamos que se envíen tarjetas de saludo a algunas de las personas relegadas que se detallan en la lista siguiente. A cada uno de ellos les deben llegar saludos de muchos amigos conocidos y desconocidos. Escribanles a la brevedad posible. Manifiésténles su apoyo amistad.
Las cartas y tarjetas deben ser dirigidos a nombre del respectivo relegado de la siguiente forma: (ejemplo)
Sr. o Sra. Sergio Abarzúa Carrasco
Correo (localidad). Correo Porvenir
Localidad Porvenir
Región XII.¹⁶⁰

Houve diversas outras formas de saudações em solidariedade aos degredados. Foram comuns, por exemplo, os cartões-postais feitos a mão enviados aos desterrados ao seu lugar de degredo. A imagem 5 mostra dois exemplos.

¹⁵⁹ Fasic, Documento 000003.

¹⁶⁰ Salude a los relegados en las fiestas de fin de año. Fasic, Documento 000015.

Imagem 5 – Cartões-postais recebidos por degredados em Chiloé, 1981.

Obs: Era muito comum a confecção manual de cartões-postais com motivos solidários, pois estes temas não se encontraram disponíveis para venda.

Resistências mais agudas também existiram. Uma das características dos pequenos povoados do Chile onde os degredados cumpriam pena, era a enorme dificuldade de deixarem o lugar despercebidamente. Entretanto, no ano de 1981, Verónica Concha Robles y María Soledad Ominami Pascal, que se encontraram degredadas no norte, fugiram, e se refugiaram na sede da Comisión Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago. Novamente punidas por essa razão, pelo Ministério do Interior, foram castigadas com novo degredo a Cochrane e Puerto

Cisne, no sul do Chile. Após negociações, acompanhadas de um funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), elas se entregaram a *Carabineros*.¹⁶¹ Em março do mesmo ano, o Comitê Pró Retorno de Exilados, em solidariedade às degredadas, se manifestou por meio de uma Declaração Pública, dizendo:

1. Reiteramos la injusticia del fundamento de la relegación que afecta a estas jóvenes, por no ser efectivo que hayan ocupado ilegalmente la sede de la Confederación de Trabajadores del Cobre, causal invocada por el Ministerio del Interior.
2. Por lo injusto de esta medida y por el hostigamiento constante que sufrieron durante su permanencia en los lugares de la relegación, ellas tomaron la decisión de apelar a un organismo internacional dependiente de Naciones Unidas, haciendo uso del legítimo derecho a revelarse ante una injusticia.
3. Este es el único camino que podían tomar al encontrarse en un país que atropella permanentemente los derechos humanos de los ciudadanos, situación que ha sido reafirmada, una vez más, por la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, el 26 de febrero último.
4. En estos momentos, en que el Secretario General de CEPAL, señor Enrique Iglesias y el Delegado del Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Refugiados, señor Helmut Langschwert, han informado que las jóvenes fueron entregadas a la 17ª Comisaría de Carabineros, bajo compromiso de “no ser tocadas”, deslindamos la absoluta responsabilidad de la seguridad de Verónica Concha y María Soledad Ominami, en las autoridades internacionales antes mencionadas.¹⁶²

Retorno e recepção do degredado no local de origem

No período que antecedeu a efetivação do Decreto-Lei n. 3168/1980, a ditadura não estipulava um prazo oficial para o cumprimento do degredo, de forma que, geralmente retornavam antes de noventa dias. Assim foi com os doze democrata-cristãos degredados às diversas comunas do norte do Chile, em janeiro de 1978, que regressaram à Santiago após dois meses de degredo, em 12 de março. Chegando ao aeroporto de Pudahuel, em Santiago, foram recepcionados por familiares e amigos com gritos de “irmãos relegados, estamos ao seu lado”.¹⁶³ Os dirigentes em questão seguiram envolvidos diretamente com a defesa dos direitos humanos, por exemplo, Samuel Astorga, foi eleito Dirigente Nacional Sindical do PDC; Giorgina Aceituno assumiu a direção da Coordenação Nacional Sindical; Andrés Aylwin, como advogado, defendeu os interesses de diversos familiares vítimas de violação aos direitos humanos,

¹⁶¹ Relegan a dos mujeres. *Solidaridad*, n. 110, p. 2.

¹⁶² Declaración Pública. Fasic, Documento 000002.

¹⁶³ Finalizaran relegaciones: “volveremos fortalecidos”. *Solidaridad*, n. 38, 1978, p. 14.

especialmente no que se refere aos presos-desaparecidos; Juan Claudio Reyes participou ativamente na campanha do Não.¹⁶⁴

Imagem 6 – *Celebração pelo triunfo do “No”, Población La Bandera, Plebiscito de 1988, setembro de 1988*

Fonte: Fundación Documentación y archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS0001164.

Neste sentido, os contatos de solidariedade efetivados através de cartas e formas para garantir aos degredados alimentos, vestuário e moradia ecoaram quando de seu retorno. Isso se expressou também nos comentários do estudante Ricardo Campos à revista *Solidaridad*, quando findou permanência obrigatória Puqueldón, momento em que ressaltou que a punição serviu para reafirmar suas convicções democráticas.¹⁶⁵

Por outro lado, na ótica de Valentín Osorno, que com o fim de seu degredo retomou seus trabalhos de Encarregado Juvenil da Federação da Construção Civil, expressou: “(...) Penso que meu degredo obedeceu ao desejo de frear o desenvolvimento da luta do povo do Chile, porém, vejo nestes primeiros dias em Santiago, que os trabalhadores ganharam espaço”. A percepção de Osorno era algo generalizado entre os afetados efetivamente pelo degredo, assim como por seus familiares.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Andrés Aylwin. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, p. 116-117.

¹⁶⁵ Relegados: sembrando libertad. *Solidaridad*, n. 101, 1980, p. 8.

¹⁶⁶ Relegados: regreso satisfactorio. *Solidaridad*, n. 165, 1983, p. 6.

As sequelas sociais do degredo não se apagaram com a conclusão do degredo administrativo ou judicial. As mobilizações em torno do apoio aos degredados permaneceram, assumindo muito dessas tarefas a Agrupación de Familiares de Relegados y Exrelegados (AFAREL), cuja fundação data de 1980.¹⁶⁷ Agindo em cooperação com outros agrupamentos e com a Igreja Católica, que permitia atuar com menor preocupação de sofrer represálias, a solidariedade com os degredados e a denúncia do degredo, se amplificaram.¹⁶⁸

A AFAREL se posicionava publicamente através de um boletim de periodicidade regular e mantinha um escritório no centro de Santiago, instalado na rua Huérfanos 1805.¹⁶⁹ Os objetivos de seus integrantes, segundo um de seus planos de trabalho, assinados pela presidente do agrupamento, Angélica Castillo, e pela secretária, Cecilia Araya, consistia na cooptação permanente de novos integrantes e na criação de agrupamentos locais, segundo as condições concretas de cada caso.¹⁷⁰ Para conquistar este anseio, pretendiam:

- Promover la realización de un encuentro con familiares de relegados y exrelegados destinado a evaluar su participación en el compromiso por la defensa y apoyo del relegado y su familia y con la lucha por el término de las relegaciones y la dictadura.

Fecha: 2 quincena de julio.

- Renovación de la Directiva a través de elección directa.

Fecha: 1 semana de agosto

- Correspondencia y visita a los relegados. Secuenciadas de acuerdo a las posibilidades concretas de realizarse.¹⁷¹

Podemos observar a energia despendida pelos integrantes da AFAREL na defesa dos direitos humanos, a partir de seu informe anual do ano de 1984, onde se percebe que não se tratava de um agrupamento isolado, mas sustentavam uma relação

¹⁶⁷ Patricio Orellana & Elizabeth Quai Hutchison. *El movimiento de derechos humanos en Chile 1973-1990*. Santiago: CEPLA, 1991, p. 31.

¹⁶⁸ Constable & Arturo Valenzuela. *Una nación de enemigos: Chile bajo Pinochet*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 245.

¹⁶⁹ Carta da AFAREL ao Sr. Claudio González. Fasic, Documento 000001.

¹⁷⁰ Plan de trabajo de la Agrupación de relegados y Exrelegados – AFAREL (sem data). Fasic, Documento 000065.

¹⁷¹ Plan de trabajo de la Agrupación de relegados y Exrelegados – AFAREL (sem data). Fasic, Documento 000065.

muito próxima às outras entidades de direitos humanos e participavam de atividades promovidas por setores operários.¹⁷²

Uma das principais preocupações deste agrupamento era com o retorno dos degredados, momento em que eram recepcionados com atividades festivas, e com atos políticos, atividades que ocorriam regularmente. No mês de setembro de 1984, por exemplo, foi recebido com boas-vindas o militante do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), Padre Rafael Maroto. No mesmo ano, de janeiro a dezembro foram promovidos dias de convivência com as crianças das famílias dos degredados; no mês de novembro articularam-se “reuniões com membros da Comissão Chilena de Direitos Humanos para solicitar intervenção perante algum órgão internacional, para que venham ver em que estado se encontram os degredados de Pisagua”, e “para auxiliar as famílias sem condições financeiras para visitá-los”; em dezembro, iniciara-se uma campanha para arrecadação de fundos financeiros para a viagem de familiares de degredados nesta mesma localidade. Já articulado com o movimento operário, participava de manifestações massivas, como os de 8 de março e 1º de maio; da greve de fome em solidariedade com o dirigente socialista Clodomiro Almeyda; de diversas outras greves de fome promovidas como forma de resistência; além de inúmeras cartas públicas em solidariedade às greves e mobilizações de trabalhadores. As atividades desenvolvidas durante o ano de 1984 sempre contaram com a adesão de setores sindicais de Santiago e da Igreja Católica. A agenda da AFAREL era intensa, ritmo que aparentemente perdurou até o ano de 1986.¹⁷³

Os militantes envolvidos com a questão do degredo conquistaram pequenos resultados, que se avolumaram no período final do regime militar.

Em primeiro lugar, ainda em 1983 se registraram conquistas significativas em relação ao sucesso da organização dos degredados do Campo de Concentração de Pisagua: foi anunciado o retorno de 32 degredados uma semana antes de completarem 90 dias; podemos acrescentar uma diminuta, porém, simbólica vitória: o acolhimento, em 10 de maio de 1984, por parte da Corte de Apelações de Valparaíso, do recurso de amparo dos estudantes da Universidade Federico Santa María, Orlando San Martín

¹⁷² Informe anual de las actividades realizadas por la Agrupación de Relegados y Ex-relegados durante el año de 1984. Fasic, Documento 000043

¹⁷³ Informe anual de las actividades realizadas por la Agrupación de Relegados y Ex-relegados durante el año de 1984. Fasic, Documento 000043.

Ghiglioto e Claudio Pérez-Luco Arenas, os únicos concedidos a degredados.¹⁷⁴ Outro sucesso se concretizou no dia 18 de janeiro de 1985, quando do retorno de 115 pessoas às suas localidades de origem, tendo sido o primeiro retorno massivo de degredados.¹⁷⁵

Estas e outras conquistas deram maior fôlego, nos primeiros meses de 1989, para a campanha nacional de retorno imediato de Manuel Bustos¹⁷⁶ e de Arturo Martínez, o primeiro degredado em Parral e o segundo em Chañaral, ambos pela via judicial, ou seja, pelo tempo de 541 dias. Tratava-se do presidente e do Vice-presidente da Central Unitaria de Trabajadores (CUT). A campanha em questão tinha sido posta na rua em novembro de 1988, como anunciara a revista *Solidaridad*:

Con el objeto de solicitar la libertad para Manuel Bustos y Arturo Martínez, relegados en Parral y Chañaral, respectivamente, veinte dirigentes de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) encabezados por Diego Olivares llegaron hasta el Ministerio del Trabajo (19 de diciembre) a solicitar una audiencia con el ministro Guillermo Arthur.

Hasta el momento la CUT ha enviado tres cartas al secretario de Estado, solicitando una conversación. Al cierre, se informaba que el ministro los recibiría el martes, 27 [noviembre].¹⁷⁷

Foram os momentos em que a ditadura militar apresentou seus maiores sintomas de fraqueza diante da massa de setores populares que decidiram se manifestar nas principais cidades do país, em decorrência do Plebiscito de 1988, ocasião em que se organizou a campanha pelo voto do “Não” à continuidade da ditadura, que indiscutivelmente assumiu um forte sentido de conciliação de classes, expresso de forma pública em diversas esferas do debate político chileno, sob tutela militar.¹⁷⁸

¹⁷⁴ Corte de Valparaíso: gobierno deve fundamentar relegaciones. *Solidaridad*, n. 178, 1984, p. 5.

¹⁷⁵ Relegaciones: levantan medida a 115 personas. *Solidaridad*, n. 194, 1985, p. 5.

¹⁷⁶ Manuel Bustos foi operário têxtil e sindicalista vinculado ao Partido Demócrata Cristão; foi preso em 1981 e condenado ao exílio na Itália, retornando ao Chile em 1983. Reconhecido por ser um dirigente por se mostrar receptivo com os militantes marxistas que buscavam sindicalização. Ver: Pamela Constable & Arturo Valenzuela. *Una nación de enemigos: Chile bajo Pinochet*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 233.

¹⁷⁷ Piden libertad de Bustos. *Solidaridad*, n. 282, 1989, p. 15.

¹⁷⁸ O resultado do Plebiscito foi: Sim, 3.199.110 (43,0%); Não, 3.967.579 (54,7%); Nulos, 94.594 (1,3%); Brancos, 70.660 (1,0%), com o qual o regime deveu convocar em 1989 uma eleição presidencial que elegeria um novo presidente da república. A escolha recaiu no opositorista Patricio Aylwin (PDC). Ver Matías Tagle (org.). *El plebiscito de 5 de octubre de 1988*. Santiago: Corporación, Justicia y Democracia, 1995, p. 9.

Imagem 7 – Fotografia do departamento feminino da CNS, solicitando o fim do degredo de Arturo Martínez e Manuel Bustos.

Fonte: <http://archivomuseodelamemoria.cl/> , Documento 00001289000003000001_141

Para contestar a arbitrariedade do degredo de seus dois principais dirigentes sindicais, a CUT promoveu diversas ações, entre as quais a convocatória de uma paralisação para o dia 18 de abril de 1989, reivindicando o fim do degredo de Manuel Bustos e Arturo Martínez.

A greve ocorreu concomitantemente com as demais mobilizações nacionais a que o país assistia. O saldo resultante destas atividades, desde a coleta de assinaturas à greve do dia 18 de abril, foi o retorno antecipado de Bustos e Martínez, que degredados em 15 de setembro de 1988 para cumprir pena de 541 dias, regressaram a Santiago no dia 26 de outubro de 1989, após 403 dias de cumprimento de degredo.

A trajetória de um degredado, do momento da prisão ao retorno ao seu local de origem, revela uma tentativa da ditadura militar em romper bruscamente com a possibilidade de movimentação política do indivíduo, que como parte da resistência ao regime, experimentou uma brusca desestabilização de sua vida cotidiana, alastrando-se aos seus familiares. Ainda que a vida da pessoa fosse preservada, os efeitos do degredo no militante e ativista, em sua família e na sociedade como um todo, causaram uma

deestruturação política, social e psicológica de enorme envergadura nos setores envolvidos na oposição ao autoritarismo.

Todavia, não foi suficiente para eliminar a raiz das insatisfações provocadas pelas medidas postas em prática pela ditadura, ao contrário, agudizou as ebulições políticas antiditatoriais expressadas em meios de organização e manifestações ainda no local de degredo, com continuidade quando de seu retorno ao local de origem.

Considerações finais

Nunca é demais lembrar que o golpe militar de 1973, no Chile, caracterizou-se pela crueldade,¹⁷⁹ não só devido ao bombardeio do Palacio de la Moneda, como pelo imenso número de casos de violações de direitos humanos, a saber: presos-desaparecidos, executados, exilados, e torturas das mais variadas formas, mas também pelo elevado nível de sequelas psíquicas, sociais e econômicas na população, as quais se tornaram marca registrada da ditadura.

Essa dissertação centra-se no exame dos degredados. Estudar a ditadura militar chilena pela ótica dos degredados permitiu expor um conflito permanente ao longo da vigência do regime: a necessidade de manutenção do autoritarismo para implementação de medidas econômicas neoliberais, e a resistência de setores populares contra a repressão e os resultados das chamadas *sete modernizações*, resistência que se reorganizou depois dos primeiros anos de ditadura, ganhando corpo com movimentos de massa na década de 1980, resultando como consequência a superação do regime militar.

Possibilitou também contribuir para que importantes protagonistas políticos, sujeitos aos degredos, possam ser conhecidos no contexto da resistência ao despotismo liderado por Pinochet. Mostramos que entre os perfis dos degredados estavam estudantes, sindicalistas, militantes e membros de comissões de direitos humanos, mas também eram pais, mães, filhos, irmãos, irmãs, netos, avós.

A leitura e a análise de diversos documentos, entre eles, os disponibilizados pela Vicaría de la Solidaridad, a Fasic e o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, todos localizados em Santiago, acerca dos degredados na ditadura militar chilena, evidenciaram que havia solidariedade com estes oriunda das organizações de resistência, com destaque da própria Vicaría e da Asociación de Familiares de Relegados y Ex-relegados (AFAREL), mesmo com as dificuldades socioeconômicas

¹⁷⁹ Alain Rouquié & Stephen Suffern. Os militares na política latino-americana após 1930. Em: *Leslie Bethell* (org.). *História da América Latina: a América Latina após 1930: Estado e Política*. São Paulo: Edusp, 2015, v. 7, p. 221.

que os degredados sofriam, amplificadas, em grande medida, pela extração social das vítimas.

Apesar de a maioria dos afetados cumprirem permanência obrigatória em local de confinamento pelo prazo máximo de 90 dias, as sequelas permaneciam vivas no degredado e na vida de seu núcleo familiar, demandando esforços posteriores, de ex-degredados e de seus familiares, para sua reinserção no mundo do trabalho, político e familiar. As entidades de direitos humanos cumpriram uma função essencial nas tarefas de apoio à sobrevivência física e emocional dos indivíduos afetados. Em suma: o caráter temporário do degredo demandou medidas de organização permanente em defesa do degredado.

Nos primeiros anos após o golpe apareceram os primeiros levantamentos de dados sobre os meios de repressão considerados mais graves, tais como as prisões, as torturas, os Conselhos de Guerra, as blitz nas fábricas, os exílios, condensados em informes de Comissões de Direitos Humanos. Os degredos figuraram de modo secundário nesses registros, e os dados mais consistentes foram os consignados pela Vicaría de la Solidaridad.

Posteriormente, com a derrocada da ditadura, surgiram informes detalhados sobre os abusos aos direitos humanos, oriundos principalmente das comissões Rettig e Valech. Estes informes não apresentaram um levantamento detalhado sobre o degredo, dificultando a promoção de uma política de construção da memória dos degredados. Esta dissertação oferece um quadro detalhado das características gerais dos indivíduos punidos através do degredo, assim como também uma análise qualitativa dos degredados e sua contribuição com a resistência ao regime.

Identificamos que a quase totalidade das vítimas submetidas ao degredo foram presas em Santiago. Eram, em elevado número, estudantes e professores, seguidos de trabalhadores urbanos, pessoas que exerciam atividades de níveis técnicos, profissionais liberais, comerciantes, artistas, religiosos, e em menor número, donas de casa, aposentados e desempregados. No que se refere aos gêneros, a quase totalidade era do sexo masculino, alcançando mais de 90%. Os homens degredados aparecem também sendo a maioria militantes comunistas. O maior número entre o conjunto dos degredados ocupava cargos de dirigentes de federações estudantis, entidades sindicais,

comissões de direitos humanos, e em menor medida eram dirigentes políticos, líderes de *poblaciones*, religiosos, antigos dirigentes do governo da Unidad Popular (UP) e artistas.

A importância do respeito aos direitos humanos para os chilenos erguera-se como um valor permanente, tanto para a esquerda como para setores democráticos da direita. No limiar do retorno à democracia, a preocupação de políticos e personalidades públicas, especialmente juristas, era de alicerçar a sociedade para que a preservação dos direitos humanos fosse inteiramente respeitada. As comissões da verdade no Chile também cumpriram esse papel. Vale ressaltar o esforço de não ocultar a repressão e a resistência à ditadura, destacando-se neste sentido a transformação de centros de tortura em espaços de memória.

Neste sentido, os sucessivos governos da Concertación por la Democracia, eleitos a partir de 1990, apresentaram uma contradição: ao mesmo tempo que colocaram em pauta o respeito às mobilizações massivas, a defesa e preservação dos direitos humanos, também contribuíram para promover uma política de continuidade das medidas econômicas excludentes, arquitetadas e alicerçadas durante o período da ditadura militar. Entretanto, nas greves de trabalhadores e nas mobilizações estudantis ou populares que se seguiram, tem estado presente um teor contrário às privatizações da época de Pinochet, principalmente no que se refere à saúde, à educação e à previdência social, privatizações que foram avalizadas na Constituição de 1980.

O degredo fora aplicado para desmobilizar os chilenos críticos do modelo neoliberal. Assim, a resistência dos manifestantes que acabaram vitimados pelo degredo cumpriu um papel político e social fundamental na contestação da radical economia de mercado que estava sendo imposta. Cabe agora impulsionar ações em prol da construção de uma memória histórica dos degredados da ditadura militar chilena.

Fontes e bibliografía

Fontes

Vicaría de la Solidaridad

Solidaridad. Santiago: Vicaría de la Solidaridad, 1976-1990, 300 números.

Anexo de circulación restringida. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, 1984.

Apremios ilegítimos en Santiago. Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, Documento VS4c97d80d360a5_20092010_554pm .

Celebração pelo triunfo do No, Población La Bandera, Plebiscito de 1988, fotografía, preto e branco, *Documentación y archivo de la Vicaría de la Solidaridad*. Documento VS0001164.

Jordi, Borja. Artículos escritos para publicar, en versión resumida, en El País (Madrid). *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*, Documento 0067100.

Relegaciones. *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*, Documento VS0001552 .

Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas – Fasic

A la opinión pública nacional y internacional. Fasic, Documento 000021.

A la opinión pública nacional y internacional. Fasic, Documento 000023.

Acta de notificación. Fasic, Documento 000049.

Acusados de participar de acciones subversivas: 90 días permanecerán en Pisagua los 34 relegados. La Estrella de Iquique, 31 de marzo de 1983. Fasic, Documento 000080.

Carta de Charles Harper dirigida ao Sr. Chuck. Fasic, Documento 000528.

Carta a los periodistas. Fasic, Documento 000616.

Carta da AFAREL ao Sr. Claudio González. Fasic, Documento 000001.

Carta Israel Bórquez. Fasic, Documento 000004.

Declaración Jurada. Fasic, Documento 0000006.

Declaración Publica. Fasic, Documento 000002.

Declaración Publica. Fasic, Documento 000029.

Fasic, Documento 000003.

Fasic, Documento 000016.

Ficha familiares de relegados. Fasic, Documento 000002.

Ficha Personal. Fasic, Documento 000011.

Ficha Personal. Fasic, Documento 000012.

Ficha Personal. Fasic, Documento 000014.

Fichas sociales de condenados a relegaciones. Fasic, Documento 000016.

Informe anual de las actividades realizadas por la Agrupación de Relegados y Ex-relegados durante el año de 1984. Fasic, Documento 000043.

Informe médico relegados a la Isla de Chiloé. Fasic, Documento 000009.

Informe visita a degredados de Putú. Fasic, Documento 000035.

Plan de trabajo de la Agrupación de relegados y Exrelegados – AFAREL. Fasic, Documento 000065.

Presentación. Fasic, Documento 000002.

Programa de Trabajo – Campo de Concentração y degredados, Pisagua, 1983. Fasic, Documento 000003.

Relatorio de relegación administrativa. Fasic, Documento 000008.

Relegaciones: su impacto psicológico en las personas y en la familia. Santiago: Fasic, Documento 000068.

Testimonio de prisión y tortura. Fasic, Documento 000042.

Sáez Paiva, Javier Alfonso. Fasic, Documento 000021.

Salude a los relegados en las fiestas de fin de año. Fasic, Documento 000015.

Visita a relegados el 23-XII-84 a la 8ª Región – Provincia de Ñuble, Fasic, Documento 00001.

Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

Archivo Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Documento 000024_141 .

Departamento feminino da CNS. Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Fotografía, Documento 00001289000003000001_141 .

Ministerio del Interior

Comisión de la Verdad y Reconciliación (Comisión Rettig). *Informe de la Comisión de la Verdad y Reconciliación*, Santiago, 1996, 3 v.

Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Comisión Valech). *Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, 2004, volume principal e anexos.

Sites

<http://www.archivomuseodelamemoria.cl>

<https://www.bibliotecanacional.gob.cl>

<https://digitallibrary.un.org/>

<http://www.fasic.cl>

<http://www.laizquierdadiario.cl>

<https://www.leychile.cl>

<http://www.memoriachilena.gob.cl>

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar>

<http://revistaseletronicas.pucrs.br>

<http://www.scielo.br>

Bibliografía

- Alarcón Javier Alonso González. La relegación: el poder ejercido por la dictadura militar como mecanismo de control social. *III Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, 9 al 11 de noviembre de 2016, Santiago. Agendas, problemas y perspectivas conceptuales. Disponible em: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/iii-jornadas/actas-2016/Gonzalez.pdf>.
- Alarcón, Javier Alonso González. *La relegación como exilio interno durante la dictadura cívico-militar. El caso de la región del Bío-Bío (1973-1986)*. Mestrado em Historia, Universidad de Concepción, 2018.
- Antunes, Priscila. O sistema de inteligência do governo Pinochet. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n.38, p. 399-417, 2007.
- Arrizabalo, Xabier. *Milagro o quimera. La economía chilena durante la dictadura*. Madri: Los Libros de la Catarata, 1995.
- Aylwin, Andrés. *8 días de un relegado*. Santiago: Ediciones Arcoiris, 1989.
- Aylwin, Patricio. *El reencuentro de los demócratas. Del golpe al triunfo del No*. Santiago: Ediciones B, 1998.
- Bitar, Sergio. *Isla 10*. Santiago: Pehuén, 1987.
- Borges, Elisa de Campos. *O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: “nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”*. Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- Castro, Sergio de. *El LadRillo. Bases de la política económica del gobierno militar chileno*. Santiago: CEP, 1992.
- Cavallo, Ascanio et al. *La historia oculta del régimen militar*. Santiago: Uqbar Editores, 2013.
- Comblin, José & Methol Ferré, Alberto. *Dos ensayos sobre Segurança Nacional*. Santiago: Vicaría de la Solidaridad, 1979.
- Constable, Pamela; Valenzuela, Arturo. *Una nación de enemigos: Chile bajo Pinochet*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.
- Délano, Manuel; Traslaviña, Hugo. *La herencia de los Chicago Boys*. Santiago: Ornitorrinco, 1989.
- Galdames, Osvaldo Silva. *Breve historia contemporánea de Chile*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- Garretón, Manuel Antonio. *El proceso político chileno*. Santiago: Flacso, 1983.

- Gomes, Gabriela. Héroes y demonios. Los jóvenes del Frente Nacionalista Patria y Libertad en Chile de la Unidad Popular. *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea*. Córdoba, n. 4, p. 57-73, 2016.
- González Camus, Ignacio. *Radio Balmaceda '73-76'*. Santiago: Dibam, 2015, p. 2012.
- Gutiérrez, Horacio. *Dulce patria*. Santiago: RIL Editores, 2012.
- Gutiérrez, Horacio. Dulce patria, un poemario sobre la dictadura chilena. *Literatura e Sociedade*, n.23, p. 184-201, 2016.
- Ffrench-Davis, Ricardo; Stallings, Barbara (ed.). *Reformas, crecimiento y políticas sociales en Chile desde 1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2001.
- Hathazy, Paul. Democratización y campo policial: nuevos consensos, cambios estructurales y mutaciones organizacionales en las policías de Chile (1990-2005). *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 595-617, 2016.
- Horkheimer, Max; Adorno, Theodor (orgs.). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- Hugo Frühling et al. *Organizaciones de derechos humanos de la América del Sur*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos – IIDH.
- Hunneus, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2002.
- Iglesias Vázquez, Mónica. *Rompiendo el cerco. El movimiento de pobladores contra la dictadura*. Santiago: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2011.
- Hite, Katerine; Collins, Cath; Joignant, Alfredo. *Las políticas de memoria en Chile: desde Pinochet a Bachelet*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.
- Tagle, Matías (org.). *El plebiscito de 5 de octubre de 1988*. Santiago: Corporación Justicia y Democracia, 1995.
- Torres, Wally Kunstman; Victoria Torres Ávila (orgs.). *Cien voces rompen el silencio. Testimonios de ex presas y presos políticos de la dictadura militar en Chile (1973-1990)*. Santiago: Ediciones de la Dibam, 2008.
- Larraín, Felipe; Rodrigo Vergara (orgs.). *La transformación económica de Chile*. Santiago: CEP, 2000.
- Lira, Elizabeth. El testimonio de experiencias políticas traumáticas: terapia y denuncia en Chile (1973-1985). Em: Anne Pérotin-Dumon (org.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*, 2007. Acesso em: <http://www.historizarelpasadovivo.cl/>
- Loureiro, Felipe Pereira. A liberalização autoritária, a política econômica chilena durante o Regime Militar Pinochetista (1973-1990). Em: Everaldo de Oliveira Andrade & Luis Eduardo Simões (orgs.). *Os sentidos da violência na História*. São Paulo: LCTE Editora, 2007, p. 85-104.

- Lúnecke, Alejandra. *Violencia política (violencia política en Chile. 1983-1986)*. Santiago: Arzobispado de Santiago, Vicaría de la Solidaridad, 2000.
- Martins, José Renato Vieira. Chile: a democracia e os limites do consenso. *Lua Nova*, v. 49, p. 65-85, 2000.
- Martins, José Renato Vieira. *Chile*. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.
- Matus, Alejandra. La victoria de la CNI sobre el MIR. Em: Andrea Insunza & Javier Ortega (org.). *Los archivos del cardenal*. Santiago: Catalonia, 2011, v. 1, p. 224-233.
- Maza, Gonzalo de la; Mario Garcés. *La explosión de las mayorías. Protesta nacional 1983-1984*. Santiago: ECO Ediciones, 1985.
- Moulian, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM Ediciones, 1997.
- Moulian, Tomás. El gesto de Agüero y la amnesia. Em: Verdugo, Patricia (org.). *De la tortura no se habla. Agüero versus Meneses*. Santiago: Catalonia, 2004.
- Giselle Munizaga. *El discurso público de Pinochet*. Buenos Aires: Clacso, 1983.
- Orellana, Patricio. *Violaciones a los derechos humanos e información. La experiencia chilena*. Santiago: Fasic, 1989.
- Orellana, Patricio; Quai Hutchison, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile 1973-1990*. Santiago: CEPLA, 1991.
- Orellana, Patricio. *La represión en Chile, 1973-1989*. Santiago: Edición del autor, 2008.
- Padilla, Elías. *La memoria y el olvido. Detenidos desaparecidos en Chile*. Santiago: Ediciones Orígenes, 1995.
- Piñera, José. *La revolución laboral en Chile*. Santiago: Ziz-Zag, 1990.
- Pinochet, Augusto. *El día decisivo. 11 de septiembre de 1973*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1980.
- Peñaloza Palma, Carla. *El camino de la memoria. De la represión a la justicia en Chile, 1973-2013*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2015.
- Rojas, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madri: Iepala Editorial, 1988.
- Rouquié, Alain & Stephen Suffern. Os militares na política latino-americana após 1930. Em: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: a América Latina após 1930: Estado e Política*. São Paulo: Edusp, 2015, v. 7, p. 197-274.
- Ruderer, Stephan & Veit Straßner. Recodando tiempos difíciles: la Vicaría de la Solidaridad como lugar de memoria de la Iglesia y de la sociedad chilena. *Archives de Sciences Sociales des Religions*. [On line], v. 170, 2015. 2019. <http://journals.openedition.org/assr/26843>.

- Salazar, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM, 2011.
- Scherman, Andrés. Una embrazada en los cuarteles de la DINA. Em: Andrea Insunza & Javier Ortega (orgs.). *Los archivos del Cardenal. Casos reales*. Santiago: Catalonia, 2014, v.2, p. 147-158.
- Schkolnik, Mariana; Berta Teitelboim. *Pobreza y desempleo en poblaciones*. Santiago: PET, 1988.
- Silva Hidalgo, Robinson Humberto. *Resistencia política y origen del movimiento social anti dictatorial en Chile (1973-1988)*. Doutorado em Historia, Facultad de Geografía e Historia, Universitat de Barcelona, 2014.
- Simões, Sílvia. 'Acá en Chile no hubo nada señores': o caso dos hornos de Lonquén. Em: Enrique Serra Padrós (org.). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 133-146.
- Sutherland, Juan Pablo. *Nación marica. Prácticas culturales y crítica activista*. Santiago: Ripio Ediciones, 2009.
- Uribe, Armando; Cristián Opazo. *Intervención norteamericana en Chile (dos textos claves)*. Santiago: Sudamericana, 2001.
- Valenzuela, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Flacso, 1978.
- Vergara, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*. Santiago: Flacso, 1985.
- Winn, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: Unesp, 2010.